

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM FILOSOFIA

**LUIZ CLAUDIO INOCÊNCIO**

**COMO SE DEU A REVIRAVOLTA PRAGMÁTICA EM J.  
L. AUSTIN**

TOLEDO  
2017



LUIZ CLÁUDIO INOCÊNCIO

COMO SE DEU A REVIRAVOLTA PRAGMÁTICA EM J. L.  
AUSTIN

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Filosofia do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Área de concentração: Filosofia Moderna e Contemporânea.

Linha de pesquisa: Metafísica e Conhecimento.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo do Amaral Penna-Forte.

TOLEDO  
2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Sistema de Bibliotecas – UNIOESTE)

I58c Inocêncio, Luiz Cláudio.  
Como se deu a reviravolta pragmática em J. L. Austin / Luiz Claudio Inocêncio. --- Toledo: UNIOESTE, 2017.  
128 f.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo do Amaral Penna-Forte

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Toledo, 2017.

Programa de Pós-Graduação em Filosofia.

Inclui bibliografia

1. Atos de fala. 2. Pragmática. 3. Linguagem. 4. Austin, John Langshaw, 1911-1960. I. Penna-Forte, Marcelo do Amaral. II. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. III. Título.

CDD 20.ed. 149.94

LUIZ CLÁUDIO INOCÊNCIO

COMO SE DEU A REVIRAVOLTA PRAGMÁTICA EM J. L.  
AUSTIN

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Filosofia do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela banca examinadora em 09/08/2017.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Marcelo do Amaral Penna-Forte (orientador)  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Hércia Macedo de Carvalho Diniz e Silva  
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

---

Prof. Dr. Claudinei Aparecido de Freitas da Silva  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE



*Trabalho dedicado a meu pai, José  
Wanderley Inocência, e a meu irmão,  
Antônio Silvio Inocência.*



## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, José Wanderley Inocência e Rosália Batista Inocência, e irmãos, José Carlos Inocência e Antônio Silvio Inocência, pela confiança e por acreditar nos meus objetivos e sempre compactuarem com os meus projetos. Sou muito grato pelo incentivo a mim prestado durante todo esse tempo.

À minha querida amiga e companheira de longas datas, Selma Aparecida de Souza, por apoiar meus projetos e estar sempre ao meu lado quando necessitava, estendendo uma mão para ajudar e incentivar os meus sonhos, e por compreender as minhas ausências e auxiliar no trabalho de dissertação durante o mestrado. Este trabalho não seria possível sem o seu apoio e dedicação. E as seus pais, Antonio Orivaldo de Souza e Silvia Pollato de Souza, por acreditar e incentivar os meus sonhos.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Marcelo do Amaral Penna-Forte, pela amizade, pela orientação prestada a este trabalho e por ter me possibilitado a liberdade de agir primando pela pesquisa filosófica acadêmica para a condução de um bom trabalho.

Ao meu orientador da graduação, Prof. Dr. José Atílio Pires da Silveira, por ter me incentivado e guiado no caminho da pesquisa filosófica.

A Prof. Dr.<sup>a</sup> Hércia Macedo, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, por ter aceitado participar da banca de defesa e por ter contribuído com o desenvolvimento desta dissertação de mestrado.

Ao Prof. Dr. Claudinei Aparecido de Freitas da Silva, por ter aceitado participar das bancas de qualificação e de defesa, e pelas contribuições prestadas a esta dissertação de mestrado.

Ao Prof. Dr. Douglas Antônio Bassani, pelos apontamentos prestados a esta dissertação e por ter participado da banca de qualificação.

As secretárias Maria Damke e Eva Marangon, do Programa de Pós-Graduação em Filosofia – PPG-Fil, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, por estar sempre presente e estar nos auxiliando nas dúvidas para o bom andamento dos trabalhos.

À minha amiga Adriana Gomes da Silva, pelo trabalho e empenho nas correções do português.

Agradeço à minha filha Kathy Nahyane K. Inocência, por compreender as minhas ausências e por acreditar e me apoiar nos meus objetivos.

Agradeço aos amigos de trabalho “CETTRÂNS” da academia de karatê “GUARDIÕES DA ARTE”, por compreenderem as minhas ausências e por me apoiarem para que conseguisse concluir com êxito o mestrado.

Aos meus tios e tias, primos e primas, sobrinho e sobrinha e em especial a meu tio Damásio Batista e tia Maria do Carmo Batista, bem como meus primos, Valnei Batista, Valmistrone Batista, Maria do Amélia Batista, Priscila Fernanda Batista, Adir Boava, Reginaldo Bernardo e sobrinhos, Maria Cristina Inocência, Jean Carlos Inocência, minha cunhada Maria Odete Inocência, pela amizade e por ter me incentivado a fazer o mestrado.

Aos amigos Reginaldo Roani, Evandro Roani, Sergio Batiuk, Adir Branco, José Valdecir Martins, Alexandro Vitória e as amigas, Professora Luciane de Moura, Vânia Muetzemberg e doutora Loraine Alcântara, por terem me ajudado em alguns momentos desta dissertação. E em especial minha amiga Professora Jossária de Oliveira Burei, por contribuir com seus ensinamentos e orientações quando necessário e auxiliar nas correções.

Aos amigos e aos professores do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, PPG-Fil UNIOESTE, pela amizade e os ensinamentos. Em especial aos amigos Luiz Birk, Adeilson Lobato, pelas discussões que em muito contribuíram para a minha formação filosófica.

A todos os amigos que estiveram presentes ao meu lado durante este processo do mestrado. Com a participação de vocês, meus dias se tornaram mais felizes, o que possibilitou concluir com êxito esta dissertação. Vocês fizeram a diferença, a minha conquista é uma conquista de todos.

*Supor que 'eu sei' é uma frase descritiva é apenas um exemplo da falácia descritiva, tão comum na filosofia. Mesmo que alguma linguagem seja agora puramente descritiva, a linguagem não era assim na sua origem, e continua não sendo assim em sua maior parte. Proferir óbvias frases 'rituais' nas circunstâncias apropriadas, não é descrever a ação que praticamos, mas praticá-las ('sim'); em outros casos funcionam, como o tom e a expressão, ou ainda como a pontuação e a ênfase, como uma notificação de que estamos empregando a linguagem de um modo especial ('eu advirto', 'eu pergunto', 'eu defino'). Tais frases não podem, estritamente falando, ser mentiras, embora possam 'envolver' mentiras, como em 'eu prometo' está implícito que tenho total intenção, o que pode não ser verdadeiro.*

J. L. Austin



## RESUMO

INOCÊNCIO, Luiz Claudio. *Como se deu a Reviravolta Pragmática em J. L. Austin*. 2017. 128 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2017.

Esta dissertação tem como objetivos apresentar e investigar as conferências de John Langshaw Austin tais como compiladas na obra *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Na abordagem proposta, a linguagem em Austin é contrastada com a tradição e, a partir desse confronto, acompanharemos sua nova maneira de analisar a linguagem pautada na ação, ou seja, a linguagem será analisada dentro de um determinado contexto social, com o sujeito em interação com outras pessoas e o meio social. O que permeia todo esse novo horizonte não é mais uma análise semântica absolutamente centrada nos conceitos de sentido e referência, de verdade e falsidade. Para, além disso, outros elementos passam a ser considerados importantes: o sujeito, a fala, as convenções e o meio onde o ato de fala é empregado. Nesse sentido, a ação aparece como elemento central para compreender a comunicação na obra de Austin. O que por vezes foi apresentado como dicotomias entre linguagem e pensamento, ideia e representação do objeto, ou verdade e falsidade, torna-se mais complexo. Refere-se a uma nova forma de enfrentar um antigo problema referente, ao fim, à linguagem e sua relação com o mundo. Nesta, os elementos investigados passam a ser analisados dentro de um determinado contexto, aproximando-se do discurso travado por atores reais e da prática cotidiana. Além disso, reorienta-se a análise da linguagem, que passa de algo a ser considerado primeiramente de modo abstrato e conforme suas propriedades formais para algo situado e conforme propriedades relativas às capacidades de seus usuários. Trata-se, enfim, de uma abordagem que explora e organiza a filosofia da linguagem mantendo-se fiel a uma perspectiva onde a linguagem como ação desempenha o papel principal.

**PALAVRAS-CHAVE:** Linguagem. Sintaxe. Semântica. Pragmática. Ação com palavras.



## ABSTRACT

INOCÊNCIO, Luiz Claudio. How the Pragmatic Turnaround Has Come in J. L. Austin. 2017. 128 p. Dissertation (Master in Philosophy) - State University of the West of Paraná, Toledo, 2017.

This dissertation aims to present and investigate John Langshaw Austin's lectures as compiled in *How to do things with words*. In the proposed approach, language in Austin is contrasted with tradition and, from this confrontation, we will follow its new way of analyzing language based on action, that is, language will be analyzed within a given social context, with the subject interacting with the social environment. What permeates this whole new horizon is no longer a semantic analysis absolutely centered on the concepts of meaning and reference, truth and falsehood. In addition, other elements are considered important: the subject, the speech, the conventions, the medium where the act of speech is employed. In this sense, the action appears as central element to understand the communication in the work of Austin. What has sometimes been presented as dichotomies between language and thought, idea and representation of the object, or truth and falsity, becomes something more complex. It is a new way of dealing with an old problem concerning, in the end, language and its relationship with the world. In this, the elements investigated begin to be analyzed within a given context, approaching the discourse locked by real actors and daily practice. In addition, the analysis of language is reoriented, going from something to be considered first abstractly and according to its formal properties, to something situated and to properties related to the capabilities of its users. It is, finally, an approach that explores and organizes the philosophy of language by remaining true to a perspective where language as action plays the leading role.

**KEY WORDS:** Language. Syntax. Semantics. Pragmatics. Action with words.



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>2</b>	<b>UMA VISÃO PANORÂMICA DO PENSAMENTO DE AUSTIN.....</b>	<b>22</b>
2.1	Uma questão de âmbitos: sintaxe, semântica e pragmática.....	26
<b>3</b>	<b>O PANO DE FUNDO DO PENSAMENTO DE AUSTIN.....</b>	<b>36</b>
3.1	A tradição passada: reflexões antigas e modernas sobre a linguagem.....	36
3.1.1	<i>A linguagem em Crátilo, de Platão.....</i>	<i>37</i>
3.1.2	<i>A linguagem em Aristóteles.....</i>	<i>40</i>
3.1.3	<i>A linguagem para os primeiros modernos.....</i>	<i>43</i>
3.1.4	<i>A linguagem no pensamento crítico de Kant.....</i>	<i>50</i>
3.1.5	<i>Considerações sobre Kant e Austin.....</i>	<i>54</i>
3.2	A tradição presente: reflexões contemporâneas sobre a linguagem.....	56
3.2.1	<i>A linguagem em Frege.....</i>	<i>56</i>
3.2.2	<i>Um contraponto à tradição lógica.....</i>	<i>59</i>
3.2.3	<i>A linguagem em Wittgenstein.....</i>	<i>61</i>
<b>4</b>	<b>A LINGUAGEM COMO AÇÃO EM AUSTIN.....</b>	<b>66</b>
4.1	A linguagem em Austin.....	66
4.1.1	<i>A distinção entre constatativos e performativos.....</i>	<i>69</i>
4.1.2	<i>As regras dos atos felizes e infelizes.....</i>	<i>73</i>
4.1.3	<i>As condições para performativos felizes.....</i>	<i>75</i>
4.1.4	<i>Os performativos explícitos e primários.....</i>	<i>77</i>
4.1.5	<i>A teoria dos atos de fala, locução, ilocução e perlocução.....</i>	<i>78</i>
4.1.6	<i>As conclusões sobre a linguagem em Austin.....</i>	<i>87</i>
4.2	Dois desdobramentos das ideias de Austin: Searle e Grice.....	89
4.2.1	<i>A teoria dos atos de fala indiretos em Searle.....</i>	<i>90</i>
4.2.2	<i>A teoria dos atos de fala em Grice.....</i>	<i>98</i>
4.2.3	<i>Conclusões das reflexões sobre a linguagem.....</i>	<i>103</i>
<b>5</b>	<b>COMENTÁRIOS SOBRE A REVIRAVOLTA PRAGMÁTICA.....</b>	<b>106</b>
5.1	As entidades linguísticas no primeiro momento da tradição.....	106
5.2	Reflexões sobre aspectos da virada pragmática da linguagem em Austin	111
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>123</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>125</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Durante o século XX, o pensamento contemporâneo se inova no que se refere à abordagem da linguagem. Austin, que aqui é apresentado, mostra um novo modelo de investigação para esse momento. O que se traz de novo é uma linguagem que está relacionada ao âmbito das nossas ações. Por se tratar de um processo que parte de uma crítica a um modelo tradicional, foi necessário retomar alguns aspectos para o presente trabalho, sem os quais não seria possível percorrer o caminho trilhado por Austin. As discussões aqui apresentadas e os direcionamentos apontam as formas de como a linguagem foi concebida ao longo do tempo<sup>1</sup>. Nesse aspecto, o presente trabalho procura mostrar além do nosso objetivo específico de investigar a obra *Quando dizer é fazer* uma variante de momentos que foram pertinentes para o processo da virada. As discussões não visam a um aprofundamento cabal dos filósofos, mas somente a situá-los, para entender o edifício intelectual que envolve a linguagem e qual a sua importância para cada momento apresentado.

Diante disso, cabe ressaltar que Austin trilhou um caminho que se contrapõe ao pensamento tradicional, por entender que a linguagem não deve ser interpretada somente mediante elementos sintáticos e semânticos que expressem uma verdade ou uma falsidade no mundo. A oposição entre o que é o mundo e o que é a linguagem, com Austin, vai se direcionar para outro âmbito, o das ações, no qual o mundo e a linguagem, diferentemente da tradição, não são mais instâncias diversas, o que significa dizer que a linguagem passa a ser vista não apenas como ferramenta para representar o mundo, mas como atividade incessante no mundo.

A fixação na sintaxe e na semântica apresenta suas limitações, pois nem sempre o que é dito pode ser decifrado de maneira definitiva como verdadeiro ou falso. Existem elementos no âmbito do enunciado que estão para além da linguagem descritiva e que precisam ser investigados em acordo com um contexto para que se atinja o seu significado. É sob essa ótica que a linguagem ganha um papel de destaque no pensamento contemporâneo, pois é a partir dela que o mundo se apresenta a nós. A linguagem não é uma instância privada; ela tem caráter público e ao falar o sujeito interage com o meio produzindo inúmeros efeitos de maneiras convencionais e não convencionais.

<sup>1</sup> Os elementos aqui apresentados servirão como ponto de partida para uma reflexão acerca da linguagem e sua relação com o mundo.

Nesse cenário é que se instaura um novo aspecto que promove uma inversão de prioridades, a saber, a primazia da ação. Isso traz para discussão uma atividade prática pautada em atores reais que partilham costumes e ideias e as vivenciam em um ambiente socializado. Percebe-se nesse momento uma priorização do âmbito pragmático em relação aos âmbitos sintáticos e semânticos. Isso não quer dizer que tais âmbitos sejam ignorados, mas que eles não são suficientes para fornecer respostas a todas as indagações, pois o edifício do conhecimento agrega elementos que não estavam presentes no pensamento tradicional.

O que se percebe também no primeiro momento da tradição é que o conhecimento se dá do mundo para a linguagem. Como veremos, esta seria um instrumento errático imperfeito, que cumpre apenas o papel de descrever os fatos de maneira a representá-los naquele. O conhecimento estaria em uma instância na qual a linguagem não seria capaz de chegar. Há uma dicotomia entre linguagem e mundo que precisava ser superada para que o conhecimento seja alcançado pela linguagem. Face a isso, há uma inversão de formas de como a linguagem se apresenta no mundo. Para os contemporâneos, o conhecimento se dá da linguagem para o mundo e é a partir dela que fazemos ciência. Ela é uma esfera pública e não privada, o que causa uma reviravolta instaurando-a como elemento central para o século XX.

Assim, o trabalho aqui proposto mostra os momentos pertinentes e que serviram de pano de fundo para os apontamentos que aparecem na obra *Quando dizer é fazer*, de Austin.

Nesse sentido, em um primeiro capítulo, mostrarei uma visão panorâmica de como Austin se arma de ferramentas para o enfrentamento da tradição – não no sentido de destruir o velho, mas no de melhorar o edifício do conhecimento, agregando novos elementos, que serão elencados nos demais capítulos. E, nessa mesma esteira de pensamento, apresento elementos fundamentais para o nosso processo investigativo, tais como a sintaxe, a semântica e a pragmática, realizando um trabalho de esclarecimento acerca de tais âmbitos e quais seus objetos de estudo. É a partir desses elementos apontados que o trabalho terá um direcionamento para o foco pretendido de investigar a reviravolta pragmática em Austin.

Munidos desses elementos essenciais, adentraremos ao segundo capítulo tematizando o pensamento tradicional, fazendo recortes de alguns pensadores antigos e modernos, tais como, Platão, Aristóteles, Descartes, Berkeley, Locke, Leibniz, Hobbes e Kant, estabelecendo uma conexão com o nosso trabalho proposto. No final do

capítulo, apresento dois autores contemporâneos, (Frege e o Wittgenstein) que, em certo sentido, servirão de base para começarmos a pensar a virada pragmática. Com isso, será evidenciada a proposta de Frege e do Wittgenstein do *Tractatus*. Após esses apontamentos, a análise se transfere para o momento seguinte em uma abordagem da linguagem como uso no Wittgenstein das *Investigações*. Nesse cenário apresentado, será possível perceber alguns aspectos importantes que foram alvo de discussão para os contemporâneos.

No terceiro capítulo, adentro ao pensamento contemporâneo de Austin. Mostrarei uma estrutura de pensamento que se afasta do pensamento tradicional, priorizando a ação como elemento prático que nos rege. Evidenciando que os aspectos endereçados a linguagem devem ser analisado a partir dos seus usos em diferentes contextos. Desse modo a pesquisa se volta para um exame da linguagem no qual o enunciado, intenção, contexto, convenções e circunstâncias serão importantes no discurso entre falantes. Após a exposição do pensamento austiniano, faço uma breve abordagem de Searle e Grice, com intuito de fortalecer as ideias de Austin, mostrando que autores próximos a ele se preocuparam com a linguagem e como ela é endereçada em um discurso entre falantes. O diferencial em Austin foi endereçamento para a linguagem enquanto ação entre personagens reais, o que culminará com a nossa proposta de investigação voltada para tese principal da virada pragmática.

No quarto capítulo faço uma retomada em forma de comentário ressaltando dois momentos distintos vivenciados. Um que incorpora o pensamento tradicional fazendo uma reflexão aprofundada das entidades mentais que se relacionam com o objeto no mundo de forma a representá-lo. E outro momento que incorpora o pensamento contemporâneo ressaltando aspectos centrais que foram possibilitadores da virada pragmática aludida na nossa proposta de trabalho. São dois momentos de reflexões distintos que ressaltam as entidades mentais e os aspectos centrais para o que venha a ser a grande virada pragmática da linguagem em Austin.

## 2 UMA VISÃO PANORÂMICA DO PENSAMENTO DE AUSTIN

Nesta seção elaboramos um estudo em torno da linguagem e dos aspectos gerais das diferentes estratégias empregadas na reflexão filosófica que dela se ocupou, acompanhando em especial o desenvolvimento contemporâneo que mais ressaltou seu estatuto pragmático. Tal pesquisa pretende percorrer um caminho e dar clareza ao processo de reviravolta da linguagem em contrastes com a tradição da qual Austin pode ser visto como herdeiro. Assim como em filosofia há um eterno movimento das coisas, faz-se necessário encontrar mecanismos que possibilitem o entendimento em torno da reflexão filosófica referente à linguagem.

Esta proposta<sup>2</sup> de investigação adota como marco central os escritos de *Quando dizer é fazer*: palavras e ações, em que Austin reelabora, de forma abrangente, a análise da linguagem. O que era uma simples dicotomia entre linguagem e pensamento, ideia e representação do objeto, verdade e falsidade, se tornam algo mais complexo. Trata-se de uma nova forma de enfrentamento de um antigo problema no que se refere à linguagem e sua relação com o mundo. É um novo cenário que se inaugura um novo tipo de abordagem, onde os elementos linguísticos destacados e investigados passarão a ser analisados dentro de um determinado contexto.

Nesse processo de mudança, com o pensamento de Austin ocorre uma ruptura deste pensador e suas ideias com o pensamento tradicional, que analisa a sentença, assumindo as dicotomias assinaladas acima. Na perspectiva austiniana, as entidades do conhecimento são mais complexas do que a tradição fez parecer. Devido à sua multiplicidade, não seria correto dizer que todo o processo se resume a um par atributivo de dois pólos, onde se pode abarcar todo o horizonte que contempla a linguagem. Não que a análise desses elementos não seja importante, mas o alcance das abordagens que a enfatizam parece ser limitado por esse crivo que não permite notar que algumas sentenças extrapolam esse horizonte por meio da linguagem. Surge para Austin, nesse sentido, um conflito de alcances entre o que se pode fazer em relação a uma sentença em uma enunciação, porque nem toda sentença pode ser verificada até os seus limites últimos. Assim, algumas sentenças ou enunciados pressupõem uma análise de algo que está fora de uma abordagem restritiva.

<sup>2</sup> Esta seção procura mostrar os aspectos importantes para a nossa investigação com base em uma caracterização de Marcondes (1990) traçando um percurso que adota aspectos tradicionais realçando um endereçamento para novos horizontes da abordagem da linguagem como exame do uso da linguagem em diferentes contextos.

Este trabalho procura problematizar o que levou Austin a desenvolver tal jornada, busca os motivos e aponta os elementos que deram fundamento às suas teses, analisa esse processo de transição, faz uma reflexão acerca das mudanças e tenta, na medida do possível, clarear as ideias. No processo histórico que será narrado, os pontos centrais nas tradições anteriores – a linguagem contemplativa, a linguagem representativa e a linguagem lógica – começam a ser repensados por um viés.

Temos de início, em um primeiro momento, uma linguagem contemplativa e, em um segundo momento, a linguagem representativa. Ambas as caracterizações da linguagem são relevantes, foram nessas abordagens que muitos dos problemas filosóficos tradicionais tomaram forma. Em particular, retomar aquilo que será chamado de tradição passada é um modo de compreender porque a linguagem foi investigada como algo que, em sua totalidade, é soma de revelações ou representações e que tem relação com o sujeito, aquele que pode efetuar a crucial atribuição dos valores verdadeiros ou falsos desses elementos linguísticos. A pergunta a se fazer é: como se livrar dos objetos que eu não posso descrever linguisticamente? Se a linguagem tem esse caráter de ligamento, ela se torna limitada para algumas instâncias no mundo. E para, além disso, como a linguagem se comporta? São perguntas que o presente trabalho procura responder.

Em um momento posterior, adiante chamado de tradição presente, outra corrente surge, diferenciando-se desses dois momentos, com uma visão logicista, pautados em estudos dos significados de uma sentença. Frege, Russell, Moore e o Wittgenstein do *Tractatus* partiram de uma concepção realista, realizando um processo de clarificação dos elementos que estão no centro de nossa experiência. Esses e outros autores dessa época desenvolveram um método pautado na análise da forma lógica das sentenças. Nesse sentido, muda-se a questão a ser investigada. Pergunta-se, antes de tudo, como pode uma sentença ter significado. O que era um problema da consciência passa a ser da linguagem. O conceito de realidade contemplativa e representativa é substituído pelo de significado. Tal corrente analítica, que surge no início do século XX se dividiu em duas no decorrer do curso histórico.

De um lado<sup>3</sup>, há uma corrente que analisa a sentença quanto ao seu significado, sentido e referência e, de outro lado, podemos elencar outra preocupada em questões

<sup>3</sup> Esses apontamentos são de Marcondes na obra *Quando dizer é fazer. Ao qual faz referência a dois momentos que priorizam aspectos diferentes da linguagem: o primeiro que dá ênfase aos aspectos da sentença quanto ao significado e o segundo que prioriza o exame dos diversos usos da linguagem.*

tradicionais, tais como teoria do conhecimento, percepção e ética, partindo de uma análise linguística dos conceitos centrais dessas áreas de conhecimento e do uso em um determinado contexto. Austin se insere nesse segundo momento, fazendo um contraste com o primeiro momento do pensamento contemporâneo apontado aqui de início, que teria como pressuposto uma filosofia logicista pautada em princípios referenciais e de significados. Austin está vinculado à tradição britânica da filosofia analítica que começara com Frege, Russell, Moore e o Wittgenstein do *Tractatus*, só que com uma nova forma de enfrentamento do problema e ávido por compreender os problemas tradicionais da filosofia sob essa nova abordagem. É por isso que tradição passada e tradição presente são parte do contexto da virada pragmática.

Austin propõe um discurso de proximidade com as experiências dos falantes, aproximando-se do nosso universo do discurso entre falantes e da prática cotidiana. Neste método de análise da linguagem enquanto ação, a linguagem não é mais considerada abstratamente em sua estrutura formal, mas sempre em relação a uma situação em que faz sentido o uso de uma expressão, ou asserção.

Assim, rompem-se alguns entendimentos sobre a linguagem que geram barreiras entre a linguagem e o mundo, tais como: os sistemas de signos sintaticamente ordenados e a realidade externa a ser representada. É uma abordagem sob novas perspectivas provocando um choque de ideias, que o leva a formular uma nova forma de enfrentamento do problema, inserindo um novo modelo de pensamento e contrapondo-se, portanto, ao pensamento tradicional.

Nesse sentido, quando analisamos a linguagem por meio da proposta de Austin, a investigamos dentro de um contexto social e cultural no qual esta se insere e para o qual tem um uso, como as práticas sociais que desempenha no processo de comunicação entre falantes. Com efeito, a linguagem é uma prática social e como tal deve ser analisada. A partir desse entendimento, a separação entre linguagem e mundo, proposta anteriormente, não se sustenta, porque a realidade é constituída exatamente pela linguagem quando fazemos uso dela no nosso dia a dia em um ambiente interacional.

Austin problematiza a linguagem dizendo que ela é muito mais do que fora pensada anteriormente. A linguagem é constitutiva e com ela se faz muitas coisas, não somente contemplar ou representar o mundo. Ele mostra que a linguagem é muito mais, à medida que ela deve ser investigada a partir do convívio em sociedade, ou seja, pela ação que ela exerce no meio. Assim, Austin mostra uma preocupação com o que se deve

dizer e fazer. A investigação austiniana parte da análise da fala e de como o sujeito faz uso dela como participante desse processo de construção.

A distinção a ser feita entre Austin e a tradição consiste na maneira como ele encara o problema. Se, na tradição, a linguagem ficou subordinada ao caráter contemplativo, representativo ou lógico, na teoria dos atos de fala Austin evidencia o dizer como ação em dada enunciação. A pergunta que permeia o seu horizonte é como se relacionar com, as pessoas e o mundo por meio da fala? E ele afirma que, em alguns casos, a linguagem não pode ser vista só de modo descritivo, atribuindo um valor de verdade e falsidade como fez crer a tradição. Para, além disso, existem casos que não descrevem nem relatam, mas são eles próprios a ação. É o que Aristóteles deixa para a *Retórica*, que Kant inclui nas pseudo-declarações e que Austin chamará de proferimento performativo que não descreve e nem constata nada, antes ele mesmo é uma ação, é uma realização de algo através do ato proferido.

No intuito de fortalecer a sua tese, Austin tenta fazer uma distinção que considera importante e acaba por introduzir os conceitos de constativo que tem o papel de descrever ou constatar algo no mundo de maneira a reapresentá-lo e o performativo tem por sua vez relação a uma atividade prática voltada para ação desempenhada ao proferir um ato de fala. Sua intenção é mostrar que uma coisa é constatar e a outra é estar fazendo algo no mundo, intervindo por meio da relação entre sujeito e ato de fala. Exemplos desses tipos de objetos linguísticos são ações no mundo que não enunciam uma verdade ou uma falsidade, simplesmente fazem algo.

O que se percebe é que Austin começa a pensar sistematicamente a linguagem, indo além do que fora pensado e superando algumas limitações. Mas, ao longo de sua investigação, isso precipitará um novo direcionamento e uma nova forma de encarar a questão. O dizer e fazer são duas coisas inseparáveis. A linguagem será analisada por meio do sujeito e da fala e suas variações em um contexto, que se opera com a intenção do falante, e o modo como o enunciado é proferido seguindo certas regras e convenções em um ambiente socializado. A linguagem e realidade estão em sintonia. A linguagem é realizadora e intervém no mundo a partir de uma ação em uma prática cotidiana.

Esse caminho trilhado por Austin consiste à base da nossa própria investigação, ao perceber as motivações que o levaram a trilhar tal jornada, com o propósito de preencher uma lacuna que ficou entreaberta pela tradição. Como eu me relaciono com as pessoas no mundo? Essa questão proposta faz emergir novos elementos para a nossa

discussão, no sentido de deixar mais claro se a pragmática consegue resolver todos os problemas da linguagem em Austin.

Austin procura trilhar um caminho de descoberta analisando aspectos da fala em determinadas aplicações e, conseqüentemente, a sua forma pragmática de encarar o problema o leva a criar novos problemas. Em *Quando dizer é fazer* ficam evidenciadas as dificuldades em obter critérios seguros no processo de investigação da linguagem. Algo sempre está escapando a uma definição explícita, está sempre retomando algo. Isso é reflexo do que disse Austin, de que o que fizera era um método de como se deve fazer, em vez de fazê-lo. Porém, fica claro em toda a sua obra a preocupação de trilhar caminhos seguros na classificação da linguagem e de determinados enunciados, seja pela análise verbal, seja pela análise estrutural. A sua preocupação vai além da tradição, o que causa mais do que uma reviravolta. Ele apresenta um novo método de análise da linguagem e um novo modelo de abordagem: a linguagem como elemento do discurso entre o “dizer” e o “fazer”. O que se deve destacar aqui é que, nesse novo processo, passa-se para um estágio composto por personagens reais. Locutor e interlocutor interagem mediante a enunciação. O enunciado passa a ser considerado elemento importante para a busca do significado, dentro de um determinado contexto. E a ação desempenhada a partir dos atos de fala passa a ter importância em um ambiente socializado no qual os atores são personagens reais que partilham de normas, regras, convenções, intenções em acordo com um contexto.

## **2.1 Uma questão de âmbitos: sintaxe, semântica e pragmática**

Nesta seção, me proponho a clarear as ideias acerca de alguns elementos primordiais da linguagem no processo de conhecimento. Para entender o processo de investigação austiniana, os âmbitos linguísticos que serão apresentados passam a ter muita importância. Não se trata de dominar tão somente conceitos específicos, mas de localizar três orientações gerais sobre como empreender uma reflexão sobre a linguagem, cada uma delas ressaltando um conjunto de aspectos que, por algum tempo, foram vistos como passíveis de estudo em separado. A preocupação com a linguagem em todos esses âmbitos é o que faz emergir a tematização, por parte de Austin, de aspectos efetivamente empregados no discurso que haviam sido negligenciados anteriormente. Ele começa a analisar a parte da linguagem que agora se mostra acessível ao filósofo, tanto suas aplicações imediatas em uma teoria da comunicação – o que o fez um autor muito lido por linguistas – como aquilo que deve ser pressuposto para

compreendermos a utilização efetiva de uma sentença ou uma frase pronunciada por um falante. De início, é bom que façamos uma distinção entre os três âmbitos que serão fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho, a saber, semântica, sintaxe e pragmática. Trata-se, agora, de examinar o seguinte: em que medida esses âmbitos possuem uma conexão com o nosso discurso? Desta questão desdobra-se o seguinte problema: quais são suas variações em um dado enunciado?

Começemos com a semântica, que corresponderia à parte que faz menção direta ao significado de uma sentença. A análise dos signos é a tarefa central dessa visada sobre a linguagem. Já a sintaxe é comumente pensada como análise anterior à semântica e se refere à formulação sequencial das palavras de uma forma ordenada mediante regras. Ela envolve a discriminação de tipos de objetos linguísticos e a determinação do papel que possuem nessas sequências, geralmente denominadas “frases”. A pragmática, por sua vez, está relacionada com o discurso em uma prática cotidiana onde há uma ação entre falantes. Destaca-se, então, a utilização dos elementos da linguagem na comunicação efetiva. Inúmeras perguntas surgiram ao longo dos tempos acerca do alcance de uma ou de outra orientação geral, tanto para o entendimento da própria linguagem, como em discussões voltadas a outras questões.

Na questão do conhecimento, por exemplo, o entendimento humano sofreu variações no decorrer do tempo no que se refere à linguagem para produção do conhecimento. Foram necessários vários meios nesse processo e ela aparece como esse instrumento ou mecanismo, ora como instrumento secundário, ora como elemento entrelaçado ao discurso proporcionando entendimento por meio da fala pronunciada. O que se percebe é que, em um discurso ou fala, emerge o enunciado e para se entender esse processo de comunicação, a sintaxe e a semântica foram instrumentos muito usados pela tradição, na produção do conhecimento. A tradição procurava conhecer por meio desse processo de análise do sentido, referência e significado ordenado referente à semântica. A semântica tradicional marcou (e continua marcando) épocas, devido ao seu papel de esclarecimento ou por conferir significado ou sentido a uma determinada sentença. E a sintaxe também tinha um papel importante, pois no processo de formação das palavras ela é anterior à semântica e possibilita uma ordenação do sentido aos enunciados.

A Sintaxe é o estudo de parte da gramática, em que se observam regras para a construção e coordenação das frases, disposição das palavras na oração e das orações no período segundo preceitos gramaticais. Percebemos, assim, que esse primeiro elemento

está relacionado à estrutura; dessa maneira, se ela não atingir os objetivos, a frase não terá sentido. Uma frase mal construída representa um tipo de falha sintática: frases que não seguem uma coordenação perdem o sentido.

A sintaxe é uma estrutura gramatical de sentenças ou proposições que visam a elaborar a construção ordenada de sentenças. As proposições devem estar organizadas de acordo com os arranjos de palavras que se formam conforme as regras gramaticais e seu uso. Em outras palavras, a sintaxe é um estudo das relações estruturais ou gramaticais entre os símbolos de maneira a analisar como eles se arranjam para poder comunicar um significado a uma sentença. Em síntese, esse estudo busca entender como se dão as relações gramaticais e estruturais da linguagem, e sua organização sistemática.

Percebe-se, assim, que a base da construção de uma proposição, para ter significado, tem que estar em consonância com essa estrutura elencada, sem a qual o significado nem aparece.

A semântica, por sua vez, diz respeito à ciência que estuda as significações das palavras de uma língua, verificando e analisando as mudanças que ocorrem no espaço e no tempo sobre as relações dos objetos, ou coisas, com seus signos. É a parte que busca compreender o significado das palavras em uma dada estrutura, sintaticamente ordenada. A sintaxe seria a coordenação estrutural, ao passo que a semântica seria a ciência que procura dar clareza aos significados das frases. Esta pode ser caracterizada como o estudo do relacionamento de símbolos linguísticos com outras realidades, ou seja, com aquilo que significam.

Enumerarei, aqui, alguns tipos de campos semânticos na filosofia: 1º) semântica descritiva, que estuda e faz análises de línguas vivas comuns; 2º) semântica formal, que tem como finalidade a análise das conexões entre determinada teoria e o cálculo de acordo com o qual se formula; 3º) semântica linguística, que estuda os símbolos e como seu significado muda no decorrer do espaço e do tempo. Esta última faz a análise das variedades de símbolos empregados, signos, sinais, gestos, palavras e formas linguísticas usadas para comunicar o seu significado e o relacionamento dos símbolos entre si e os efeitos sobre o comportamento humano.

Na sua origem, a semântica remonta aos gregos. Seria, na sua raiz, o estudo dos sinais e dos seus significados. Assim sendo, ela se caracteriza pelo estudo no contexto de sua aplicabilidade em face a palavras, frases, sinais e símbolos e o que eles representam e denotam em acordo com regras estabelecidas e sistematizadas, ou formalizadas por uma língua. Seria um estudo dessa comunicação que ocorre entre os

seres humanos por meio da linguagem. Em síntese, diferentemente da sintaxe, a semântica tem a função de realizar esse estudo de maneira a entender o significado, o qual é expresso ao emitir um discurso.

A pragmática, na contramão, faz menção à analogia entre o sujeito operante que se relaciona com outro sujeito de uma forma prática, sem, com isso, descartar os efeitos de uma sentença proferida. Ela aparece como um âmbito que faz menção ao agir, propiciando um elo entre um sujeito falante que está em conexão com outro sujeito falante, o seu interlocutor. Essa conexão ganha força com a pragmática, que analisa o nosso discurso a partir de uma interação no ambiente socializado onde certas intenções e convenções estão presentes num determinado contexto. Ela se refere a um conjunto de regras ou fórmulas que regulam as cerimônias oficiais. São formalidades da sociedade e seus efeitos se diferenciam da sintaxe e da semântica. É o estudo daquilo que fazemos com os símbolos, não considera o seu significado, tampouco investiga como um símbolo se relaciona com outros símbolos, mas como aqueles que inventam símbolos os interpretam e se relacionam e como são influenciados por eles. Na prática, o seu conhecimento deve ser derivado de experiências de métodos experimentais e esforços práticos. Há uma crítica à especulação, a qual considera incapaz de fazer chegar à verdade. O conhecimento deve ser usado para resolver problemas do dia a dia, para ajudar o homem a se adaptar ao meio, e em termos de verdade as ideias devem referir a suas consequências e resultados. A verdade é aquilo que tem valor prático na existência do homem. Serve de meio para que se possam alcançar os seus objetivos como também para influir na sua capacidade de prever e arranjar o futuro conforme os mesmos objetos.

Cada um dos diferentes âmbitos aqui apresentados tem um campo de investigação que lhe é próprio. É importante deixar claro que, como orientações gerais de uma investigação sobre a linguagem, cada uma se interessa por elementos que transformam a infinidade dos possíveis sons e inscrições em linguagem propriamente dita.

Se pensarmos na sintaxe, vamos perceber que suas preocupações têm caminhos peculiarmente abstratos, pois a relação sintática tem a ver com o ordenamento das frases e dos elementos das frases. É comum pensarmos que antes que seja possível emitir uma frase que tenha sentido, ela tem que ter um ordenamento. Esses elementos que compõem uma estrutura é o que chamamos de estrutura sintática. Sem ela não haveria, por assim dizer, frase correta.

É bom que se diga que isso não impede que frases sejam enunciadas sem a coordenação sintática. O que deve ficar claro aqui é que ela desempenha o papel de normatizar essa estrutura para que a semântica possa extrair o seu significado a partir dela. Sintaxe e semântica, afinal, parecem cooperar no que se refere à estrutura frasal e ao entendimento do significado. Dentro dessa cooperação é que se pode pensar um discurso coerente pautado num ordenamento em que elementos estão em sintonia com o discurso.

Nesse processo de estudo, a partir de frases corretamente montadas e dotadas de significado, comumente é visto emergir um âmbito do discurso. Este, por seu lado, causa um dos maiores choques em torno da linguagem, pois num cenário onde tudo aparecia como pronto e acabado eis que surge a pragmática para causar uma reviravolta, ou uma ruptura na maneira de se pensar. A pragmática surge como um âmbito em que se faz análise do discurso como comunicação entre falantes. As palavras passam a assumir várias outras significações em situações distintas. Ela, em si, ocupa-se de um enunciado que se relaciona a um dado contexto, que produz efeitos diversos em uma dada relação situacional.

O olhar investigativo do pesquisador da linguagem não mais se satisfaz com o pronunciamento de uma frase em sua completude sintática e semântica apenas. Isso porque, no discurso, frases de mesma estrutura sintática e semântica podem ainda serem vistas como diferentes a partir de critérios pragmáticos. Trata-se de um tipo de análise agora disponível ao pesquisador da linguagem que não se refere somente à linguagem como frase, mas aos efeitos que ela produz e como ela intervém em situações em que o discurso é proferido.

Vale lembrar que, ao proferir uma frase ou uma sentença, vários elementos novos podem surgir, e nem sempre o que as análises sintáticas e semânticas concluiriam que a frase exprime é o que ela representa numa situação específica. Alguém poderia entrar em uma sala onde encontra um desafeto – alguém com quem teve um desentendimento no passado – e, ao vê-lo, pronunciar o seguinte: “O clima está tenso por aqui!”. Nesse enunciado, percebemos a dificuldade de uma análise sintática e semântica quanto ao seu significado. Recorrendo ao aspecto pragmático, o enunciado ganha sentido por meio de elementos constituintes da linguagem, tais como intenções, convenções e contexto. Do ponto de vista pragmático, e conhecendo a existência do desentendimento, a frase desempenha o seu papel nesse contexto de repúdio à presença de alguém que não é desejado por aquela pessoa que produz o discurso. Mas quantos

sentidos esse pronunciamento poderia adquirir em diferentes situações? Desse modo, a pragmática entra em cena para fazer tal análise. Essa frase pode sofrer várias alterações acerca de sua compreensão e sentido. O discurso entre locutor e interlocutor propicia isso, como também as determinadas convenções de acordo com um contexto.

A discussão que adentramos foi no sentido da tríade sintaxe, semântica e pragmática. E isso quer dizer que a parte que contempla a sintaxe e a semântica se refere a questões das verdades das proposições. Isso traz à tona a impossibilidade de dar respostas a várias questões, o que somente se conseguiria com a pragmática em acordo com o contexto. A semântica estaria enraizada em pressupostos formais que fazem a análise da proposição com o propósito de encontrar uma verdade. O problema central da semântica está relacionado às condições de verdades, ou definição de verdades. Assim sendo, a semântica está comprometida em fazer com que a proposição que tem caráter abstrato extraia uma verdade por meio de um enunciado.

É nesse sentido que a pragmática entra em cena para sanar algumas inquietudes linguísticas. E ela está relacionada com o discurso e contexto dos falantes, que comungam de um ambiente socializado. Contrapõe-se, então, à semântica, que estabelecia as verdades por meio das proposições que contemplam em si essa funcionalidade. É no bojo dos atos de fala que a pragmática se consolida para um estudo de ações que envolvem o indivíduo que comunga de ideias. Isso faz perceber que vários elementos estarão impregnados nesse novo âmbito de investigação que se instaura. O locutor que faz uso do discurso para ser entendido não se contenta mais com o âmbito semântico que analisa a proposição. A preocupação se direciona para os enunciados que são proferidos, como os indivíduos que se relacionam e como a partir desse contato entre falantes o significado é extraído.

Entender essas manifestações que marcaram o pensamento contemporâneo é tarefa do filósofo que não se contenta com uma linguagem como instrumento sintático e semântico. A pragmática proposta pelo pensamento contemporâneo fora em certo sentido negligenciada pela tradição, a qual delegou um lugar de destaque somente aos elementos formais que compõem tais estudos vinculados à lógica que reportaria uma verdade no mundo possível ou uma falsidade. Os formalistas direcionaram os estudos das sentenças para um âmbito semântico ou sintático. O que quer dizer que questões que envolvam o contexto não foram privilegiadas. A pragmática, por sua vez, se instaura como um âmbito capaz de suprir algumas lacunas que a semântica tradicional deixa, isto é, questões que fogem a uma análise rigorosa formalista pautada em princípios lógicos.

Delimitaremos, após o que fora apresentado acima, os campos pertinentes a cada âmbito. A semântica estaria vinculada à análise da proposição, que extrairia uma verdade relativa ao mundo possível. Trata-se, em outras palavras, de corroborar um enunciado que em primeiro lugar afirma ou nega algo a respeito de uma conexão com o mundo. A saber, a proposição deve corresponder a algo no mundo, de modo a caracterizar a sua verdade em um mundo possível. Esse é um campo limitado que parece não contemplar coisas que não estão fora do campo da veracidade. Talvez esteja aí o entrave da tradição: delegar a um sistema fechado as respostas de forma lógica seguindo regras. Mas as ideias mudam, as coisas se inovam, haveria que se abrir um pressuposto para se pensar a possibilidade de mundos possíveis e variáveis quando se realiza um enunciado. A semântica está vinculada a uma dada língua composta por uma série de regras que correspondem a uma proposição a partir desse conjunto de elementos extrairia os valores de verdades. Em síntese, a semântica cumpre um papel de representar uma proposição no mundo.

Resumidamente, a sintaxe tem como objeto de estudo a sentença e é responsável por dar o seu devido ordenamento. A semântica se vincula a proposições de que se extrai uma verdade ou uma falsidade no mundo. A pragmática, por sua vez, está relacionada a um campo vasto que lhe é próprio e que não é atingido pelo universo semântico. Trata-se de questões que envolvem o discurso de maneira a corroborar uma significação no mundo por meio de elementos contextuais. A dependência contextual em algumas línguas é de suma importância para o saber, e isso em certo sentido fora delegado a um segundo plano no que diz respeito à linguagem.

Se nos depararmos com uma análise das expressões enunciadas sem nos atermos aos significados e ao locutor, estaremos diante de uma análise sintática apenas, visto que esta tem o papel de dar as coordenadas precisas em uma dada construção gramatical. Por outro lado, havendo a abstração de componentes que não atribui uma preocupação com a significação e com elementos designativos tampouco fazendo uma referência expressa a quem faz uso da linguagem, estaremos diante do campo da sintaxe.

Para uma análise semântica, também abstraímos o ator real que faz uso da linguagem para concentrar-nos apenas no estudo das expressões e seu significado. É um estudo de uma parte importante que caracteriza o campo de observação da semântica. Isso não implica dizer que na pragmática não haverá um significado; contudo, o que estou tentando fazer é definir os campos de atuação de cada âmbito. Por isso a

semântica constitui um campo próprio para a realização de tais análises, sem, contudo, invadir os domínios de outros âmbitos. Em uma expressão, existem os elementos que necessitam ser analisados em separados face aos objetivos pretendidos em nossa investigação. A pragmática centra seu estudo no locutor e no interlocutor que fazem uso de uma língua e compactua de acordos e regras vinculados a um contexto socializado. As relações de significação se dão nesse horizonte de troca de informações, as quais nem sempre estão contidas somente no enunciado. Há um campo mais amplo, elementos novos aparecem que necessitam de uma dependência contextual para extrair uma significação. A análise se volta para uma investigação a respeito de um locutor que profere e um interlocutor que ouve em um determinado contexto compartilhado por esses falantes. É um diálogo participativo entre pares que ficou por muito tempo delegado a um segundo plano. E a semântica tentou dar resposta a esse campo negligenciado, atribuindo valores de verdade a um suposto campo que não era seu.

A tradição filosófica resumiu praticamente a linguagem aos dois âmbitos primeiros de nossa investigação. Sem, contudo, se ater aos verdadeiros domínios do enunciado, nem a essa relação entre personagens reais que participam e interagem em uma troca linguística.

Em resumo, para exemplificar o que estamos falando, poderíamos demonstrar por meio de análise de uma situação que permite agregar os elementos anteriormente mencionados.

O rei da Inglaterra é branco.

Por que é branco?

Pois bem, a situação acima assume papéis distintos e o arranjo de ambas as frases é uma estrutura sintática. Ao passo que a primeira indica a cor do rei, a segunda por sua vez esboça um caráter de interrogação quanto a sua estrutura. Isso quer dizer que, dessas duas frases apresentadas, pode se extrair um estudo sintático da relação de ambas. Com essa mesma frase eu atribuo uma característica ao rei da Inglaterra; se essa por sua vez for verdadeira, estaremos diante de aspectos verdadeiros de uma estrutura semântica. Ao passo que, diante da mesma situação, se eu estiver dialogando com um ouvinte B e proferir tal informação com o intuito de que ele entenda o que estou a falar e interaja com o meu discurso, estarei empregando aspectos pragmáticos.

Nota-se que tais aspectos estão presentes no nosso dia a dia e fazem parte da nossa fala. Direcionar o foco da nossa atenção para o que falamos e estamos a fazer foi o que Austin se ocupou de fazer ao longo dos seus estudos. Cabe uma reestruturação da

linguagem no sentido de delimitar os campos. Fazer essa readequação e inserir a linguagem em seu devido lugar fora uma das grandes preocupações dos pensadores contemporâneos. Trata-se de fazer com que a linguagem seja o elemento primeiro, a partir do qual se pode intervir no mundo; de não separar, mas unificar, eliminando a dicotomia entre linguagem e mundo.

O estudo em separado de sintaxe, semântica e pragmática não procura distanciar o mundo e a linguagem. Pelo contrário, os aproxima. E as abstrações apontadas permitiram um campo que lhe é próprio em uma mesma proposição ou enunciado. Tal análise põe em prática a análise da sintaxe como estrutura e designação referente ao significado de uma expressão como semântica e por último se apega aos atos de fala linguísticos propriamente ditos em aspectos pragmáticos.

É nessa esteira de pensamento que o pragmático aparece para dar um passo mais a frente onde à sintaxe e a semântica não conseguiram chegar. Se quisermos entender como se deu a virada pragmática, a linguagem, tal como é efetivamente utilizada como meio de comunicação, se apresenta como elemento a ser investigado. Temos que procurar entender como algo significa algo, e como algo significa outra coisa em outro momento. Percebe-se que aquela estrutura perfeita e polida que os lógicos tentaram adequar à linguagem não consegue abarcar esse universo do significado, nem tampouco do sentido que uma frase pode desempenhar. Temos que reconhecer, inclusive, que existem sinais ou símbolos que têm significado, que produzem efeitos sem emitir uma única palavra.

Diante desses apontamentos envolvendo a sintaxe, a semântica e a pragmática, emerge a tentativa de estabelecer a distinção entre elas e o alcance de cada uma.

Dissemos anteriormente que na sintaxe deve-se ater à estrutura de uma forma ordenada, que para a semântica a preocupação se volta para o significado de uma sentença e a pragmática se preocupa com o enunciado em um determinado contexto. Como veremos adiante, esses âmbitos não podem ser pensados de modo estanque. A reviravolta que estudaremos diz respeito a uma visão da linguagem que, de certo modo, inverte o processo como descrevemos aqui e que ainda hoje pode ser percebido como o mais comum na apreciação da linguagem. A pragmática – como forma de analisar o discurso de uma maneira prática, pautada em personagens reais que estão em sintonia e que reconhecem os sentidos a partir de convenções ou vivências comuns – será vista como orientação fundamental das reflexões sobre a linguagem. Por assim dizer, é ela que é a pré-condição dos outros estudos.

Nota-se que essa investigação sobre a linguagem passa a ser mais abrangente pelo fato de não mais se limitar ao estudo da sentença como portadora de verdade.

Esse processo de análise permite dar um passo a frente e ir além do que a sentença revela na análise semântica. A dimensão pragmática abre janelas para se pensar o discurso das maneiras mais diversas possíveis e analisa o sucesso e o insucesso do ato de fala. Talvez a grande preocupação seja saber se, ao expandir as possibilidades de pensar a linguagem, não se acaba por causar mais conflitos que soluções. Cabe salientar também aqui que essa extrapolação não é uma derrubada de um sistema de maneira a abolir o velho. Trata-se de melhorar as ferramentas do processo investigativo, sendo que a pragmática é o âmbito novo que vai cumprir esse papel.

Conhecer esses âmbitos como orientações gerais da reflexão filosófica sobre a linguagem é de suma importância para o bom andamento do trabalho, pois as distinções aqui apresentadas permitem detectar as inversões de prioridade propostas no processo que culmina no pleno reconhecimento do estatuto pragmático da linguagem. A grande reviravolta, aludida no título da dissertação, diz respeito a uma reavaliação da importância crucial de aspectos endereçados no âmbito pragmático para estudo da linguagem como um todo. O que se vai estudar a partir de agora não vai ser a linguagem como linguagem, mas os efeitos que ela produz em uma sociedade em um dado contexto e de forma prática.

### **3 O PANO DE FUNDO DO PENSAMENTO DE AUSTIN**

A linguagem tornou-se, no século XX, a questão central na filosofia para grande parte dos filósofos. No pensamento contemporâneo, ela ocupa um lugar de inegável destaque. O cenário no qual a reflexão filosófica acerca da linguagem se apresenta não parece ser de fácil compreensão, uma vez que a discussão não se esgota. Percebe-se que há um movimento contínuo de reformulação e que esse processo sempre incorpora elementos novos, característicos de outras preocupações intelectuais de cada época. Assim sendo, esta segunda seção traz uma retomada de pensamentos marcantes sobre a linguagem e nos permitirá trilhar por caminhos seguros em busca do conhecimento.

Cada um desses momentos trouxe elementos peculiares, mas deve ser aqui ressaltado que esse processo não esgota os estudos sobre linguagem. O que se mostra evidente é que esse cenário não se fecha e sempre está aberto a questionamentos. Isso quer dizer, inclusive, que em muitas das mudanças ocorridas nas concepções sobre a linguagem, não se destruiu um sistema mais velho em detrimento de um mais novo, mas reestruturou-se um antigo sistema de modo a suprir algumas lacunas que permaneciam imprecisas. A relação entre linguagem e mundo, por exemplo, foi diferentemente endereçada, em parte pelas crenças mais amplas da cultura que abrigava as teorias sobre a linguagem em diferentes épocas.

Assim sendo, a retomada efetuada nesta seção, ainda que extremamente rápida, será muito importante para situar no tempo tanto a filosofia de Austin, objeto da próxima seção, quanto às reflexões que se iniciam na quarta seção. O interessante é salientar que a linguagem esteve em discussão no contexto histórico e isso fez com que ela sofresse alterações ao longo do tempo. A reconstrução que segue é uma forma, ou uma tentativa, de apontar esses momentos marcantes, tentando delinear um caminho que possibilite conhecer os elementos destacados por autores centrais da tradição filosófica, até culminar com a virada pragmática proposta por Austin.

#### **3.1 A tradição passada: reflexões antigas e modernas sobre a linguagem**

Nesta parte, proponho-me a investigar o caminho trilhado por alguns pensadores, no sentido de situar a forma como eles conceberem o processo de análise da linguagem. Percebe-se já de início, nesse processo de formação, a relação entre a reflexão sobre a linguagem e as preocupações ontológicas e epistemológicas. Num primeiro momento, na Antiguidade, temos uma linguagem designativa como instrumento imperfeito na busca do conhecimento. Num segundo momento, na

modernidade, tanto o caráter “instrumental” quanto o “errático” (imperfeito) da linguagem permanece, a preocupação se volta para uma realidade representativa e sua caracterização está associada às questões emergentes em torno da subjetividade. Ambos serão motivos de crítica para o segundo Wittgenstein e para o círculo de Oxford.

A partir do processo de reformulação linguística ou reviravolta, se investigam as diversas formas de articulações em torno da linguagem. Questões que foram fundamentais, para a tradição, como essência, representação e lógica, passam a ser repensadas por um novo viés.

Se, em um primeiro momento, a linguagem se revela de maneira contemplativa, a pergunta se direciona para a essência da coisa em si: como se pode conhecer o real? Essa pergunta parece sem resposta de um ponto de vista da linguagem, que está limitada ao seu *status* de mediador como algo secundário. Há um abismo intransponível e é possível perceber uma separação entre a linguagem e o pensar, como veremos no diálogo platônico, *Crátilo*. A linguagem aparecerá como um instrumento para designarmos o que é permitido conhecer da coisa em si mesma, pois o real em si mesmo não é alcançado por ela.

Seguindo a linha de pensamento acima proposta, elencarei algumas ideias de Aristóteles referentes a essa mesma temática no que concerne à linguagem. E num momento seguinte, passo para uma investigação do período moderno, em que a pergunta já direciona para outro âmbito, qual seja, o do conhecimento: como eu posso conhecer a coisa em si? É uma pergunta epistemológica acerca da ideia ou conceito em questão. Assim, se para os antigos o ontológico é o ponto de partida, para os modernos, será o epistemológico. Dessa maneira, a modernidade se pergunta pela condição de possibilidade de um conhecimento confiável. Por outro lado, para os contemporâneos o que está em questão é uma instância da expressividade no mundo. Nesse sentido, seria praticamente impossível filosofar sobre algo no mundo sem filosofar sobre a linguagem.

### **3.1.1 A linguagem em *Crátilo*, de Platão**

Em *Crátilo*, Platão promove um diálogo em torno da linguagem questionando se ela é naturalista ou convencionalista. É um embate emblemático que percorre toda a obra, onde se percebe a defesa da linguagem como nomeação efetuada pelos homens, por parte de Hermógenes, e como nomeação imposta pela natureza, por parte de Crátilo. Vejamos o que diz a passagem de *Crátilo*:

Hermógenes: Crátilo aqui presente, Sócrates, afirma que existe correção do nome concebida por natureza para cada um dos seres, e que um nome não é isso que alguns, tendo convencionado chamar, chamam, ao pronunciar uma parte de sua voz; mas que existe [383b] uma correção natural dos nomes, a mesma para todos, tanto aos gregos quanto aos bárbaros. Então, eu lhe perguntei se Crátilo era, na realidade, o seu nome ou não – o que ele concorda. “E o de Sócrates?”, disse eu. “Sócrates”, ele disse. “Então também para todos os outros homens, o nome que chamamos cada um, este é, para cada um, um nome?” “Seu nome – retorquiu ele – não é Hermógenes, mesmo que todos os homens o chamem assim”. E eu, afinal, perguntando e ansiando saber o que diz, [384a] ele não esclarece coisa alguma e me trata com ironia, fingindo refletir algo consigo mesmo, como se conhecesse a respeito aquilo que, se desejasse dizer claramente, me faria concordar e também dizer exatamente às coisas que ele diz. Então, se tu puderes interpretar, de alguma maneira, o oráculo de Crátilo, com prazer ouviria, e ainda mais prazerosamente aprenderia, se estiveres de acordo, como te parece ser a correção dos nomes (PLATÃO, 1987, p. 364).

Por sua vez, Sócrates responde em *Crátilo* para Hermógenes:

Sócrates: Oh, Hermógenes, filho de Hipônico, um antigo provérbio diz [384b] que “as coisas belas são difíceis” de aprender como são; com efeito, o estudo respeitante aos nomes não é, por acaso, de pouco valor. Porém, se eu já tivesse ouvido a exibição de cinquenta dracmas de Pródico, a qual, ele diz, é suficiente aos seus ouvintes para instruírem-se a respeito disso, nada te impediria de conhecer bem, o quanto antes, a verdade acerca da correção dos nomes; todavia, eis que a não a ouvi, mas somente a de uma dracma. [384c] Por consequência, não sei qual pode ser a verdade a respeito de tais coisas; no entanto, estou disposto a investigar em conjunto, contigo e com Crátilo. Quanto a negar que seu nome seja, na verdade, Hermógenes, suponho que zomba de ti, pois talvez ele pense que tu, em toda ocasião, almejando a aquisição de bens, não os obténs. Mas, como disse há pouco, saber tais coisas é difícil, e é necessário examinar, discutindo em conjunto, se é como tu diz ser ou como Crátilo (PLATÃO, 1987, p. 364).

Diante da posição de Sócrates apresentada acima, Hermógenes faz a sua defesa dos nomes:

Hermógenes: De fato, Sócrates, eu mesmo estive discutindo muitas vezes com ele e com muitos outros, não me deixando persuadir [384d] que a correção de um nome seja outra coisa senão convenção e acordo. Pois parece-me que se um nome qualquer é atribuído a algo, este é o correto; e, em seguida, se for mudado por outro, e não chamar mais aquele, o último não é menos correto do que o primeiro; assim como nós mudamos os nomes de nossos escravos, em nada o que foi mudado é menos correto do que o colocado primeiro; pois nenhum nome foi concebido por natureza para coisa alguma, mas por costume e por uso dos que o empregam e estabelecem o seu uso. Mas, se há um outro [384e] modo, eu estou disposto tanto a aprender quanto a ouvir, não somente de Crátilo, mas de qualquer outro (PLATÃO, 1987, p. 365).

Diante do diálogo descrito acima, Platão parece assumir uma postura intermediária entre essas duas propostas de abordagem buscando um ponto de equilíbrio

para o que venha a ser a sua linguagem ideal. Platão aponta para uma reflexão em torno da linguagem, criando uma nova maneira de se conceber esse processo. Ele postula uma correspondência fundamental: uma linguagem como instrumento que comporta uma estrutura gramatical que se relaciona com uma estrutura ontológica. A relação que a linguagem realiza, no entanto, tem um caráter secundário. Seu alcance não ultrapassa a barreira do pensar, uma vez que essas estruturas são complementares. Os sinais próprios da linguagem formam um sistema cuja ordem corresponde a uma estrutura designada ontologicamente. E esse caráter intermediário da linguagem é possível perceber na seguinte passagem.

Sócrates: Assim, Hermógenes, a atribuição do nome corre o risco de não ser algo insignificante como tu supões, nem de homens desprezíveis nem de quem calha. E Crátilo diz coisas verdadeiras [e] ao afirmar que os nomes são naturais às coisas, e que nem todos os homens são artesãos de nomes, salvo aquele que contempla o nome que é por natureza para cada coisa, e é capaz de colocar a sua forma em letras e sílabas (PLATÃO, 1987, p. 377).

A partir dessa constatação, Platão começa a propor o que considera uma forma de linguagem ideal. A linguagem seria um instrumento que separa e ao mesmo tempo marca as coisas por meio dos nomes que corresponderiam às essências. Os nomes, por sua vez, servem para o processo de aprendizagem. Seriam instrumentos de ensino, distinguíveis e capazes de separar as essências. A linguagem teria o papel de descrever as estruturas, de fazer comparações e exprimir diferenças fundamentais.

No entanto, percebe-se desde logo, que, em Platão, a linguagem está reduzida a mero instrumento e que a essência só pode ser conhecida em si mesma de maneira contemplativa. A realidade não se alcança mediante a linguagem e o conhecimento do que é o real se faz independente da linguagem. Nesse sentido, a linguagem não seria constitutiva, mas sim designativa. Ela designa as coisas por meio de estruturas compreensivas de sons em uma dada gramática. A linguagem aparece como elemento posterior à intuição, servindo como um instrumento secundário que participa e expõe, por meio de diversos tipos de sons, o que foi compreendido de uma coisa. Essa separação radical entre linguagem e pensar é a tese fundamental que parece difundida em *Crátilo* por Platão. O pensar seria uma atividade não linguística por excelência e a linguagem representaria um papel secundário para designar as coisas até os seus limites alcançáveis.

Os elementos linguísticos apresentados no diálogo aparecem com configurações distintas. Para Platão, a linguagem tem uma forma de transmitir o discurso, como um elemento secundário. O nome seria a essência primeira da linguagem e, sendo assim, nesse momento tem o papel de transcrever. O conhecimento se daria de forma contemplativa. Embora o termo “significado” não apareça em Platão, ele subentende que o nome contempla o real. O nome não contemplaria o não real, se alguém transcrevesse a seguinte frase “a estrela está a brilhar essa noite” e ao mesmo tempo dissesse “a estrela não está a brilhar”. Em uma linguagem nominativa isso causaria uma série de problemas devido ao fato de ela, a linguagem, estar lidando com algo vazio de sentido, ou seja, o nada.

Em Platão, ao menos no *Crátilo*, isso emerge como o grande problema entre fazer a relação entre nomes e a coisas que estes designam. A esse enfrentamento, Platão responde que o nome seria uma unidade simples, ao passo que as frases seriam entendidas como unidades complexas. No exemplo da frase da estrela que está a brilhar à noite e a estrela que não está a brilhar à noite, nota-se que essa relação é impossível. A designação é o elemento que faz com que o nome tenha de fato um sentido e que de fato a coisa designada exista. Porque, se não fosse assim, não seria possível o nome designar algo que não exista. Nessa perspectiva, o nome é que tem essa capacidade de se relacionar com as coisas mediante a linguagem. Por outro lado, a frase não nomeia nada, apenas abre a possibilidade de se atribuir um predicado a um sujeito gramatical. É por essa razão que esse discurso sugere um caminho de se pensar a questão do não ser e da falsidade.

Em *Crátilo*, fica evidente que o embate entre os naturalistas e os convencionalistas torna possível uma nova forma de entender a linguagem, pois a partir desse embate no diálogo fica estabelecido o papel que a linguagem desempenha como elemento secundário para designar as coisas até os seus limites possíveis.

### **3.1.2 A linguagem em Aristóteles**

Dando continuidade nesse processo de investigação, percebemos em Aristóteles um grau de reflexão mais elevado sobre a linguagem. Ele retoma o debate em torno da problemática platônica e compactua, a seu modo, com o rompimento entre linguagem e ser.

Aristóteles parte do pressuposto de que o fundamento último da linguagem está na unidade que é a essência e que a partir dela confere sentido às coisas. Percebe-se que

esse princípio fundante desembocará em uma ontologia, que consiste na unidade da significação como veremos a seguir. Trata-se de uma correspondência entre a unidade da linguagem e um princípio de unidade ontológico.

O que vale ser destacado aqui é a importância conferida por Aristóteles à linguagem, apontando alguns aspectos que foram importantes a ele em um dado momento, em especial nas passagens registradas em *Da interpretação*. Em Aristóteles, há uma preocupação de dar continuidade ao que Platão propusera, só que com um viés diferente.

Por conseguinte, podemos incorporar alguns novos elementos neste pequeno esboço. A linguagem aparece com outro enfoque, visto que a reflexão parte do rompimento da ligação imediata entre linguagem e ser. Em certo sentido, Aristóteles elabora uma teoria da significação em que, por um lado, afirma a separação entre linguagem e ser e, por outro, tematiza a relação entre esses dois domínios. Trata-se de uma reflexão em sentido duplo entre dois horizontes. Em primeiro lugar, ele tenta acentuar a diferença entre linguagem e ser e aprofunda a concepção designativa da linguagem seguindo largamente as ideias de Platão. Em seguida, diferentemente deste, tenta sustentar que, apesar desse distanciamento entre linguagem e ser, para nós mortais, não há acesso imediato ao ser que não passe pela linguagem.

No início de *Da interpretação*, Aristóteles nos diz: “Primeiro, há necessidade de precisar o que é o nome e o que é o verbo, depois o que é a negação e afirmação, a declaração e o discurso. Há os sons pronunciados que são símbolos das afecções na alma, e as coisas que se escrevem que são os símbolos dos sons pronunciados” (ARISTÓTELES, 2013, p. 3). Percebe-se nessa passagem a importância dos elementos linguísticos e sua relação com um mundo mental.

Aristóteles aponta cinco elementos para entender esse processo de conhecimento em torno da linguagem. São eles: nome, verbo, discurso, proposição e o par afirmação-negação.

A fala e a escrita seriam o símbolo da alma: a fala é a expressão direta e imediata das afecções da alma e a escrita é a sua expressão direta imediata. Entre a palavra e a coisa existe uma mediação que são os estados da alma. Os sons emitidos pela voz são símbolos da alma, ao passo que a escrita consiste em símbolos da voz. A escrita se refere à palavra dita que, por sua vez, se reporta às coisas. Nomes são limitados e coisas são imensuráveis: “O nome é um som articulado e significativo, conforme convenção e sem tempo, e do qual nenhuma parte separada é significativa” (ARISTÓTELES, 2013,

p.3). A palavra escrita ou falada não tem significação em si mesma, pois entre os nomes e as coisas não há semelhança completa.

Quanto aos verbos, Aristóteles nos diz: “Verbo é o que agrega àquilo que ele próprio significa o tempo e cujas partes nada significam isoladamente. E sempre é sinal das coisas que são ditas de outra coisa” (ARISTÓTELES, 2013, p. 5). Nessa afirmação, fica evidenciado o que vem a ser o verbo e a que ele se direciona em um discurso propriamente dito. O nome agrega um som vocal que possui significação convencional e sem relação com o tempo. O verbo é o que faz a ligação, é o que acrescenta a sua significação no tempo, e o signo daquilo que se diz da coisa é o predicado.

O discurso tem significação convencional, não é natural e não se preocupa com o verdadeiro ou falso: “O discurso é som articulado e significativo; uma de suas partes separadamente é significativa, como expressão, mas não como afirmação [ou negação]” (ARISTÓTELES, 2013, p.7).

A proposição, por sua vez, é o que aglutina os elementos citados acima, dando um ordenamento. Assim se estabelece uma relação entre nome, verbo, discurso, de modo que se chega a uma proposição.

A partir daí, se estabelece outra conexão, desta vez entre afirmação e negação. “A afirmação é a declaração de que alguma coisa se refere a alguma coisa e a negação é a declaração de que alguma coisa está fora da relação com alguma coisa” (ARISTÓTELES, 2013, p.9). Esta opera da seguinte maneira para ordem do pensamento: reúne-se o nome e o verbo correspondente ao pensamento, que opera por composição quando reúne e divisão quando separa um do outro. É a este, portanto, que se aplica a distinção entre verdadeiro ou falso. A afirmação, pois, declara que uma coisa se refere à outra, enquanto que a negação declara que uma coisa está separada da outra. O pensamento, nesse caso, seria um juízo expresso na proposição. A proposição seria a representação desse juízo afirmando ou negando. Nessa operação, o juízo é o que reúne ou separa, que afirma ou nega e é ele que é verdadeiro ou falso.

Assim, a proposição corresponde a um pensamento; ela é uma representação. Ela é um juízo e coloca na linguagem o pensamento que representa a realidade, exprimindo um juízo das coisas que são. Nesse mesmo contexto, poderíamos elencar dois tipos de juízos, um que se relaciona à existência e outro que se refere ao predicado, conferindo uma qualidade ao sujeito. Aristóteles exemplifica com duas proposições “o homem anda” e “o homem é justo”. A primeira seria uma proposição existencial, pois andar é essencial ao homem, enquanto que a segunda predica algo do sujeito homem, que pode

ou não ser o caso. Dizer “o homem anda” ou “o homem existe” é muito diferente de dizer “o homem é justo” ou “o homem não é justo”. Neste último caso, eu posso fazer uma relação por meio da cópula, que consiste no verbo “ser” se referindo ao que “é”, atribuindo algo à substância.

Nota-se aqui como linguagem e pensamento estão mais próximos do que em Platão. Ainda que diferentes, algumas investigações acerca da primeira impõem constrangimentos à realização do segundo. Além disso, aponta-se que na linguagem o símbolo não toma o lugar da coisa, mas faz a relação entre linguagem e mundo ser bem sucedida a partir da junção ou cópula do verbo “é”.

Das explicações já postas, verbo é o “é”, o “será”, o “tornar-se” e todos quantos são desse tipo, pois eles, para além do que significam, marcam o tempo. Por conseguinte, é a afirmação primeira (e a negação) “o homem é” // “o homem não é”; depois, “o não homem é” // “o não homem não é”; em seguida, “todo homem é” // “todo homem não é”; “todo não homem é” // “todo não homem não é”. E cabe o mesmo discurso para as construções fora do tempo [presente] (ARISTÓTELES, 2013, p. 23).

Essa afirmação sintetiza a posição da cópula no pensamento aristotélico, e essa composição é para ele um elemento importante. Para Aristóteles, a linguagem não é imagem, é reprodução do real e seu símbolo. Ela não manifesta o real, antes o significa, como instrumento convencional da designação, e é porque as coisas têm uma unidade essencial que as palavras podem ter sentido. A linguagem só é compreensível a partir do seu fundamento que é o ser, e a estrutura fundamental da linguagem é a predicação.

Em certo sentido, Aristóteles se aproxima da mesma configuração inicial estabelecida por Platão no diálogo *Crátilo*, a saber, a separação entre linguagem e mundo, linguagem e ser, pensamento e coisa. Trata-se, em ambos os casos, de duas instâncias diferenciadas. O que está presente em Aristóteles é a presença da cópula como mediação entre substância e predicação como elemento fundamental da análise da linguagem designativa.

### ***3.1.3 A linguagem para os primeiros modernos***

No período moderno, surge como elemento central para a reflexão filosófica o conceito de ideia. Esse conceito está impregnado em quase todas as discussões do período.

Diferente do primeiro momento aqui apresentado, a investigação parte agora para o entendimento de como se dá a relação das palavras ou ideias que estão na mente com os sujeitos que as utilizam.

Ao que parece, a ideia possui sempre um estatuto mental ou próximo do mental. Tal estatuto dispensa absolutamente um discurso público e, com isso, as ideias não apenas estão vinculadas a processos mentais, como a reflexão sobre elas é encaminhada puramente em termos dos indivíduos que as possuem. Talvez nisto resida o grande entrave da modernidade: o fato de a ideia estar exclusivamente vinculada ao mental individual. Nesse cenário, ignoram-se completamente as condicionantes públicas da linguagem. O acordo intersubjetivo que proporciona a comunicação não é problematizado, pois a preocupação está centrada nas condições subjetivas do pensamento e da linguagem, ou seja, em mostrar como as ideias que povoam as mentes dos sujeitos se relacionam com o mundo ou com os objetos.

Percebe-se que o processo de interação da ideia com o objeto se dá nessa instância mental. É importante, para os modernos, entender essa relação e como somos afetados por ela. Alguns filósofos da modernidade mostraram preocupações em tentar dar clareza ao conceito de ideia. Dessa, maneira para, tornar clara nossa reflexão, farei menção a algumas passagens de filósofos que discutiram tais assuntos, tentando entender como eles se posicionaram. E, assim, depois de trilhar por este horizonte de investigação, apontaremos os elementos pertinentes para entender esse processo de transição que ocorreu dos antigos e seu estatuto ontológico, para os modernos com o seu estatuto epistemológico, enfatizando a primazia dos seus conceitos teóricos, para em um momento posterior adentrarmos ao estatuto pragmático do discurso prático endereçado aos contemporâneos.

Vale ressaltar que os filósofos aqui citados serão investigados apenas no que concerne à linguagem e comunicação em relação ao mundo. Saliento também que as caracterizações, longe de responder pela totalidade de seus escritos, são apenas recortes para discussões. Apontarei, em especial, alguns elementos pertinentes para nossa discussão ulterior, que apresentará Austin como pivô da reviravolta pragmática.

Quando o nominalismo dos medievais sai de cena, entra em evidência o idealismo, ou algumas espécies de idealismo. As entidades privilegiadas deixam de serem os nomes, herdeiros esvaziados das discussões ontológicas, e passam a ser as ideias, habitantes dos sujeitos. Embora o conceito de ideia tenha ao longo dos tempos

adquirido várias roupagens para cada pensador, cabe aqui associá-la a uma entidade mental que, por sua vez, tem o papel de ligamento com as palavras ou discurso.

O universo das ideias, numa influente caracterização de Hacking (1999), teve seu apogeu entre os séculos XVII e XIX. Elaborar, discutir e precisar o conceito ideia foi algo que teve um papel preponderante nesse período, bem como na discussão crítica de tal período até os dias atuais.

Começemos por elencar Descartes, que parece apontar para a possibilidade de concebermos com precisão as nossas ideias, de modo independente do discurso com palavras. Para ele, a ideia ocupa o lugar principal no processo de conhecimento. A ideia que está na mente é o que permite fazer a ligação com a linguagem pela representação. Assim, a linguagem parece estar relegada a um segundo plano, como instrumento para representar um produto da ideia. A conexão entre ideias vislumbra numa espécie de visão mental, que permite pensar a verdade se livrando de palavras que poderiam levar ao erro. Nesse sentido, a ideia propicia um conhecimento objetivo para se conhecer algo, nos levando à verdade. A visão mental parece ser uma percepção real da ideia do nosso eu interior e, por isso, seria um ponto de partida para esse pensador.

Em Descartes, a concepção de linguagem aparece em algumas referências discretas à função das palavras. Estas referências, por mais que dispersas, são suficientes para traçar um perfil geral da concepção cartesiana da linguagem. Em um âmbito geral, as palavras são, para Descartes, signos instituídos pelos homens para expressar seus pensamentos. Como tal, eles são arbitrários e não possuem nenhuma relação de semelhança com as coisas que representam. Na quinta parte do *Discurso do Método*, Descartes fala da linguagem como um traço característico que distingue os homens e os animais irracionais:

E me demora especificamente neste ponto, para mostrar que, se existissem máquinas assim, que fossem providas de órgãos e do aspecto de um macaco, ou de qualquer outro animal irracional, não teríamos meio algum para reconhecer que elas não seriam em tudo da mesma natureza que esses animais; contudo, se existissem outras que se assemelhassem com os nossos corpos e imitassem tanto nossas ações quanto moralmente fosse possível, teríamos sempre dois meios bastante seguros para constatar que nem por isso seriam verdadeiros homens. Desses meios, o primeiro é que jamais poderiam utilizar palavras, nem outros sinais, arranjando-os, como fazemos para manifestar aos outros os nossos pensamentos. Pois pode-se muito bem imaginar que uma máquina seja feita de tal modo que articule palavras, e até que articule algumas a respeito das ações corporais que causem alguma mudança em seus órgãos: por exemplo, se a tocam num ponto, que indague o que pretende dizer-lhe; se em outro, que grite que lhe causam mal, e coisas análogas; mas não que elas arrume diferentemente, para responder ao sentido

de tudo quanto se disser na sua presença, assim como podem fazer os homens mais embrutecidos. E o segundo meio é que, ainda que fizessem muitas coisas tão bem, ou talvez melhor do que qualquer um de nós falhariam inevitavelmente em algumas outras, pelas quais se descobriria que não agem pelo conhecimento, mas apenas pela distribuição ordenada de seus órgãos. Pois, enquanto a razão é um instrumento universal, que serve em todas as ocasiões, tais órgãos precisam de alguma disposição específica para cada ação específica; daí decorre que é moralmente impossível que numa máquina haja muitas e diferentes para fazê-la agir em todas as ocasiões da vida, da mesma maneira que a nossa razão nos faz agir (DESCARTES, 1999, p. 82).

Segundo Descartes, ainda que esses apresentassem alguma semelhança com os nossos corpos e imitassem as nossas ações, teríamos ainda meios muito seguros para perceber que não seriam racionais. Saliento que, em primeiro lugar, não poderiam usar palavras e outros sinais da forma como usamos em relação ao nosso pensamento, pois não seriam seres pensantes. A diferença entre os homens e os animais, é uma coisa bem notável, visto que o homem é capaz de compor palavras em um discurso pelo qual se façam entender seus pensamentos.

Nesse sentido, o pensamento é o conceito fundamental, e a ideia central é o objeto privilegiado da filosofia de Descartes. Ele não se define por representação, mas, ao contrário, é a representação que se define a partir dele. Pensamento é uma coisa, uma coisa distinta da matéria, uma coisa em si mesma, portanto, uma substância. Representação é uma realidade meramente objetiva, isto é, uma realidade como objeto do pensamento. Com essa conceituação, a linguagem aparece como instrumento de que o pensamento se serve para expressar suas ideias. Assim, a linguagem humana é um discurso de significados expressos por signos.

Em Descartes percebe-se que há uma relação de exterioridade entre o signo e sua significação, que em linguagem moderna é chamado de referente. Descartes chama de signo exclusivamente a palavra; se evidencia que o significado não está dentro dos signos, mas no espírito que os manipula. Descartes, mesmo ao considerar o signo apenas como palavra, não considera que a linguagem se constitua num mero discurso de palavras sem sentido. Pelo menos no que se refere à linguagem humana, ele a considera fundamentalmente como um discurso de significados expressos pelos signos.

Esta síntese apresentada mostra que a concepção cartesiana é de que nada podemos exprimir por palavras, sem termos a ideia da coisa que é significada por nossas palavras. A significação das palavras que proferimos não está diretamente nas coisas, mas nas ideias ou conceitos das coisas.

Em um momento posterior, vislumbrou-se o apogeu das ideias ou do próprio idealismo. É o que parece ter ocorrido com Berkeley, ao levar às últimas consequências as intuições sobre a linguagem expressas na *Lógica* de Port Royal:

Para preparar o leitor a mais fácil inteligência do que se segue, convém pôr como introdução alguma coisa sobre a natureza e o abuso da linguagem. Mas o deslindar deste tema de certo modo antecipa o meu plano, por tratar-se do que parece ter sido origem principal da dúvida e complexidade da especulação como de erros e dificuldades inúmeras em quase todos os domínios do conhecimento. E foi a opinião de que o espírito pode construir ideias abstratas ou noções de coisas. Quem não for de todo alheio a obras e discussões de filósofos reconhecerá que não pequena parte delas se trava acerca de ideias abstratas. Elas passam especialmente por objeto das ciências denominadas *Lógica* e *Metafísica* e de quanto se tem pelo mais abstrato e sublime estudo, onde entretanto raro se encontrar uma questão posta de modo que não suponha a sua existência no espírito e que isso é bem conforme com elas (BERKELEY, 1980, p. 6).

Em seus escritos, está patente a preocupação em defender o estatuto da ideia como uma entidade mental e fazer uma crítica à linguagem como elemento imperfeito para o conhecimento, cuja existência pode ser assumida, diferentemente do que ocorre com o chamado mundo material. Parece-me que há uma aproximação com o método cartesiano, pois, em ambos, a base do pensamento está em uma visão mental. Berkeley, no entanto, é conhecido por reduzir a existência às entidades de caráter mental.

Mas, embora muitas coisas nos convençam da sua produção por agentes humanos, ninguém ignora que as chamadas obras da natureza, isto é, a maior parte das nossas sensações e ideias, não são produzidas pela vontade humana nem dependente dela. Há, pois algum outro Espírito que as causa visto não poderem subsistir por si (v. § 29) (BERKELEY, 1980, p. 42).

Além disso, outro problema tem em Berkeley um direcionamento que lhe é próprio, embora muito influenciado pelo nominalismo que o precedeu: a relação das palavras com as coisas. Tomemos como exemplo uma palavra como “frio”: Tal palavra representaria uma ideia ou várias ideias? E no caso de representar várias ideias, como dizer que ela poderia representar uma única “coisa” no mundo? O que vale para frio valeria para qualquer palavra de qualquer língua. Ora, Berkeley crê que é natural concluirmos que “frio” representa várias ideias – poderia estar frio para um e não para outro, ou para nós mesmos em situações diferentes. Nota-se que a ideia de frio não é por ele concebida como um universal, pois, nesse caso, teria que distinguir em quantos sentidos aquilo que é dito frio se relaciona com várias ideias mais específicas de frio. Tal discussão perpassa o horizonte da nossa investigação inicial quando Platão discutia

a relação entre naturalismo e convencionalismo. Para Berkeley o Espírito é o que permite o ‘ser’, ‘ser percebido’ como ele mesmo relata: “O que se tem dito da existência absoluta de coisas impensáveis sem alguma relação como o seu ‘ser percebido’ parece perfeitamente ininteligível. O seu esse é *percipi*; nem é possível terem existência fora dos espíritos ou coisas pensantes que os percebem” (BERKELEY, 1980, p. 13). Nela, o objeto último não se conhece com as palavras, mas somente com a relação consigo mesmo. O movimento proposto por Platão no diálogo *Crátilo* e o de Aristóteles em *Da Interpretação* parece ter alguma semelhança com a origem das ideias e os desdobramentos epistêmicos de tal assunto em muitos autores modernos (Locke, Leibniz, Hobbes).

A ideia tem o papel principal nesse cenário da modernidade, e a palavra ou a linguagem está relegada a um segundo plano, o que gerará um conflito para a filosofia da linguagem contemporânea. A ideia tendo o papel central deixa de lado alguns aspectos da fala que são importantes em um discurso proferido. O fato de se privilegiar por demasiado as ideias acabou por não impossibilitar que se percebessem os elementos centrais e importantes em um discurso.

Muitos pensadores apontaram para o problema da comunicação entre falantes e a forma de como se pode conhecer por meio da linguagem e como somos afetados por ela. Desse modo retratei, na parte exposta anteriormente, algumas passagens pertinentes para a nossa proposta de investigação no que se refere à linguagem e sua relação com o mundo. É possível diagnosticar em Locke, Leibniz, Hobbes e tantos outros uma preocupação com a linguagem. Vejamos o que Locke diz:

2. *É preciso que se transformem em sinais de ideias.* Além de sons articulados, portanto, foi mais tarde necessário que o homem pudesse ter a habilidade para usar esses sons como sinais de concepções internas, e fazê-los significar as marcas das ideias, internas de sua própria mente, pelas quais elas serão conhecidas pelos outros, e os pensamentos das mentes dos homens serão mutuamente transmitidos (LOCKE, 1999, p. 143).

Em Locke, fica evidenciado a preocupação com a linguagem e com as ideias. Esses sons articulados são frutos da linguagem que estão presentes e têm o papel de representar o nosso conteúdo mental aos demais homens, de maneira a possibilitar nos comunicarmos uns com os outros em um ambiente. Isso fica claro na passagem citada acima, quanto à importância da linguagem servir de meio através de sons ou sinais para a comunicação.

Em Leibniz, por sua vez, a linguagem também tem papel de destaque:

1. FILALETO – Tendo criado o homem para ser uma criatura sociável, Deus não só lhe inspirou o desejo e o colocou na necessidade de viver com o de sua espécie, mas outorgou-lhe igualmente a faculdade de falar, faculdade que deveria constituir o grande instrumento e o laço comum da sociedade. É daí que provêm as palavras, as quais servem para representar, e até para explicar as ideias (LEIBNIZ, 1999, p. 261).

Na passagem acima percebemos a importância da palavra falada e seu papel para representar as ideias. A linguagem aqui aparece como um instrumento que permite a comunicação em uma sociedade. É comum para alguns modernos esse caráter representativo da linguagem para a comunicação. Aqui é enaltecida a criação do homem como sendo um ser sociável capaz de transmitir aos outros seres, por meio de instrumentos da fala, o conhecimento.

Em Hobbes, a linguagem aparece destacada como uma nobre invenção e sua importância fica clara para o convívio em sociedade:

Mas a mais nobre e útil de todas as invenções foi a da linguagem, que consiste em nomes ou apelações e em suas conexões, pelas quais os homens registram seus pensamentos, os recordam depois de passarem, e também os usam entre si para a utilidade e conversa recíprocas, sem o que não haveria entre os homens nem Estado, nem sociedade, nem contrato, nem paz, tal como não existem entre os leões, os ursos e os lobos (HOBBS, 1999, p. 43).

A linguagem em Hobbes desempenha papel importante para o diálogo entre os homens de uma sociedade. Ela faz parte do desenvolvimento das constituições dos Estados e de suas relações com os demais. É notório que os homens se diferenciam dos demais seres por ter acesso à linguagem. Ela é o instrumento que permite a comunicabilidade em uma sociedade. Ela, segundo Hobbes, é uma nobre invenção que propicia o intercâmbio entre os indivíduos e, em sentido amplo, é o que permite as relações em uma sociedade, promovendo as organizações fundamentais que a regulamentam para um bom andamento de um Estado.

Com as passagens apresentadas acima se ilustra que a modernidade teve em seus momentos marcantes a predominância das representações de estados mentais, delegando à linguagem um papel intermediário, que caracteriza o que poderia ser chamado de era das ideias. No reinado das ideias, a preocupação se volta ao que significa uma ideia e o que ela representa no mundo. A ideia parece ser anterior ao objeto a que ela se relaciona. O processo se restringe a um conhecer no sentido de uma visão mental em

que a ideia se dá. Percebe-se que, para alguns pensadores do século XVII, a ideia é o ponto de partida para o conhecimento. É a partir dela que eu posso representar algo no mundo por meio da linguagem.

Parece que todo esse conflito que envolve a linguagem tem um propósito de mostrar que, em um determinado momento, o processo de conhecimento delegou à linguagem um segundo plano. E a nossa busca é uma tentativa de dar clareza ao percurso que ela desempenhou ao longo de todo esse processo. Percebe-se uma evolução na forma como ela é interpretada: se em um primeiro momento, para Platão, aparece de forma contemplativa, em que o em si mesmo não é conhecido por palavras, apenas é contemplado, essa forma de apresentação da linguagem que desempenha papel secundário começa a sofrer alterações com o advento da modernidade.

Assim, em um segundo momento, com os modernos, a questão deriva para uma investigação epistemológica. A questão é o conhecimento do conhecimento ou da ideia que está aí exposta, e pergunta-se se é possível conhecer. O estudo de tais problemas não se encerra por aí; nossa preocupação central é mostrar que, embora tudo o que fora até aqui discutido tenha a sua importância, não foi possível sanar algumas inquietações no que concerne à linguagem.

E seguindo a nossa linha de pesquisa, adentraremos ao tópico seguinte, no campo da esfera crítica, dando ênfase ao pensamento kantiano, no qual a preocupação com as ideias dará lugar a um novo tipo de preocupação, a saber, as questões que extrapolam o âmbito da sensibilidade em um horizonte crítico.

### ***3.1.4 A linguagem no pensamento crítico de Kant***

Kant foi um dos primeiros a defender que os elementos linguísticos estão para além da sensibilidade e que a linguagem possui um campo mais vasto a ser explorado.

No universo kantiano, a linguagem também desempenha um papel importante. É possível perceber uma preocupação central no início da obra de Leserre de mostrar como em Kant há um marco evolutivo da linguagem e que ela perpassa o enfoque da tradição onde a linguagem aparece de forma nominalista. Leserre nos apresenta uma importante distinção no início de seus escritos referentes à *Crítica da razão pura*, entre filosofia e matemática, que será importante para essa nossa proposta de discussão acerca da linguagem em torno de seus limites e alcances. A matemática tem um ponto de partida definido acerca do seu objeto; por outro lado, a metafísica se contrapõe a esse

marco definido, pois em um processo de investigação a definição deve aparecer em último plano.

Segundo Leserre, a investigação deve começar de maneira ordenada:

[...] diz Kant que aqui a investigação deve começar com uma série de operações a realizar entre suas notas características, como a comparação, a subordinação e a delimitação, que abram a via para uma clareação da ideia em questão. Do tempo, exemplo arquétipo da dificuldade do conhecimento metafísico (LESERRE, 2008, p. 22).

Esse fragmento nos permite pensar em um caráter investigativo, o qual contrapõe uma base sólida tradicional que parece não abarcar todo o horizonte da reflexão. Esse paralelo entre metafísica e matemática permite avançar para uma reflexão em torno de um clareamento da nossa visão de mundo. A matemática aparece como um conhecimento de seu significado de forma segura ao passo que na metafísica parece não ter uma precisão de maneira lógica.

Percebe-se que a tarefa da metafísica perpassa o da matemática e que o seu papel é o de dar clareza às ideias confusas e mostrar um caminho seguro por meio de uma investigação analítica. O processo de investigação não deve ter somente um caráter de observação. Fica evidenciado que essa diferença é um quesito muito importante para se pensar a linguagem. Por um lado, a matemática parte de conclusão exata e seu conhecimento repousa em algo firme; por outro, a metafísica lida com signos abstratos.

A tarefa seria uma forma de como proceder diante da metafísica. Seria analisar os conceitos que se encontram de maneira confusa aclarando-os, tentando distingui-los em sua totalidade e determinação. Esse processo de análises é o que servirá de base para que não sejam cometidos equívocos acerca das opiniões e devaneios; e a linguagem é uma unidade muito importante dentro desse processo.

A argumentação tentaria evitar os erros de interpretações dos conceitos, devido ao seu grau de complexidade. Diferentemente da determinação matemática, que tem as suas definições, devemos nos ater aos perigos de um conceito metafísico, pois o seu conhecimento lida com a perplexidade. Analisar os conceitos em sua totalidade é uma maneira de contrapor-se à tradição, e a linguagem desenvolve esse papel, permitindo a reflexão por meio da argumentação.

Evidencia-se, desse modo, que devemos evitar o nominalismo tradicional, que tinha um ponto determinado. A ideia tradicional de conhecimento ontológico da linguagem é repensada por um novo viés, a partir das análises em abstrato. A

linguagem, como palavras relacionadas a um conceito, não exprime o essencial. Assim, emerge o que seria a base para se pensar em Kant, a intuição. A intuição seria um marco nesse processo de investigação. Essa seria a base proposta para repensar os caminhos do conhecimento que coloca em xeque o modelo tradicional, reformulando-o.

Nesse processo de investigação, emerge um novo modelo a partir da reflexão, de entender como se relaciona a coisa em si e a linguagem. Assim, aparece em Kant uma terceira unidade de entendimento: o significado objetivo, que tem o papel de produzir um conhecimento puro. A linguagem ganha, nesse contexto, o caráter designativo como uma faculdade. E o emprego dos signos abre a possibilidade de se pensar o uso como significado objetivo puro, como diz Leserre:

O significado objetivo, pelo contrário, corresponde à unidade da consciência necessária e universal. Deste modo, o significado objetivo seria a união de signos que produzem a linguagem como faculdade de designação, como a unidade objetiva da percepção transcendental e a unidade subjetiva da consciência por associação (LESERRE, 2008, p. 107).

Aqui se percebe a importância da reflexão filosófica para ir mais além do processo de conhecimento a partir do significado objetivo. Isso porque, se a linguagem aparece como unidade empírica da consciência, ela em si faz a relação entre palavras e coisa no campo empírico. E não se atribuiria um caráter necessário e universal, visto que a universalidade seria possível com uma reflexão analítica, o que levaria a ultrapassar os limites do empírico para o transcendental, chegando à intuição para o conhecimento por meio do significado objetivo.

A capacidade de conhecimento a partir de princípios, *a priori*, seria a razão pura e a investigação da possibilidade, constituindo o que seriam os seus limites, caracterizando a crítica. Com a ideia de significado objetivo, permite-se expandir a distinção e abrir a possibilidade de se pensar o significado em três sentidos:

- 1º O sentido léxico, que se refere às condições desses enunciados;
- 2º O sentido formal, com referência às condições formais;
- 3º O significado objetivo, que é a possibilidade ou condição de um conhecimento possível.

A partir dessa distinção, é possível perceber, em Kant, uma diferenciação entre unidade nominal e real. A unidade nominal é uma forma designativa que difere da unidade real, que deve em última instância, apresentar a realidade objetiva do conceito.

Nesse sentido, a reflexão une esses elementos ou unidades por meio de uma

argumentação, que mostra a peculiaridade de cada um para o processo de conhecimento. Por conseguinte, se percebe que tal avanço permite alcançar a novos horizontes, visto que a linguagem como faculdade de designação se contrapõe ao significado objetivo. Devido aos seus limites de alcance, na analítica transcendental se evidencia que o entendimento não deve ir além dos limites da sensibilidade, onde se encontram os objetos.

Assim fica manifesto que a compreensão da realidade entre signo e coisa, como propôs a tradição anterior, entra em conflito com a proposta kantiana. O significado objetivo toma o lugar da ontologia, e a partir dessa conjuntura se estabelece a base do conceito de significado, o qual assume, a partir de uma reflexão filosófica, um papel central que servirá de ponto de partida para uma reflexão sobre a linguagem no século XIX e XX. Kant, em *Crítica da razão pura*, deixa em aberto o caminho para a reflexão acerca do entendimento do mundo como significado. Abre caminho, então, para se pensar a totalidade como instância última de investigação, superando os limites para se chegar ao conhecimento do real.

Kant mostra a importância da reflexão e propõe uma filosofia crítica para um conhecimento seguro. Ele tem um papel importante para a filosofia dos séculos XIX e XX com sua reflexão acerca do significado que se contrapõe a uma filosofia nominalista. Propõe uma filosofia que mostra que a linguagem tem um papel designativo e aponta para o que venha a ser sua grande contribuição para a reflexão em torno da linguagem, a proposta de um significado objetivo, o que vai além do percurso trilhado pela tradição anterior a ele. O conhecimento seguro se consegue nesse processo de reflexão, em um propósito de investigação crítico, pois é necessário dar clareza aos nossos conceitos, e assim essa reflexão é ampliada à totalidade. Dessa maneira, já não é mais a palavra e a coisa ou objeto, mas já é um todo organizado onde é possível avançar em um caminho seguro.

Nesse ponto, percebe-se a importância de Kant para o giro linguístico do século XX. Austin, na obra *Quando dizer é fazer*, diz que Kant já apontava um caminho e que algo estava fora do processo de investigação da tradição. Por esse viés construtivo, pode se pensar Kant com um lado pragmático reflexivo.

Kant procura entender o mundo a partir de uma totalidade. Seria uma realidade objetiva que procura analisar conceitos que nos afetam. Assim, para Kant, a importância está no significado que desempenha esse papel objetivo. E, se queremos avançar nesse processo de investigação, faz-se necessária uma reflexão crítica.

Essa nova abertura seria um sair para além dos limites do que a razão pode conhecer por meio da sensibilidade. É como abrir janelas para uma nova reflexão acerca do mundo. Entendo que a reflexão sobre o “sair da ilha” – na metáfora de Kant – é dar passos a um novo horizonte e se encaixa perfeitamente ao universo em discussão em torno da linguagem.

Nota-se que essa preocupação kantiana estará presente em Austin, especificamente na obra *Quando dizer é fazer*. Essa abertura proposta permitirá vislumbrar a linguagem por um novo ponto de vista, o que servirá, em um primeiro momento, como um pano de fundo para classificação entre proferimentos constatativos e proferimentos performativos, que serão abordados no capítulo posterior.

### 3.1.5 Considerações sobre Kant e Austin

Tratarei a partir de agora, de uma maneira sintética, de como Kant e Austin entendem a linguagem. Como ponto de partida, é preciso apontar que cada um tem a sua particularidade e maneira de emprego da linguagem.

Kant, como vimos no momento anterior, mostra a importância da reflexão e propõe uma filosofia crítica para um conhecimento seguro, ao passo que Austin irá partir da ação no processo de investigação da linguagem, como veremos a seguir.

Nessa perspectiva, quando Kant aponta que existem unidades do entendimento que extrapolam o horizonte da sensibilidade, ele acena para a possibilidade de se pensar a linguagem como elemento primordial dentro desse processo e deixa um caminho aberto para novas investigações.

Austin parte, por sua vez, do caminho deixado aberto pela tradição, tomando como ponto de referência um processo de investigação pautado na ação e no conjunto de elementos que se relacionam a uma dada sociedade. No início da obra *Quando dizer é fazer*: palavras e ações, Austin faz menção a Kant, dizendo:

Em um primeiro momento e de forma mais óbvia, mostrou-se que muitas “declarações”, como Kant primeiro sustentou de maneira sistemática, eram estritamente sem sentido, apesar de sua forma claramente gramatical, e a contínua descoberta de novos tipos de sentenças sem sentido resultou, a grosso modo, em um bem por mais assistemático que fosse sua classificação e misteriosa a sua explicação (AUSTIN, 1990, p. 22).

Essa é uma importante distinção que aparece no início da obra de Austin entre o juízo da ciência, que representa o conhecimento, e os juízos da metafísica especulativa,

que seriam meras pretensões a conhecimento, sem de fato virem a se constituir legitimamente em ciência. Nota-se que essa abertura é muito importante para buscar entender o processo da linguagem em torno desse horizonte. Cada momento teve uma forma de conceber esse processo. Importa, porém, salientar que essa abertura é uma nova forma de pensar um antigo problema, só que por um novo ângulo. Em outra passagem na obra de Austin, Kant é citado novamente como um dos pioneiros nesse processo de reformulação:

Passou-se geralmente a considerar que muitos proferimentos que parecem declarações não têm, ou têm apenas em parte, o propósito de registrar ou transmitir informações diretas acerca dos fatos. Por exemplo, as “proposições éticas” talvez tenham propósito, no todo ou em parte, de manifestar comportamentos, ou influenciá-lo de modo especial. Aqui também Kant deve ser considerado como um dos pioneiros (AUSTIN, 1990, p. 22).

Nesse ponto, percebe-se a importância de Kant para o giro linguístico do século XX. Austin de início afirma que Kant já apontava um caminho e que algo estava fora do processo de investigação da tradição. Por esse viés construtivo, pode se pensar Kant com um lado pragmático reflexivo. Esse caminho aberto por Kant permite a Austin estabelecer um novo campo de investigação. A ideia de proferimento aparece de maneira distinta: de um lado temos o proferimento constativo, que é marca da tradição e, por outro lado, o proferimento performativo, que cumpre esse papel de tentar dar clareza às nossas indagações. Iremos notar em Austin, no terceiro capítulo, que temos um ponto de partida na investigação, mas não temos um ponto de chegada delimitado. Talvez porque as variações das dependências contextuais estão se moldando em uma dada situação relacional entre sujeitos de uma determinada língua.

Aqui se percebe uma diferença entre Austin e Kant. Kant procura entender o mundo a partir de uma totalidade. Seria uma realidade objetiva que procura analisar conceitos que nos afetam. Por sua vez, Austin irá partir da análise da fala em um determinado contexto onde a linguagem desempenha um papel importante. Há, nesse sentido, uma conexão entre locutor e interlocutor. Assim, para Kant a importância está no significado que desempenha esse papel objetivo. Para Austin, o que se leva em consideração é a ação desempenhada em uma dada situação. Há uma inversão em Austin nesse giro linguístico: a sintaxe e a semântica, que estavam em primeiro plano, passarão a ter um lugar secundário nesse processo, ou seja, a pragmática ganha *status* em primeiro plano.

No processo de análise desses dois autores, de maneira resumida, percebe-se que cada um terá sua contribuição para um dado momento. Ora reformulando, ora fazendo questionamentos. O que importa é que ambos se preocuparam, a sua maneira, com a linguagem, seja ela como sintaxe, semântica ou como pragmática. Ambos deixaram caminhos abertos para investigação em torno da linguagem. E, se queremos avançar nesse processo de investigação, faz-se necessária uma reflexão crítica.

### **3.2 A tradição presente: reflexões contemporâneas sobre a linguagem**

O pensamento que emerge no século XX modifica o foco de investigação, a saber: nominalismo, idealismo e representativismo são substituídos por um estudo centrado na frase. A frase ou sentença passa a ter papel fundamental nesse novo horizonte que emerge. Ela tem um papel de esclarecimento pautado em uma estrutura formal. Para essa discussão introdutória, aponto para dois pensadores – a saber, Frege e Wittgenstein –, fazendo alguns recortes que serão aprofundados no decorrer do processo investigativo. Procuo mostrar essa inversão em Frege no que tange à linguagem, inserindo a frase como um novo elemento e preparando o caminho para Wittgenstein.

É com tal intuito que adentro para essa nova perspectiva da linguagem, dando primazia à frase, em uma tentativa de trazer um novo direcionamento para o nosso problema no que se refere à linguagem. Alguns pilares estabelecidos pela tradição anterior a Frege serão questionados e serão apontados novos caminhos que culminarão, mais à frente, na proposta de trabalho estabelecida para este cenário investigativo. Em linhas gerais, aqui emergirá um novo momento, visto que desse choque de ideias o cenário se altera. O campo da linguagem passa se tornar decisivo para a filosofia. O que era um campo secundário passa a ser uma instância importante, a partir da qual – será defendido – a própria filosofia pode ser feita. Em geral, pode-se dizer que a filosofia da linguagem ocupa papel central no século XX. É por esse prisma que o elemento linguagem torna-se decisivo para a virada linguística.

#### ***3.2.1 A linguagem em Frege***

Ao adentrar o campo de investigação fregeniano, percebemos que o foco ou o objeto de estudo é outro. As preocupações passadas como a essência nominalista contemplativa de Platão, o caráter idealista mental dos modernos que eram marcas nas tradições anteriores serão substituídas pelos conceitos de sentido, referência e significado em Frege. Essa reformulação analítica inaugurada será pautada em

princípios lógicos formais. Estuda-se, assim, a estrutura, o funcionamento, a natureza da linguagem por meio de análises de termos e proposições, sentido, referência e verdade.

Nesse novo momento passa a se perguntar: como pode uma sentença ter significado? A primeira mudança no pensamento começa por aí, ou seja, a questão central ou ponto de referência passa a ser o significado de uma sentença de maneira lógica seguindo uma estrutura formal, diferente do modelo nominalista ou idealista proposto pela tradição. O que difere um modelo do outro é que a análise se opera no mundo por meio de um processo que extrai a verdade ou falsidade de maneira determinada estabelecida por regras.

Pode-se fazer aqui a objeção de que “ $2^2 = 4$ ” e “ $2 > 1$ ”, entretanto, significam coisas totalmente diferentes, exprimem pensamentos totalmente distintos; porém, também “ $2^4 = 4^2$ ” e “ $4.4 = 4^2$ ” exprimem pensamentos diferentes; mas, apesar disto, pode-se substituir “ $2^4$ ” por “ $4.4$ ”, uma vez que ambos os sinais têm a mesma referência. Por conseguinte, “ $2^4 = 4^2$ ” e “ $4.4 = 4^2$ ” têm também a mesma referência. Disto concluímos que a igualdade de referência não tem como conseqüência a igualdade de pensamentos. Se dizemos “a Estrela Vespertina é um planeta cuja revolução é menor que a da Terra”, o pensamento que exprimimos é diferente do da sentença “a Estrela Matutina é um planeta cuja revolução é menor que a da Terra”; pois quem não saiba que a Estrela Matutina é a Estrela Vespertina, poderia considerar uma das sentenças como verdadeira e a outra como falsa; e, no entanto ambas as sentenças devem ter a mesma referência, pois apenas se trocaram as palavras “Estrela Vespertina” e “Estrela Matutina”, que têm a mesma referência, isto é, são nomes próprios do mesmo corpo celeste. Temos de distinguir entre sentido e referência. Certamente “ $2^4$ ” e “ $4.4$ ” têm a mesma referência, isto é, são nomes próprios do mesmo número, mas não têm o mesmo sentido. Daí terem “ $2^4 = 4^2$ ” e “ $4.4 = 4^2$ ”, na verdade, a mesma referência, mas o mesmo sentido, isto é, neste caso não contêm o mesmo pensamento (FREGE, 1978, p. 43).

Percebemos nesse fragmento acima citado a instituição de regras e a importância atribuída por Frege para “sentido” e “referência”, domínios estes importantes para a nossa discussão. Com ele, a filosofia tem um novo direcionamento e sua semântica em relação aos nomes assume dupla função. De um lado, eles denotarão um objeto e, por outro, irão exprimir um sentido. Assim, essa distância passa a ser o cerne da semântica fregeana. A partir desse modelo apresentado é possível apontar que, em Frege, a linguagem humana possui três dimensões: uma dimensão significativa, que expressa linguisticamente e que também é possibilitada pelos sinais; uma dimensão objetiva, que designa o objeto supracitado; e uma dimensão significativa, que estabelece o sentido. Exemplificado, podemos dizer que o sentido é a forma na qual o objeto se manifesta.

Frege ilustra como se dá essa manifestação entre sentido e denotação. Denotação seria a base do nome, ou o objeto em si; e as manifestações elencadas dessa base são o

que Frege chamará de sentido. Ele emprega o exemplo da “estrela da manhã” e “estrela vespertina”, ambos com sentidos diferentes, mas com a mesma denotação. Percebe-se um conjunto de elementos organizados, de modo que cada um tem um valor e está em associação com os demais – sinal, sentido e denotação. “A igualdade desafia a reflexão dando origem a questões que não são muito fáceis de responder. É ela uma relação? Uma relação entre objetos ou entre nomes ou sinais de objetos? Em minha Begriffsschrift assumi a última alternativa” (FREGE, 1978, p. 61).

E, para Frege, essa denotação consiste em nomes que designam objetos. Dessa maneira, quando há troca de nomes, gera-se um conflito em uma frase, pois a significação é alterada. É desse modo que Frege abre uma perspectiva de se pensar duas funções semânticas, uma que expressa sentido e outra que expressa ou denota o objeto em si. O que está em mudança é o pensamento, como ele descreve: “O pensamento, portanto, não pode ser a referência da sentença, pelo contrário, deve ser considerado como seu sentido” (FREGE, 1978, p. 67). Assim, em uma expressão, o que está em mudança é o pensamento, é o que expressa um sentido. Ao passo que o que permanece seria o nome ou denotação, ou valor de verdade de uma proposição.

A conexão regular entre o sinal, seu sentido e sua referência é de tal modo que ao sinal corresponde um sentido determinado e ao sentido, por sua vez, corresponde uma referência determinada, enquanto que a uma referência (a um objeto) não deve pertencer apenas um único sinal. O mesmo sentido tem expressões diferentes em diferentes linguagens, ou até na mesma linguagem (FREGE, 1978, p. 63).

Essas relações apresentadas caracterizam as estruturas delineadas acerca do comportamento das conexões. O fragmento acima apresentado mostra como se dá essa relação, estabelecendo que o sinal se direcione a um sentido determinado; o sentido se relaciona a uma referência determinada e, por último, a referência se relaciona a um objeto. Em Frege fica evidente a preocupação com a estrutura da frase, o que enfatiza a importância de se pensar a linguagem por outro ângulo de investigação. Frege também aponta para a distinção entre referência, sentido e representação, elementos esses que são importantes e centrais para o nosso propósito de investigação. Vejamos o que nos diz acerca desse assunto:

A referência e o sentido de um sinal devem ser distinguidos da representação associada a este sinal. Se a referência de um sinal é um objeto sensorialmente perceptível, minha representação é uma imagem interna, emersa das lembranças de impressões sensíveis passadas e das atividades, internas e

externas, que realizei. Esta imagem interna está freqüentemente saturada de emoções; a claridade de suas diversas partes varia e oscila. Até num mesmo homem, nem sempre a mesma representação está associada ao mesmo sentido. A representação é subjetiva: a representação de um homem não é a mesma de um outro. Disto resulta uma variedade de diferenças nas representações associadas ao mesmo sentido (FREGE, 1978, p. 64).

A passagem acima relata a distinção entre sentido, referência e o caráter representativo. A representação está relacionada a um estatuto interno, ou imagem como diz Frege. Ela é algo subjetivo e está em constante oscilação de um homem para outro. O sentido é a forma no qual o objeto se manifesta, e este por sua vez é um pensamento que está em constante mudança, o que o diferencia de sua representação e também de sua referência. Já a referência é um objeto designado por um sinal de maneira perceptível; é o referencial em direção do qual o sinal aponta, de modo a identificá-lo de forma a ser percebido no mundo.

Após ter apontado indicativos do começo da virada, delineamos a nossa investigação para outro momento que será fundamental para o nosso propósito. Frege teve grande influência para o processo de mudança do pensamento contemporâneo e sua contribuição foi marcante para o momento retratado.

### ***3.2.2 Um contraponto à tradição lógica***

A contextualização apresentada anteriormente permite perceber um dos primeiros momentos da vertente que culminará com a virada pragmática, a qual estará presente nos pensadores apresentados nesta seção e na seguinte para a discussão. Ainda há uma parte de aproximação que gostaria de destacar: a relação entre a lógica de Frege e a linguagem em Austin. Essa aproximação serve para frisar uma divergência de pensamentos de ambos pensadores.

A preocupação austiniana, de início, tem como finalidade contrapor um modelo de estudo da linguagem, que tinha como elemento principal a análise da frase e desse conjunto se conseguia uma definição que seria verdadeira ou falsa. Essa forma de abordagem é questionada por Austin, pois seus limites estão reportando somente a frase ou o enunciado, de maneira lógica a representar uma relação perfeita. "A conexão regular entre o sinal, seu sentido e sua referência é de tal modo que ao sinal corresponde um sentido determinado e ao sentido, por sua vez, corresponde uma referência determinada, enquanto que a uma referência (a um objeto) não deve pertencer apenas um único sinal" (FREGE, 1978, p. 63).

Percebe-se uma linguagem codificada onde o sentido reside na frase, que afirma algo ou nega algo. Há toda uma estrutura elaborada de acordo com a gramática, seguindo determinadas relações sintáticas, com determinado valor semântico e segundo relações lógicas que são determinadas de maneiras formalizadas. O sentido é extraído dessa construção, cujo papel é dar clareza aos enunciados. A partir dessas relações é que se fazem as distinções de vários tipos de enunciados, os legítimos, os absurdos e os falsos.

Somos assim levados a reconhecer o valor de verdade de uma sentença como sendo sua referência. Entendo por valor de verdade de uma sentença a circunstância de ela ser verdadeira ou falsa. Não há outros valores de verdade. Por brevidade, chamo a um de o verdadeiro e a outro de falso. Toda sentença assertiva, em face à referência de suas palavras, deve ser, por conseguinte, considerada como um nome próprio, e sua referência, se tiver uma, é ou o verdadeiro ou o falso (FREGE, 1978, p. 69).

Nesse cenário, a afirmação seria uma única forma lógica possível e que traz consigo o seu caráter de verificabilidade. Esse caráter referencial é o que permite descrever um estado de coisas no mundo e conseqüentemente possibilita fazer uma distinção da afirmação, qualificando-a como verdadeira ou falsa. Aqui se percebe que a frase está entrelaçada com a afirmação, pois essa função enunciativa é a única reconhecida. Se ela assim se fecha em si mesma, não permite uma distinção entre o que é enunciado e o que é enunciação. A frase seria o objeto de estudo, uma vez que ela fecha em si todo sentido.

Austin percebe que esse modelo de abordagem esbarra em enormes dificuldades, visto que em muitos casos a linguagem só teria sentido em uma dada enunciação na prática cotidiana. Nesse processo investigativo, Austin evidencia que o alcance da linguagem não se restringe a uma afirmação, mas para além dela existem outras como interrogações, exclamações, ordens, desejos etc. Esses elementos, ao serem inseridos, tornam difícil uma explicação coerente a partir apenas de um ponto de vista gramatical. Dessa maneira, se a frase em si proporciona o seu sentido, ela não abarcaria todo o horizonte, pois existem casos em que o sentido está além da frase.

Ao investigar a respeito, Austin constata que as afirmações verdadeiras ou falsas não são o único modelo que permite entender o funcionamento da linguagem. A linguagem não seria simplesmente um sistema simbólico que permite representar o mundo por meio das afirmações.

Contudo, até mesmo nós filósofos, estabelecemos certos limites para a quantidade de sentenças sem sentidos que estamos dispostos a admitir. Com isto, passou-se a perguntar, em um segundo estágio, se muitas das aparentes pseudo-declarações seriam realmente “declarações”. Passou-se geralmente a considerar que muitos proferimentos que parecem declarações não têm, ou têm apenas em parte, o propósito de registrar ou transmitir informação direta acerca dos fatos (AUSTIN, 1990, p. 22).

Desse modo, há uma ruptura com esse modelo tradicional logicista. A nova forma de pensar austiniana está pautada em uma concepção pragmática, em que é permitido que outros tipos de atos cumpram outras funções em um determinado contexto. Essa abertura faz com que esses atos intervenham no mundo de diversas formas, transformando propriedades relacionadas ao mundo. Ao pronunciar a fala, se intervém no mundo por meio da ação de diversas maneiras, produzindo inúmeros efeitos.

Austin não limita a linguagem somente ao fato de falar. Ele também se preocupa com atos que estão de certa forma para além da linguagem, sendo realizados, portanto, por meio dela. Não seria uma preocupação direcionada para meios e fins, nem uma perspectiva instrumental que se relaciona com meios para se atingir uma finalidade visada, embora se possa entender que, em alguns atos que proferimos, haja certa intencionalidade que produz efeitos de maneira determinada a partir de meios que parecem determinados. Este esboço inicial é apenas uma preparação para que ao adentrar ao pensamento do autor, no terceiro capítulo, tenhamos de fato subsídios e ferramentas para dar suporte a nossa proposta investigativa.

### ***3.2.3 A linguagem em Wittgenstein***

Em Wittgenstein, no primeiro momento do *Tractatus* a linguagem aparece como figurando a realidade no mundo de forma limitada e lógica. No segundo momento, o das *Investigações Filosóficas*, o autor retoma seu pensamento de forma diferenciada, dizendo que a linguagem é seu uso e que ela desempenha várias funções em uma enunciação. A linguagem não é limitada como no seu primeiro momento; ela é dinâmica. A questão quanto à linguagem parece ser a mesma de um ponto de vista lógico. Embora haja divergências quanto ao resultado de suas pesquisas, a pergunta fundamental que norteia o seu pensamento é a questão que envolve a linguagem e o pensamento. Saber o que é a linguagem e o que é o pensar são inquietações que atormentam o filósofo. Entender essa relação ou passagem de um estágio para o outro é

o caminho a ser trilhado a partir de agora em Wittgenstein no que tange a nossa problemática inicial.

Para o 1º Wittgenstein, a linguagem figura o mundo, ela fala sobre ele e nos informa. “2.11 A figuração representa a situação no espaço lógico, a existência e inexistência de estados de coisas” (WITTGENSTEIN, 1994, p. 143). Esse mundo seria a totalidade dos fatos, com essa afirmação se contrapõe o mundo como totalidade das coisas de modo inadequado, pois se pensarmos o mundo como tal estamos pensando em relação aos objetos. Por isso, evidencia-se a contraposição entre mundo como totalidade dos fatos e mundo da totalidade das coisas. São dois mundos distintos, o dos fatos e o das coisas. Vejamos como o autor do *Tractatus* descreve na passagem abaixo:

2.0121 Pareceria como um acaso se à coisa, que pudesse existir só, por si própria, se ajustasse depois uma situação. Se as coisas podem aparecer em estados de coisas, isso já deve estar nelas. (O que é lógico não pode ser meramente possível. A lógica trata de cada possibilidade e todas as possibilidades são fatos seus.) Assim como não podemos de modo algum pensar em objetos espaciais fora do espaço, em objetos temporais fora do tempo, também não podemos pensar em nenhum objeto fora da possibilidade de sua ligação com outros (WITTGENSTEIN, 1994, p.135).

Percebe, nesse cenário, que o elemento só teria significação como parte integrante de uma frase e não independente dela. É nesse sentido que o mundo como totalidade das coisas não se sustenta; trata-se da dissolução desse modelo estrutural, visto que os nomes carregam consigo uma carência de complemento. Ele seria incompleto, fechado em si mesmo; e estes, por sua vez, não designariam algo de forma independente.

A distinção proposta entre estado de coisas e fato consiste no entendimento de que estado de coisas se refere exclusivamente ao conteúdo descrito das frases e o fato corresponde a sua realidade. O fato diz respeito a algo que ocorre; por outro lado, o estado de coisas representa algo que possivelmente poderia ocorrer. Conhecer o objeto significa conhecer os estados de coisas em que ele pode aparecer.

Wittgenstein afirma que há uma identidade estrutural entre o mundo dos fatos e o mundo do pensamento, dado que a estrutura do mundo factual corresponde ao mundo do pensamento. “3 A figuração lógica dos fatos é o pensamento” (WITTGENSTEIN, 1994, p. 147). A afiguração da realidade seria a sua forma lógica. O pensamento seria a figuração lógica dos fatos, e uma figuração verdadeira representa um fato. “2.15 Que os elementos da figuração estejam uns para os outros de uma determinada maneira

representa que as coisas assim estão umas para as outras” (WITTGENSTEIN, 1994, p. 143). Em geral, se analisarmos só a figuração não poderemos saber se ela é verdadeira ou falsa. Ora, uma figuração falsa não representaria um fato, mas algo que poderia ser um fato, um estado de coisas possível. O que aparece no primeiro Wittgenstein é que a linguagem deixa de ser independente.

A linguagem é um traje que disfarça o pensamento. E, na verdade, de um modo tal que não se pode inferir, da forma exterior do traje, a forma do pensamento trajado; isso porque a forma exterior do traje foi constituída segundo fins inteiramente diferentes de tornar reconhecível a forma do corpo (WITTGENSTEIN, 1994, p.165).

Verifica-se na passagem acima citada uma junção de dois fatos fundamentais: o mundo e a frase como fato e essa união expressa o que seria o pensamento do mundo. Ambos entram em conexão, pois pensamento ou figuração não são coisas e sim fatos que fazem parte do mundo, como também a frase não pode ser considerada um objeto. “3 A proposição é uma figuração da realidade” (WITTGENSTEIN, 1994, p. 169). Afinal, ela em si se constitui um fato que reporta a configuração de seus elementos de formas específicas.

A linguagem, para Wittgenstein, corresponde a uma descrição do mundo. O que pode por ela ser constatado e o que extrapola esse horizonte são considerados frases complexas das quais não se fala. “5.6 Os limites de minha linguagem significam os limites de meu mundo” (WITTGENSTEIN, 1994, p. 245). O mundo aparece, para o primeiro Wittgenstein, como limitado a certa estrutura que não permite ultrapassar o campo da figuração e do campo lógico. Se há uma pressuposição de que o alcance da linguagem extrapola os limites da verificação entre o que pode ser figurado verdadeiro ou falso, existe um limite do mundo que é o sujeito metafísico como o autor expressa: “O eu filosófico não é o homem, não é o corpo humano, ou a alma humana, de que trata a psicologia, mas o sujeito metafísico, o limite – não uma parte – do mundo” (WITTGENSTEIN, 1994, p. 247). Esse discurso sobre algo que extrapola parece estar privado de sentido, pois o sentido do mundo deve estar fora dele; desse modo, no final do *Tractatus*, se apresenta a frase célebre de Wittgenstein: “Sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar” (WITTGENSTEIN, 1994, p. 281).

No segundo Wittgenstein, há uma ruptura com o pensamento tradicional, ou seja, contra o dualismo epistemológico e ontológico entre linguagem e pensar, corpo e espírito e até contra ele mesmo, que escrevera o *Tractatus*. Cria-se, então, um novo

modelo de abordagem a partir do uso da linguagem em uma prática cotidiana para a qual a linguagem tem um significado. Essa questão do significado permeia todo o horizonte tradicional de forma dicotômica e não permite uma amplitude da linguagem para a reflexão do processo de conhecimento. Parece que algo está dado, pronto e acabado, inclusive o próprio primeiro Wittgenstein pressupõe isso. Uma linguagem que expressa à realidade de maneira a corroborar o real. Dessa maneira, a linguagem estaria limitada a uma estrutura de correspondência entre linguagem e objeto, uma figuração da realidade.

Nesse segundo momento se percebe claramente uma preocupação com a linguagem como uso. Wittgenstein diz que não há somente uma linguagem designativa ou representativa que só tem o papel de ligação entre esses dois pólos. Ele propõe uma linguagem dinâmica e alternativa que é atribuída em uma práxis como se fosse um jogo onde ela está sempre se inovando e adquirindo novos formatos em um determinado contexto.

Quantas espécies de frases existem? Afirmação, pergunta e comando, talvez? Há inúmeras de tais espécies: inúmeras espécies diferentes de emprego daquilo que chamamos de “signo”, “palavras”, “frases”. E essa pluralidade não é nada fixo, um dado para sempre; mas novos tipos de linguagem, novos jogos de linguagem, como poderíamos dizer, nascem e outros envelhecem e são esquecidos (WITTGENSTEIN, 1999, p.35).

Vê-se, na citação acima, um choque com a tradição antiga. Para a tradição, existe um mundo em si mesmo, cuja estrutura podemos conhecer por meio da razão e em um momento seguinte comunicar aos outros por meio da linguagem. A linguagem desempenha apenas um papel secundário, como instrumento comunicativo acerca do conhecimento sobre o mundo; “isto está ligado à concepção do denominar como, por assim dizer, um processo oculto. O denominar aparece como uma ligação estranha de uma palavra com o objeto” (WITTGENSTEIN, 1999, p.42). Esse caráter designativo se choca com a nova proposta de inovação em torno da linguagem. A proposta seria superar o dualismo e abrir um caminho de superação da semântica tradicional, além de superar a cegueira imposta por longos períodos. É por essa via que a virada começa a fazer sentido a partir de uma variante de pesquisa que vem transcorrendo desde *Crátilo* para culminar no segundo Wittgenstein. Ela preparará o caminho para a escola de Oxford.

A pergunta para o segundo Wittgenstein não é a pergunta pelo significado da sentença, mas pelo significado das expressões linguísticas; em tese, pelo seu uso em um determinado contexto. As variantes do conhecimento se alteram para um campo mais vasto. A linguagem se torna uma atividade humana. A linguagem é constitutiva e sempre está se inovando, como um jogo cujos resultados não são conhecidos. “A linguagem é um labirinto de caminhos. Você entra por um lado e sabe onde está; você chega por outro lado ao mesmo lugar e não sabe mais onde está” (WITTGENSTEIN, 1999, p.93).

Não é nada fixo como na tradição, em que já se tem uma essência a ser buscada e o conhecimento pode ser concebido de forma contemplativa, em que o mundo se revela a nós – ou em um caráter representativo, em que se pergunta pelo conhecer das ideias que interagem com o mundo, ou por meio de um processo lógico, de acordo com o qual o mundo é concebido de maneira restrita. “O trabalho do filósofo é um acumular recordações para uma finalidade determinada” (WITTGENSTEIN, 1999, p.67).

Em todos os casos aqui mencionados, fica evidente a dicotomia entre dois pólos. O que se percebe no segundo Wittgenstein é que a linguagem é uma unidade e está inserida em um contexto, sendo vivida numa práxis. A partir de uma dada situação, é possível superar o modelo tradicional. Esse novo modelo proposto surge como uma interação entre linguagem e realidade, o que permite pensar por outro viés um universo emergente em superação à semântica tradicional. É nesse cenário de transformação que a figura de Austin se torna decisiva.

## 4 A LINGUAGEM COMO AÇÃO EM AUSTIN

No primeiro momento do século XX apresentado anteriormente, a virada linguística estava restrita à frase, ou melhor, a uma estrutura onde a frase era o que mais importava. Essa estrutura da frase é o que permite identificar a dicotomia entre verdade e falsidade elaborada de maneira formal. A proposta que emerge em Austin é uma inversão de prioridades com relação ao que era central no início do pensamento contemporâneo. A frase deixa de ser a figura central no que se refere à linguagem e o que, a partir desse momento, o que se prioriza é o universo da comunicação entre falantes, em um ambiente contextualizado. O estudo da frase não é mais o ponto de partida; parte-se dos aspectos da fala em um discurso. A preocupação é com a interação entre locutor e interlocutor em uma dada comunicação em um ambiente socializado.

Na obra *Quando dizer é fazer: palavras e ações*, Austin reelabora de forma abrangente a análise da linguagem. O que era uma dicotomia entre linguagem e pensamento, ideia e representação do objeto, verdade e falsidade, se tornam algo mais complexo: trata-se de uma nova forma de enfrentamento de um antigo problema no que se refere à linguagem e sua relação com o mundo. Trata-se ainda de um novo cenário que se inaugura e outro tipo de abordagem, em que os elementos centrais passarão a ser analisados dentro de um determinado contexto em que um discurso é proferido.

É com esse intuito que se insere a forma de abordagem austiniana da linguagem como ação, privilegiando os aspectos pragmáticos. Essa abertura, apontada por Austin, possibilitará superar algumas lacunas que ficaram abertas na tradição anterior, a saber, o fato de ela não poder abarcar toda a estrutura da linguagem, por se restringir ao discurso como aquilo que é dito ou falado. Seus direcionamentos, por conseguinte, consolidaram os estudos nominalista, idealista e representativista.

Austin, porém, não se contenta com esses estudos e procura ir além da proposta de investigação apresentada no primeiro momento da virada linguística e, também, dos pensadores anteriores à virada propriamente dita. Com essa busca é que ele revê alguns dos elementos centrais da linguagem por outro âmbito de investigação. Com o estudo das partes, a linguagem como ação ganha força, o que resulta na ênfase em seu estatuto pragmático.

### 4.1 A linguagem em Austin

A proposta de investigação apresentada a partir de agora se refere aos aspectos da linguagem em um discurso proferido. Nesse processo de mudança, emergirá em

Austin uma ruptura com o pensamento tradicional, no que se refere à questão da verdade e falsidade. Para Austin, a análise da sentença por meio desse par dicotômico não seria instância máxima; haveria mais entidades do conhecimento que são mais complexas do que aparentam ser.

Desse modo, não seria coerente dizer que todo o processo se resume a um par atributivo de dois pólos em que se pode abarcar todo o horizonte que contempla a linguagem devido a sua multiplicidade. Isso não quer dizer que a análise desses elementos não seja importante; o fato é que o seu alcance parece ser limitado, o que não permite verificar sentenças que extrapolam esse horizonte da linguagem e que não são expressas em um discurso. Surge, dessa maneira, para Austin, um conflito de alcances entre o que se pode fazer em relação a uma sentença quando proferida, porque nem toda sentença era verificada até os seus limites últimos. Assim, algumas sentenças pressupõem uma análise de algo que está para além de seu alcance.

Em Austin, haverá uma abertura para se pensar a linguagem com uma amplitude mais elaborada, os aspectos do conhecimento são constituídas por várias partes. Nesse cenário, as unidades constituem novos elementos investigativos, sendo que o quadro não é apenas limitado a uma unidade. Ele diz respeito a várias unidades do discurso que estariam em evidência, verdade, falsidade, representação, significado, felicidade, infelicidade e ação.

Ao se preocupar com a forma da linguagem como ação, Austin parte do pressuposto de que analisar a sentença não é somente analisar um ponto de vista entre o sujeito pensante e a realidade exposta. É muito mais que isso. A linguagem não poderia ser restrita a um campo de mera observação de uma reprodução do consciente que interage com o mundo factual. Quando se reporta por esse prisma, a linguagem sendo esse elemento de contemplação e representação, Austin está se reportando a um momento anterior tradicional, em que as sentenças desse tipo tinham a finalidade de descrever o mundo, fazendo essa ligação entre sujeito e objeto. Isso produziria uma verdade ou uma falsidade, característica marcante da tradição antiga. Quase tudo era analisado por esse crivo de verdade e falsidade.

No pensamento tradicional, a linguagem era pensada de maneira descritiva, ou seja, ela tinha um caráter contemplativo e representativo, pois ela representava algo ou estados de coisas no mundo. Sendo ela dessa maneira compreendida, a sua forma de conceber o mundo ou a ligação com ele era caracterizada pelo processo atributivo de verdade e falsidade.

Além da tradição antiga e moderna, ainda é importante destacar uma determinada corrente de pensadores que entenderam a linguagem como estudo da frase, partindo da análise de significado, sentido e referência, pautados em um positivismo lógico, como Frege e o primeiro Wittgenstein. Nesse contexto, se procura identificar o significado de uma sentença em determinada estrutura. As verdades são, assim, concebidas e extraídas em um processo lógico. Trata-se de um sistema que vincula seus estudos a argumentos e sentenças pautadas nas análises, e o resultado desse processo converge para uma verdade ou uma falsidade. Aqui entram em questão semântica, sintaxe, sentido e referência. As verdades ou falsidades são extraídas nesse processo de maneira lógica.

Austin aparecerá no momento seguinte, mostrando que a linguagem tem que ser investigada a partir do convívio em sociedade, da ação que ela exerce no meio. Como ele próprio diz:

Quando examinamos o que se deve dizer e quando se deve fazê-lo, que palavras devemos usar em determinadas situações, não estamos examinando simplesmente palavras (ou seus “significados”, ou seja, lá o que isso for), mas, sobretudo a realidade sobre a qual falamos ao usar estas palavras – usamos uma consciência mais aguçada das palavras para aguçar nossa percepção [...] dos fenômenos (AUSTIN, 1979, p. 182).

Nesse contexto, Austin demonstra uma preocupação com o que se deve dizer e fazer. Trata-se de uma análise da fala e do sujeito como participantes desse processo de construção. A primeira distinção a ser feita entre Austin e a tradição diz respeito à maneira como ele encara o problema, dado que se, na tradição, a linguagem é vista como contemplação e representação, em Austin, ela incorpora a ação. O que permeia seu horizonte é como as pessoas se relacionam no mundo no interior de um determinado contexto social. Ele diz que, em alguns casos, a linguagem não poderá ser vista só de maneira descritiva ou constativa, sendo-lhe atribuído um valor de verdade ou falsidade nos moldes da tradição. Há sentenças que não declaram, nem constata nada e, em função disso, não são verificáveis. Elas produzem algum efeito no mundo e nas pessoas, visando sempre a uma interação com o meio prático. E, se analisarmos sentido e referência, fazendo menção a uma ordenação gramatical de uma análise sintática e semântica quanto ao seu uso, perceberemos também que ela extrapola esse horizonte.

Percebe-se que Austin não está preocupado em buscar a essência da linguagem, tampouco sentido, referência e significado nos moldes da tradição. A preocupação recai

na ação realizada; trata-se de um exame do uso da linguagem, com vistas a resolver os problemas que concernem a ela e que passaram despercebidos ao longo do tempo.

A proposta austiniana de reformular o pensamento em torno da linguagem parece ganhar novas formas à medida que o pesquisador mostra um percurso diferenciado da tradição. Ele partirá da análise da sentença ou das declarações que não tinham sentido dentro de determinado contexto. Desse modo, a proposta é rever alguns problemas que os filósofos da tradição anterior a ele não perceberam – ou, se perceberam, não deram muita importância. Em Austin, ficará evidente o processo de retomada que parece ser típico dele. Ao mesmo tempo em que o autor aponta para algo como resposta, em uma conferência posterior a reformula.

#### ***4.1.1 A distinção entre constatativos e performativos***

No início da obra *Quando dizer é fazer*, Austin procura mostrar um caminho a fim de clarificar as pseudo-declarações, isto é, aquelas sentenças que não têm sentido dentro de um determinado contexto, mas que para, além disso, contemplam uma ação. Só que, numa análise da diferenciação de uma declaração de fato constativa, cria-se assim outro problema: o de encontrar um critério de identificação e de como classificar, de maneira segura, esses elementos linguísticos introduzidos no discurso.

Em um primeiro momento, é importante fazer essa distinção e apontar o caminho que Austin está traçando. No início da obra *Quando dizer é fazer*, ele procura mostrar, em linhas gerais, uma separação entre dois pólos: o do proferimento constativo e o do proferimento performativo. Isso será à base do problema para se começar a pensar Austin. Desse modo, o autor resgata as pseudo-declarações de Kant para uma análise e, a partir desta, acaba por classificar as formas de proferimentos constativos e performativos. Esse performativo é um elemento novo, pois ao ser pronunciado acaba por estar fazendo algo. Isso é muito diferente de constatar algo.

Percebe-se que por muito tempo não se deu a devida atenção ao pronunciamento linguístico. A preocupação estava pautada em um horizonte contemplativo, representativo e lógico. A busca estava pautada em encontrar essência, referência, sentido e significado em princípios tradicionais.

Austin não se limita a isso; ele irá pensar a partir de um prisma a linguagem que até então não fora pensada. Como o próprio autor diz: “Por mais tempo que o necessário, os filósofos acreditaram que o papel de uma declaração era tão-somente o de

‘descrever’ um estado de coisas, ou declarar um fato, o que deveria fazer de modo verdadeiro ou falso” (AUSTIN, 1990, p. 21).

Ele advoga que nem tudo é descrição de fatos ou projeções de estados de coisas no mundo, muitas sentenças extrapolam esse limite e o novo tem por fim tentar dar clareza. Austin aponta que o discurso não se resume simplesmente a uma declaração do que a coisa é. Existem mais campos a serem explorados dentro da linguagem do que somente o campo descritivo da declaração. Nesse sentido,

Nem todas as declarações verdadeiras ou falsas são descrições, razão pela qual prefiro usar a palavra “constatativa”. Seguindo esta linha de pensamento, tem-se demonstrado atualmente de maneira minuciosa, ou pelo menos tem-se procurado parecer provável, que muitas perplexidades filosóficas tradicionais surgiram de um erro – o erro de aceitar como declarações factuais diretas proferimentos que ou são sem sentido (de maneiras interessantes embora não gramaticais) ou então foram feitos com propósito bem diferentes (AUSTIN, 1990, p. 23).

Ilustremos da seguinte forma: quando alguém profere um discurso, como um padre ao realizar uma cerimônia de batizado, o que ele faz a uma pessoa? Parece estranho, mas o padre profere palavras que estão em consonância com um determinado contexto e uma determinada convenção. Nota-se que esse ato transforma a vida de uma criança, de pagã ela passa a ser cristã, e não se trata de algo que possa ser constatado. O ato foi realizado ao dizer algo e difere do fato de se fazer uma declaração de algo.

Um segundo exemplo corresponderia a sentenças do tipo “aceito essa mulher como minha legítima esposa”, do modo como são proferidas na cerimônia de casamento. Nesse tipo de sentenças, está implícita um aspecto, que não descreve nem relata nada; ele próprio é, antes, a ação. Esta foi uma importante descoberta: a ação que se relaciona com o agir em dado ambiente conversacional entre falantes que compactuam de crenças de uma forma socializada.

De início, parece seguro dizer que as sentenças acima não consistem de fato em descrever algo. Elas são propriamente ação, dado que, quando se casa e se diz sim ao padre, está se realizando o ato de se casar e não descrevendo o que se faz; no batizado também acontece algo que não é mera constatação, visto que, no momento em que o padre realiza o ato de batizar, ele está realizando uma ação.

Nota-se que esse ato, proposto por Austin, supera algumas verdades preestabelecidas. O conceito de verdade e falsidade, que foi ponto marcante na tradição anterior, passa a ser revisto sob uma nova perspectiva. A pergunta que se faz agora é:

como se posicionar ou procurar um critério para delimitar tais sentenças, haja vista que não se enquadrarão em uma análise de verdade e falsidade?

No exemplo citado acima, o casamento de fato só se realiza se vários elementos estiverem em consonância. Uma esposa e um noivo, um padre e as intenções e convenções adequadas. Dessa maneira, esse ato não estará sujeito a um tipo de verdade ou falsidade, mas a uma variedade de situações – feliz ou infeliz, nulo ou sem efeito, um desacerto. O ato em si está propenso a uma gama de realizações. Pois bem: se o casamento se realiza com sucesso em acordo com todas as convenções, o ato é feliz; ao passo que, se o ato não for de todo completo, será infeliz. É como se a noiva, em vez de dizer sim, dissesse não, causando a infelicidade do ato. E há outros casos em que o ato se realiza de maneira completa, só que de maneira fictícia, como em novelas. O casamento, nesses casos, todavia será sem efeito ou nulo, tendo em vista as intenções dos falantes.

O outro tipo de ato mencionado, ou seja, o do batizado, também está sujeito aos mesmos tipos de tropeços. Assim, percebe-se que Austin sistematiza o processo analítico abrindo novos rumos na busca do conhecimento.

Que nome daríamos a uma sentença ou a um proferimento deste tipo? Proponho denominá-la sentença performativa ou proferimento performativo, ou, de forma abreviada, “um performativo”. O termo “performativo” será usado em uma variedade de formas e construções cognatas, assim como se dá com o termo “imperativo”. Evidentemente que este nome é derivado do verbo inglês *to perform*, verbo correlato do substantivo “ação”, e indica que ao se emitir o proferimento está – se realizando uma ação, não sendo, conseqüentemente, considerado um mero equivalente a dizer algo (AUSTIN, 1990, p. 25).

Pensando a nossa classificação para dar melhor clareza, o constatar estaria ligado a elementos que direcionam para uma verdade ou falsidade. E isso está impregnado da realidade tradicional. O constativo está relacionado às declarações ou descrições de ocorrências no mundo, de forma a produzir uma verdade ou uma falsidade. Por outro lado, o performativo tem um aspecto diferente: ele é o que se relaciona com um proferimento de maneira a não produzir uma verdade ou falsidade, mas sim um ato feliz ou infeliz a partir da ação realizada. Ele traz para a investigação a necessidade de se analisar aplicações em um contexto social e o efeito produzido em um cenário onde os atores são personagens reais.

Essa forma de isolar – de um lado constativo e do outro performativo – permite clarear as ideias e dar embasamento para ambos. Para Austin, quando se faz

essa divisão, é preciso fundamentá-la para não cair em erro. Isso porque, se quando a linguagem tinha esse modelo constativo o propósito era produzir uma verdade ou uma falsidade, com o performativo ela terá um novo direcionamento.

Concluído, para explicar o que pode dar errado com as declarações, não devemos restringir nossa atenção à proposição em questão, seja ela qual for, como tradicionalmente se tem feito. Devemos considerar de modo global a situação em que se fez o proferimento – isto é, o ato de fala em sua totalidade – para que se possa perceber o paralelismo que há entre a declaração e o proferimento performativo, e como um e outro podem dar errado. (AUSTIN, 1990, p. 56).

Parece que Austin tinha um interesse muito grande em superar a dicotomia entre linguagem e mundo. O que se percebe é que o performativo ultrapassa esse limite e dá um passo a um novo horizonte. O que estava fora do alcance da sintaxe e da semântica é atingido, a saber, o sentido de uma enunciação. E isso ocorre a partir do uso determinado pela ação em dado contexto. Austin apresenta a ação como elemento principal, cujo papel é muito importante nesse cenário que se inaugura.

Esse elemento apresentado traz consigo uma dicotomia análoga ao primeiro modelo constativo, ou seja, no performativo entra em cena o ato feliz e o ato infeliz.

No performativo, não se diz que o ato foi verdadeiro ou falso, mas procura-se saber se o objetivo foi atingido ou não. Dessa maneira, quando um ato em sua completude é consumado de acordo com regras e convenções, ele é feliz. Por outro lado, se não consegue atingir os seus objetivos, é infeliz.

Mas Austin não para por aí; ele vai além, aponta para classificações e procura mostrar como esse ato feliz e infeliz pode aparecer em uma dada construção e que efeitos ele tem. Visto que o campo das infelicidades pode ser vasto, pode ocorrer mau uso, desacertos etc.

Os constativos têm um propósito de declarar, constatar ou descrever algo no mundo, de forma a produzir uma verdade ou falsidade em acordo com os eventos por eles elencados. O proferimento performativo, por sua vez, tem a ver com uma ação realizada onde o contexto e as convenções são importantes, em uma práxis entre locutor e interlocutor. Fica evidenciada a diferença entre ambos, porque o performativo é um acontecimento e tem a ver com a ação dentro de um determinado contexto social. Essa distinção nos permite pensar a linguagem de forma diferente da tradição. Não se trata de destruir o velho sistema, mas de tomar parte dele para construir um novo.

#### 4.1.2 As regras dos atos felizes e infelizes

Os elementos que iremos apresentar nesta seção, que distingue um ato feliz ou infeliz de uma verdade ou falsidade, trazem em si aspectos complexos: as intenções dos falantes, que estará convencionado a uma série de regras para que o ato esteja em conformidade. Vejamos algumas regras na tentativa de exemplificar e fornecer mais clareza acerca da nossa discussão referente a toda a problemática introduzida por Austin. Distinguiremos a seguir as seis regras propostas por ele para o melhor entendimento em acordo com a obra *Quando dizer é fazer*: A1, A2, B1, B2, T1 e T2.

- (A.1) Deve existir um procedimento convencionalmente aceito, que apresente um determinado efeito convencional e que inclua o proferimento de certas palavras, por certas pessoas, e em certas circunstâncias; e além disso que
  - (A.2) as pessoas e circunstâncias particulares, em cada caso, devem ser adequadas ao procedimento específico invocado.
  - (B.1) O procedimento tem de ser executado, por todos os participantes, de modo correto e
  - (B.2) completo
  - (T.1) Nos casos em que, como ocorre com freqüência, o procedimento visa às pessoas com seus pensamentos e sentimentos, ou visa à instauração de uma conduta correspondente por parte de alguns dos participantes, então aquele que participa do procedimento, e o invoca deve de fato ter tais pensamentos ou sentimentos, e os participantes devem ter a intenção de se conduzirem de maneira adequada, e, além disso,
  - (T.2) devem realmente conduzir-se dessa maneira subsequentemente
- (AUSTIN, 1990, p. 31).

Em regra “A1”– Deve existir uma convenção, aceita pelos participantes de determinada comunidade, se percebe que os efeitos estarão ligados a convenções e determinações a que estão sujeitos os falantes. Assim, nessa primeira regra a convenção é imprescindível para o sucesso do ato.

O exemplo típico de A1 diz respeito a uma falha. Poderíamos pensar uma situação na qual uma pessoa desafia alguém para um duelo num lugar onde essa prática é desconhecida ou não existe. Outro caso semelhante ocorre quando determinada pessoa tentasse casar sendo casado em um país cristão que não aceita tal prática, em função de o casamento ser indissolúvel. O casamento pode até ser realizado, mas devido à falta de convenção e acordos regrados em determinada situação contextual, não tem validade.

Em regra “A2”– é um tipo de implicação. A convenção pode-se restringir a um grupo de pessoas como vistas apropriadas, a violação se daria devido ao fato de se dar uma ordem sem ser uma pessoa indicada para tal. É como se uma pessoa estivesse em uma empresa trabalhando e desse uma ordem a alguém não tendo ela autoridade para

fazê-lo. Tal ordem seria aceitável se partisse de alguém instituído de poder para executá-la.

Em “B1”– a correspondente ação deve ser corretamente executada por todos os participantes envolvidos, as falhas ou violações acontecem se alguém suspende uma partida de tênis marcada para o dia de amanhã quando serão realizadas várias partidas de tênis e não menciona a qual fora suspensa ou, então, se faz um testamento deixando um carro para determinada pessoa sendo que se possui mais de um carro e o testamento não determina de qual se trata. Nesse evento, as condicionantes são elementos necessários para a consumação do ato.

Para “B2”– a correspondente ação deve ser completamente executada por todos esses participantes. As violações se dão da seguinte maneira: suponhamos que um sujeito “A” tente apostar com o sujeito “B” e este último nem toma conhecimento da aposta. Evidentemente a aposta só se realiza se houver um aceite por ambas as partes envolvidas, sem as quais não haveria aposta em razão da falta dos acordos elementares para consumação do ato em voga. Nota-se que a aposta equivale a um contrato, devendo as partes estar em acordo e assinar para que tenha efeito ou se firme.

No que se refere a “T1” e a “T2”, a violação se dá quando há uma promessa e não há o cumprimento desta. “Em “T1”, a convenção pode ter um requisito adicional à maneira de agir é em parte peculiar tão somente a certas pessoas que partilham algumas ideias, sentimentos ou intenções. No caso de “T1”, a violação se dá, por exemplo, quando “A” diz “prometo ir a sua casa à noite” sem ter a intenção de cumprir o prometido, agindo dessa forma em desacordo com o procedimento – no caso aqui referido, a promessa. Pois bem, para que de fato o ato se concretize, a promessa deve ser efetivada. No caso acima, há violação de uma promessa, em sua intenção.

Por sua vez, em “T2” pode existir, por força da convenção que a pessoa que executa um dado ato locucionário venha a comportar-se de determinada maneira, no futuro. A violação em “T2” ocorre quando “A” tem a intenção de cumprir a promessa e vem a mudar de ideia mais tarde, causando a violação ou quebra da promessa. Usando um exemplo simples, poderíamos pensar numa situação em que: um sujeito “A” promete para um sujeito “B” que passará às seis da manhã em sua casa para dar uma carona ao trabalho e muda de ideia instantes depois da afirmação. Essas são as regras que Austin adota no seu processo de investigação; elas serão uma parte importante para a estrutura proposta.

Essas regras apresentadas são o que permite a Austin desenvolver o seu propósito de explicação acerca do contexto que concerne à linguagem e levantar as suas implicações. Ora, sem sombras de dúvida, esse elemento que se instaura tem pertinência para a discussão proposta neste estudo. Isso justifica a nossa preocupação em delimitar minuciosamente tal distinção, em colocar em cada plano o problema da declaração expressa. Isso aqui exposto não supera o problema da dicotomia; apenas aponta o caminho, por onde começaremos a interpretar essa classificação acerca da linguagem no que diz respeito à verdade e falsidade, aliando a eles esses elementos novos, felicidade e infelicidade.

#### ***4.1.3. As condições para performativos felizes***

Austin deixa claro em seus escritos que um proferimento performativo deve seguir certas regras. Desse modo, esse ato depende de uma situação adequada, na qual os elementos – locutor e interlocutor – estejam em sintonia. Além disso, deve estar em um espaço de tempo delimitado, um lugar propício, com certas pessoas que tenham realmente a intenção de proferir palavras que estão em consonância com a ação designada por elas.

Além do proferimento das palavras chamadas performativas, muitas outras coisas em geral têm que ocorrer de modo adequado para podermos dizer que realizamos, com êxito, a nossa ação. Quais são essas coisas esperamos descobrir pela observação e classificação dos tipos de casos em que algo sai errado e nos quais o ato – isto é, casar, apostar, fazer um legado, batizar, etc. – redunde, pelo menos em parte, em fracassar (AUSTIN, 1990, p. 30).

Quando temos um conjunto de condições em harmonia e se realizam de acordo com os pressupostos estabelecidos acima, teremos atos felizes. Aqui se percebe que, para serem felizes, os procedimentos devem estar determinados por uma convenção entre pessoas em uma dada circunstância, em que ao serem proferidas certas palavras a linguagem seja entendida, seguindo um acordo, sem violar as seis regras mencionadas na seção anterior. Pelo contrário, cairíamos em erro por outros tipos de atos infelizes que acabariam por prejudicar todo o ato em questão.

Dessa maneira, para o proferimento performativo ser caracterizado como feliz, deverão ser executados os procedimentos de modo correto e completo. Havendo falha ou uma imperfeição, o ato de fala proferido toma novos rumos.

O outro caminho que o ato pode tomar é a infelicidade, caracterizada, segundo Austin, por dois tipos de atos: os desacertos e os maus usos. Em um primeiro momento, o autor aponta para o desacerto, um procedimento invocado que não é simplesmente aceito. “Quando o proferimento for um desacerto, o procedimento invocado é esvaziado de sua autoridade e assim nosso ato (casar, etc.) é nulo ou sem efeito” (AUSTIN, 1990, p. 32). Um exemplo clássico: poderíamos pensar sobre um divórcio litigioso em um determinado lugar, aonde tais procedimentos ou práticas seguem regras e normas, sendo o casamento indissolúvel não propiciando os que partilham de certos acordos aceitos ferirem determinadas convenções. Nesse caso, pode-se pedir um divórcio, mas em virtude de este estar ligado a regras determinadas, o evento não se realiza. O proferimento performativo foi invocado, mas não foi realizado, pois tais procedimentos não são aceitos em um ambiente onde as regras já estão condicionadas.

Quanto ao mau uso, o ato que ora se apresenta tem um tipo de infelicidade diferente do relatado acima. Ele chega a ser realizado, mas se torna infeliz por falta de sinceridade. A pessoa que profere pode não ter as devidas intenções de cumprir o prometido ou pensado. Imagine que, em dada situação de um velório, alguém diga “meus pêsames”, mas não se solidariza com o fato; apenas o fez por estímulos ou por ser uma prática costumeira entre as pessoas. Isso é um caso típico de mau uso e conseqüentemente um ato infeliz. E há outros casos que envolvem maus usos de pensamentos: quando alguém diz que absolve uma pessoa, mas não acredita na sua inocência. O procedimento acontece, mas não atinge a felicidade, e sim contempla um ato infeliz por mau uso do proferimento performativo. Ainda nessa linha de pensamento de mau uso, podemos elencar o proferimento “Eu prometo”. Esse tipo de procedimento, quando não há intenção de cumprir o prometido, configura um mau uso.

Austin, nessa mesma obra, apresenta uma infelicidade por implicação lógica. Ele fala de enunciados que geram conflitos, ou seja, não se pode dizer que o gato está sobre o tapete e ao mesmo tempo dizer que ele está sob o tapete. Essa implicação causa uma infelicidade por mau uso também. Dizer tais palavras implica que de fato o gato esteja ali. Esse é um tipo de implicação que, se não for seguido de acordo com suas regras, causa a infelicidade do proferimento.

Essa classificação proposta em Austin permite avançar na pesquisa no sentido de uma melhor clareza na enunciação de um proferimento performativo. É a partir desses pontos abordados que se percebe a diferença entre atos felizes e infelizes e também quanto aos desacertos e aos maus usos de enunciado.

#### ***4.1.4 Os performativos explícitos e primários***

Austin não se contenta com o que foi exposto até a quinta conferência e procura novos critérios para os performativos possíveis. Temos que nos ater à distinção inicial entre constativo e performativo para perceber o processo de mudança que se instaura. Realçando a distinção proposta, os constativos seriam as sentenças que descrevem ou informam sobre algo no mundo em que vivemos; por outro lado, os performativos são usados para fazer algo ou em outro sentido ao fazer algo.

Nota-se que a preocupação central começa a ser direcionada para essa instância última da linguagem. Não se trata de mostrar o mundo a partir das representações, mas sim de mostrar que a investigação não está limitada somente a essa esfera entre conceito e objetivo. A investigação é aprofundada, por isso o critério tem que contemplar elementos que permitam clareza às indagações.

Austin tem um cuidado em dizer que ele aponta o caminho inicial e que nada impede que algo seja revisto. Para ele, em filosofia esse seria um processo normal de estar sempre revisando algo. Até porque ele não aponta um limite final, mas somente o ponto de partida de uma investigação. “Contudo, o tipo de performativo do qual tiramos nossos primeiros exemplos, que tem um verbo na primeira pessoa do singular do presente do indicativo da voz ativa, parece merecer nossa preferência, pelo menos nos casos em que fazer o proferimento é realizar o ato” (AUSTIN, 1990, p. 66).

Dando mais clareza aos performativos, veremos como eles se enquadram em um discurso e perceberemos que o verbo desempenha um papel importante. O critério que Austin adota para os performativos pode ser analisado da seguinte maneira: os proferimentos performativos explícitos seriam aqueles que apresentam o verbo na primeira pessoa do singular do presente do indicativo e com a voz ativa. Para caracterizar esse ato, exemplificaremos com o verbo prometer. Quando alguém deve comparecer a uma reunião e faz uso desse verbo dizendo: “Prometo que estarei lá amanhã”, isso caracteriza um ato performativo explícito, pois ele tem os elementos primordiais para tal. A promessa consiste em o sujeito que profere explicitar o ato de fala em consonância com o verbo do presente indicativo, como bem Austin expressa: “2) performativo explícito: ‘prometo que estarei lá’. Dissemos que esta forma tornava explícita a ação realizada ao se fazer o proferimento ‘Estarei lá’. Se alguém diz ‘estarei lá’, podemos perguntar ‘Trata-se de uma promessa?’ A resposta pode ser ‘Sim’, ou ‘Sim, prometo’ (ou ‘Prometo que...’)” (AUSTIN, 1990, p. 67).

Isto é o diferencial do proferimento performativo explícito: ele agrega mais informações, do que o performativo primário. Ele destaca o verbo e une os elementos necessários para dar seu suporte. Austin diz que essa outra classe de performativos primários não cumpre as mesmas exigências do performativo explícito. O performativo apareceria de maneira implícita. Poderíamos usar o mesmo exemplo mencionado acima e dizer “estarei lá”. Dessa maneira, algo estaria implícito, mas não deixaria de ser um performativo. Ele não cumpre as exigências de um proferimento performativo explícito; portanto, é chamado do performativo primário.

Austin sabe que, por mais que se consiga classificar os verbos, eles não podem se apresentar de maneira fechada, pois é o uso por meio da ação que vai dar a palavra final. O performativo é uma nova ferramenta a nossa disposição para se pensar a linguagem por um novo viés. É por isso que Austin, ao não conseguir critérios suficientes para distinguir um constativo de um performativo, recua e prepara um novo caminho a partir do qual se chegará aos atos de fala propriamente ditos.

#### ***4.1.5 A teoria dos atos de fala, locução, ilocução e perlocução***

Essa retomada proposta por Austin começa com a distinção entre três tipos de atos, que serão uma nova base no que se refere à linguagem como enunciado. Analisemos, então, cada um desses novos atos em separado, percebendo suas minúcias em uma enunciação propriamente dita.

O primeiro ato é o fonético – ou *Phone* –, o qual consiste em realizar a fonação ou produzir certos sons que caracterizam dizer algo. Aqui o som não cumpre uma regra, não está determinado em relação a uma dada gramática. Pode ser que um animal produza som parecido com palavras que usamos no nosso dia a dia, mas não seria uma enunciação coordenada.

O segundo ato a que nos reportamos é o ato fático – *Pheme*, o qual já é mais completo, visto que quem faz uso dele produz certas palavras, que estão de acordo com dada gramática. Os sons são pertencentes a um determinado vocabulário. Este, por sua vez, segue uma construção determinada de acordo com regras ou convenções estipuladas por um contexto em um ambiente socializado.

O terceiro ato é o ato rético – *Rheme* –, que ao ser efetuado produz um sentido mais ou menos determinado. Sua referência também segue esse princípio mais ou menos determinado. As partes constituídas desse ato, ao unirem sentido e referência, produzem um significado.

As unidades apresentadas servirão de base para a teoria dos atos de fala propriamente ditas. Os elementos ora apresentados darão subsídio para as dimensões que serão apresentadas por Austin; ou seja, trata-se da apresentação de três novos elementos, os quais serão analisados dentro dessa estrutura de investigação, locução, ilocução e perlocução.

Partindo desse processo de sistematização dos elementos propostos por Austin, será possível analisar os diversos tipos de uso em uma enunciação. Aí está a grande inovação em Austin: entender o uso como uma prática e que a ação desempenhada por meio da sentença tem várias dimensões. Isso passou despercebido por muito tempo e não fora pensado sistematicamente. Austin propõe que uma sentença pode ter três dimensões numa expressão propriamente dita, o que quer dizer que quando usamos uma sentença podemos estar fazendo uso dessas três dimensões, de modo que elas estejam impregnadas no ato de fala. A nossa primeira dimensão dos atos de fala é o agir, pois quando falamos agimos – esse parece ser o ponto de partida para Austin. Ora, é essa a dimensão a que, conforme vimos, Wittgenstein também teria chegado. Austin sistematiza, nesse sentido, não restringindo o uso apenas ao significado; ele vai mais além e aponta que um ato de fala tem várias dimensões.

Ao iniciarmos o programa de encontrar uma lista de verbos performativos explícitos, pareceu-nos que nem sempre seria fácil distinguir proferimentos performativo de proferimento constatativos, e, portanto, achamos conveniente recuar por um instante às questões fundamentais, ou seja, considerar desde a base em quantos sentidos se pode entender que dizer algo é fazer algo, ou que ao dizer algo estamos fazendo algo, ou mesmo os casos em que por dizer algo fazemos algo (AUSTIN, 1990, p. 85).

Dessa maneira, a primeira dimensão do agir constitui um ato de fala locucionária. Trata-se de uma sentença com sentido e referência em acordo com determinadas regras gramaticais. Para dar conta de resolver os problemas das dimensões, Austin retoma alguns elementos pertinentes para investigação, retratando uma distinção entre três atos – fonético, fático e rético. Assim, a caracterização, segundo ele, consiste no fato de que no ato fonético há execução de certos ruídos; o ato fático, por sua vez, se torna mais complexo, imprimindo certa determinação, a saber, as palavras, ruídos, expressões vocabulares pertencentes a uma determinada regra em consonância com uma gramática; por fim, o ato rético tem por finalidade usar palavras para falar sobre algo ou dizer algo mais ou menos determinado.

Percebe-se, a partir disso, que Austin começa a mostrar o seu novo modelo de investigação, abarcando todo o enunciado a partir das dimensões, o que considera correto, mas sempre possível de ser revisado. Vale lembrar que em filosofia nada deve ser definitivo, podendo ser revisto a qualquer momento.

A partir da VIII conferência, Austin reelabora a sua teoria da linguagem e abandona em certo sentido a divisão dicotômica pretendida no início da obra entre constativo e performativo. Ele tinha como princípio mostrar que uma coisa é o ato constativo que cumpre o papel de constatar ou descrever algo no mundo por meio de uma afirmação, e isso se daria de forma verdadeira ou falsa. Perdureou por muito tempo o entendimento de que o que interessava era a frase, a qual era priorizada a partir de uma explicação gramatical. Por outro lado, o performativo está associado à compreensão de que ao dizer algo se faz algo ou se tem muitas consequências e de maneiras mais diversas. Desse modo, o dizer é um fazer e intervém no mundo de maneira que o efeito produzido não pode ser reportado a um ato constativo. Esse foi o diferencial para Austin no primeiro momento. Num estágio posterior, devido à falta de critérios, foi necessário repensar a linguagem; a partir disso, ele acaba por colocar em discussão a teoria dos atos de fala.

Austin começa a reestruturar o seu novo modelo de abordagem. Ele não abandona por completo a sua distinção inicial entre constativo e performativo. Ao que parece essa concepção será integrada à teoria geral dos atos de fala, pois uma afirmação é diferente de uma ordem, por exemplo. Os enunciados, ao serem proferidos, desempenham papéis diferentes, são atos diferenciados, são diferentes tipos de ações que realizamos ao falar.

Assim sendo, Austin parte do isolamento de cada ato para tentar entender que tipos de atos estão implicados em uma enunciação, enfatizando sempre o que fazemos quando falamos. “Distinguimos, portanto, de forma esquemática, três tipos de atos – o locucionário, o ilocucionário e o perlocucionário” (AUSTIN, 1990, p. 91).

Isolou, então, os atos na seguinte ordem: I) os atos locutórios ou locucionários; II) os atos ilocutórios ou ilocucionários; e, por último, III) os atos perlocutórios ou perlocucionários. A partir desse isolamento é que eles serão analisados no que se refere aos seus domínios. O autor entende que emergem aspectos diferenciados em um ato de fala e que uma enunciação contempla várias dimensões. É com essa constatação que a investigação terá um novo rumo, pautada na ação, em um contexto em que os elementos participantes passam a ser atores reais, que interagem em uma dada situação,

produzindo efeito de diversas formas, transformando e causando efeitos convencionais e não convencionais.

O primeiro ato isolado é o ato locucionário, que corresponde ao ato de dizer algo. Quando se diz algo, se realiza uma ocorrência no mundo, há uma produção de certos sons e vocábulos, e isto para Austin é uma locução.

A esse ato de “dizer algo” nesta acepção normal e completa chamo de realização de um ato locucionário, e ao estudo dos proferimentos desse tipo e alcance chamo de estudo de locuções, ou de unidades completa do discurso. Nosso interesse no ato locucionário é, basicamente, esclarecer bem em que consiste o mesmo para distingui-lo de outros atos com os quais nos vamos ocupar primordialmente (AUSTIN, 1990, p. 85).

Com esse isolamento, é possível ir aos pormenores de um ato. O ato locucionário comporta em sua base três atos, o fonético, o fático e o rético. O primeiro deles é o que reproduz certos sons em uma determinada língua. O dizer algo é produzir uma enunciação e esse ato é fundamental nessa esfera. Ele é um elemento primordial para se entender essa estrutura. Dizer é efetuar uma enunciação que tem efeitos no mundo prático. O segundo tem a ver com certo ordenamento. A construção segue regras de acordo com uma estrutura gramatical, em que certos tipos de sons estão em conexão com certo tipo e vocabulário. Aqui o ato tem toda uma estrutura, segue normas em consonância com uma gramática. Pode se dizer que esse ato consegue concatenar mais elementos propiciando uma construção mais bem elaborada. O terceiro, ao ser efetuado, produz um sentido mais ou menos determinado. E sua referência também segue esses mesmos princípios. Essas partes, constituídas desse ato, ao unirem sentido e referência produzem um significado.

Essa é uma exposição dos elementos pertinentes para o nosso propósito de investigação que servirá de base para avançarmos na pesquisa. Nesse sentido, quando falamos com o nosso interlocutor produzimos certos tipos de sons (ato fonético), e esses sons ao serem proferidos produzem efeitos. São vocábulos que estão em concordância com determinada língua e em consonância com um determinado ordenamento. Seria uma construção organizada onde se parte de um ponto (A) para produzir um efeito (B). Ora, isso seria o ato fático. E quando usamos esses vocábulos em acordo com um determinado sentido e referência e conseguimos uma significação, estamos elaborando um ato rético.

Partindo da junção desses três atos é que se consegue aprofundar a investigação e chegar a outros tipos de ato. Esses atos mencionados acima englobam o ato locutório, a saber, ambos estão contidos em uma locução. A partir desse ato é que se pode perguntar: em quanto sentidos se podem usar esse ato? Quando efetuamos uma enunciação, vários elementos novos irão surgindo de acordo com o ambiente no qual estamos inseridos. As maneiras e os sentidos são os mais diversos possíveis. É com esses apontamentos que o ato ilocutório é introduzido. Assim, as diferentes maneiras com que se usa um ato é um dos elementos a serem pesquisados.

É com o estudo dessas estruturas que o autor dará passos importantes para a segunda dimensão, que consiste no ato de dizer algo e estar fazendo algo. Em outros termos, o ato ilocucionário compreende o dizer e o fazer.

Podemos dizer que realizar um ato locucionário é, em geral, *eo ipso*, realizar um ato ilocucionário, como me proponho denominá-lo. Para determinar que este ato ilocucionário é realizado dessa forma temos que determinar de que maneiras estamos usando a locução:

- perguntando ou respondendo a uma pergunta,
- dando alguma informação, ou garantia ou advertência,
- anunciando um veredito ou uma intenção,
- pronunciando uma sentença,
- marcando um compromisso, fazendo um apelo ou uma crítica,
- fazendo uma identificação ou descrição

e muitos outros casos semelhantes. (Não estou de forma alguma sugerindo que esta seja uma classe nitidamente definida.) Não há nada de misterioso aqui a respeito do nosso *eo ipso*. O problema reside realmente no número de diferentes sentidos de uma expressão tão vaga quanto a maneira pela qual estamos usando... (AUSTIN, 1990, p. 88).

O ato ilocucionário tem características em uma realidade situacional e prática. Pode ser informando, alertando, fazendo uma apelação ou ameaçando. Poderíamos exemplificar com uma sentença: “Cuidado ao atravessar a rua!”. Essa sentença expressa à intenção de advertência, ela tem certa força que é proferida pelo sujeito. Isso implica dizer que o ato tem uma função de força ilocucionária em uma determinada sentença, neste caso, de mostrar uma diferenciação com a primeira dimensão locucionária. Nota-se que a frase acima mencionada tem uma amplitude elevada, visto que contempla varias interpretações em um discurso. A advertência pode causar uma reação para uma pessoa que não tem parentesco com o locutor, como também para alguém que tenha parentesco com o locutor causará outro tipo de reação. A primeira dimensão apresentada é a do falar, e a segunda dimensão estaria condicionada à força do ato de fala, em um discurso entre falantes; o resultado causado pelo ato o torna ilocucionário.

Talvez esteja aí um diferencial: aquilo que se fala e o que se faz ao pronunciar um enunciado. Como nem sempre o ato ilocucionário é explícito, sua força só seria evidenciada por meio de uma análise rigorosa. A determinação seria o elemento de distinção para essa dimensão que se abre devido ao papel exercido pela expressão na linguagem.

Austin dirá que uma coisa é dizer algo – locução – e outra é dizer algo e fazer algo no mundo – ilocução. Essa é uma posição que permite diferenciar o ato de dizer algo do ato de dizer algo e estar fazendo algo. Não se trata de construir novas frases, o que está em questão é tentar saber como o ato ilocutório age em uma frase ou enunciado produzindo um efeito. Essa dimensão em uma mesma frase ou enunciado é o que permite saber se estamos tratando de uma locução ou uma ilocução. A força ilocutória terá nesse cenário um papel que permite distinguir melhor a frase.

Desse modo, Austin enumera alguns valores ilocutórios: perguntar e responder, informar, atestar, avisar, fazer um anúncio de um veredito, prometer, tomar decisão em um julgamento, nomear ou investigar alguém e afirmar. Nessas funções reside o que Austin chamaria de teoria das diferentes funções linguísticas. Fica evidente que ao dizer algo usando os valores ilocutórios mencionados, não se está apenas dizendo algo, mas fazendo algo.

Essa distinção permite dar mais clareza à distinção proposta anteriormente entre constativo e performativo. Segundo Austin, estes constituem os atos da linguagem com valores ilocutórios distintos. O que acontece é que cada um dos enunciados coloca em evidência o seu valor ilocutório. “No caso do proferimento constativo, nos abstraímos dos aspectos ilocucionários (e de seus aspectos perlocucionários, também) do ato de fala, e nos concentramos no aspecto locucionário: além do mais, usamos uma noção supersimplificada de correspondência com os fatos” (AUSTIN, 1990, p. 119).

Dessa maneira, na enunciação constativa, negligenciamos o seu valor ilocutório, para salientarmos os seus aspectos locutórios. Preocupamo-nos, sobretudo com o aspecto referencial, com a sua adequação aos fatos e com a verdade ou falsidade, ou seja, com a referência e o sentido. A passagem retratada acima ressalta bem como o constativo abstrai o aspecto ilocutório de um enunciado, mostrando a possibilidade de se direcionar um valor ilocutório para o constativo, o que, no início, para o autor, não parecia possível.

Isso é típico de Austin, estar sempre revisando. Percebem-se pontos de partida para a investigação, mas não saberemos aonde chegaremos. É assim que Austin constrói

seu caminho: muitas vezes, ele próprio faz análise de seus escritos e retorna por linhas diferentes ao tema em investigação.

Voltando à distinção constatativa e performativa, Austin diz: “No caso do proferimento performativo, damos o Máximo de atenção à força ilocucionária do proferimento, e nos abstraímos da dimensão da correspondência com os fatos” (AUSTIN, 1990, p. 120). Na enunciação performativa, nos damos conta da dimensão ilocutória da enunciação e deixamos de lado a dimensão da correspondência com os fatos. Mas, em qualquer uma das enunciações, temos um ato de linguagem completo.

Fica evidente que a distinção pretendida não se sustenta devido ao fato de os atos comportarem em uma dada enunciação elementos ilocutórios. Se a distinção pretendia isolar ambos, acabou por aproximá-los. Vale lembrar que o fato de não se obter êxito nessa distinção não significa que ela esteja, de fato, sem nenhuma utilidade. Essa distinção permitiu abrir novos caminhos para a investigação.

Além dos dois tipos de atos mencionados anteriormente, locutório e ilocutório, Austin aponta para mais um: o perlocutório ou perlocucionário, que realiza efeitos diferenciados em uma enunciação de uma sentença ou frase. Os efeitos produzem inúmeras consequências, são os mais diversos possíveis por não haver convenções. Se no ato ilocutório existe uma convenção na qual os elementos terão que estar em sintonia, no perlocutório isso não acontece. A perlocução ocorre quando fazemos algo de maneira não convencional. Podemos considerar que seria aquilo que fazemos pelo fato de dizer algo em uma enunciação de maneira não determinada. Vale lembrar que os efeitos produzidos são indiretos e não há uma intencionalidade. O fato de dizer algo provocará inúmeros efeitos relacionados a sentimentos e pensamentos, seja na pessoa que fala, seja nas que ouvem.

Há um outro sentido (C) em que realizar um ato locucionário, e assim um ato ilocucionário, pode ser também realizar um ato de outro tipo. Dizer algo frequentemente, ou até normalmente, produzirá certos efeitos ou consequências sobre os sentimentos, pensamentos, ou ações dos ouvintes, ou de quem está falando, ou de outras pessoas (AUSTIN, 1990, p. 89).

É possível fazer uma distinção entre o ato ilocucionário e o perlocucionário, devido a certos domínios que só são pertinentes a cada um. Por exemplo: os efeitos produzidos em ambos são diferenciados, dado que no ilocutório ao dizer algo se faz algo de maneira a atingir um objetivo, ao passo que no perlocutório ao dizer algo se produzem inúmeros efeitos de maneira não convencional. O ato ilocutório segue uma

ordem, uma intencionalidade, ele adota uma determinada convenção para atingir seus efeitos, em uma enunciação. Vale salientar que ambos os atos produzem efeitos e das maneiras mais diversas possíveis por meio da enunciação. É interessante mencionar que esses atos formam cadeias de outros atos no domínio da ação.

O ato perlocutório não carrega em si uma convencionalidade. Ele acarreta inúmeras consequências. Alguém poderia dizer “cuidado com o jacaré”, que é um ato ilocucionário quando se adverte do perigo; por outro lado, esse mesmo enunciado poderia produzir um efeito de assustar, causando, assim, um ato perlocucionário. A perlocução não pressupõe os efeitos que se quer atingir; eles são consequências. E se queremos distinguir o ato ilocutório do perlocutório, temos que entender esse princípio básico, qual seja, o de que o efeito produzido diverge de um para o outro. O ato ilocucionário implica que a produção de certos efeitos seja de uma maneira ou de outra bem sucedida.

Dessa forma, um ato ilocucionário para ser bem sucedido deve contemplar efeitos que estão ligados a uma completude. É preciso assegurar-se de que de fato o enunciado fora compreendido, para que não aconteça de estar falando português para uma pessoa que não entenda o idioma proferido. Do mesmo modo, há necessidade de se certificar de que o contexto no qual se está proferindo uma fala é o mesmo do interlocutor. Deve haver uma definição de para quem se destina o efeito, distinguindo-se efeito de consequências produzidas, para que não ocorra de se estar pensando em produzir um efeito ilocucionário e na verdade estar produzindo um efeito perlocucionário. Deve-se seguir algumas regras fundamentais, como responder de acordo com dada convenção ou dar uma resposta quando se é interrogado, como no casamento, quando alguém diz “sim” ao padre. O ato ilocucionário está evidentemente ligado a esse modelo convencional em que os atos provocam certos efeitos de acordo com uma completude pautada em uma intencionalidade.

O ato perlocucionário, por sua vez, produz efeitos diversos ao nível de sentimentos, pensamentos e ações. Por meio da enunciação, ele atua provocando efeito em quem fala e em quem ouve. Esse é, por exemplo, no caso de uma promessa, que pode acarretar os mais diversos efeitos. Tais atos não são interferidos por esse direcionamento diverso. Diferentemente dos atos ilocutórios, as séries de consequências de um ato perlocucionário não traz consigo implicações, pois ela não visa a um fim específico, nem carrega consigo uma convenção preestabelecida.

Dessa maneira os atos apresentados aqui têm cada um a sua peculiaridade e, se queremos entendê-los, teremos que atentar a esses apontamentos. Se é necessária uma convenção para que a ilocução ocorra em sua completude, por outro lado o fato de não haver convenção não compromete ou interfere no ato perlocucionário. O que se diferencia são os efeitos produzidos das conseqüências alcançadas. Os efeitos ilocutórios precisam de uma convenção, sem a qual não se trataria de ilocução e se estaria diante de um ato perlocutório, que não necessita de convenção e intenção.

(b) O ato perlocucionário pode incluir o que, de certo modo, são conseqüências, como quando dizemos: – “Ao fazer x estava fazendo y” (no sentido de que como conseqüência de haver feito x pude fazer y. sempre introduzimos nesse caso uma gama maior ou menor de “conseqüências”, algumas das quais podem ser “não intencionais (AUSTIN, 1990, p. 93).

O ato perlocucionário, por ser mais amplo, é de difícil definição. Para ilustrar, verbos como ameaçar, persuadir, convencer etc. são designações de atos perlocutórios. Diferentemente de muitos verbos ilocutórios, os perlocucionários não fazem o que dizem. Por exemplo, quando alguém emprega o verbo humilhar, não está humilhando alguém. Para que de fato isso ocorra, ele terá que usar outros artifícios para tentar explicitar que deseja humilhar alguém.

Com essa distinção entre as três dimensões dos atos de fala, fica evidenciada a proposta de Austin de mostrar que cada ato contempla varias dimensões em um mesmo enunciado. Essas dimensões são o que permite perceber, em Austin, uma ruptura com uma estrutura sintática e semântica ordenada para uma abordagem pragmática a partir da ação. A investigação aqui proposta buscou dar clareza ao estudo da linguagem como enunciado proferido em um discurso, verificando os efeitos decorrentes dela em uma prática cotidiana, em que os atores são personagens reais que produzem inúmeros efeitos em um determinado contexto socializado.

A linguagem como fora pensada pela tradição não fora capaz de dar respostas aos enunciados considerados absurdos que extrapolem o nosso horizonte de investigação. É por isso que Austin é um dos precursores de um programa que permite investigar enunciados que eram consideradas sem sentido. Embora Kant já houvesse chamado a atenção para esse tipo de sentença, em uma síntese geral foi Austin que reformulou essa ideia e que culminou na teoria geral dos atos da fala.

Em termos gerais, podemos dizer que essa retomada de Austin reformula todo um processo de investigação. Ao isolar as dimensões de um ato, se torna evidente que a

tentativa de separar o constativo do performativo eliminando a dicotomia verdade e falsidade ou feliz e infeliz não atingiu seu objetivo. Com essa reformulação, o estudo se centra em uma teoria geral dos atos de fala, porque foi verificado que tanto o constativo como o performativo carregam em si peculiaridades de ambos. Isso quer dizer que é possível ter um constativo com características de enunciado feliz ou infeliz. Por outro lado, também é possível um performativo que contemple a dicotomia verdadeiro ou falso.

Por isso, o recuo por parte de Austin em direção a um novo tipo de abordagem contemplando a totalidade dos atos de fala e de sua enunciação. Com as descobertas das dimensões locucionárias, ilocucionárias e perlocucionárias, ficaram mais claras as propostas de Austin. A locução seria a parte que contempla os fatos de maneira a descrevê-los, a dimensão constativa do enunciado, pois ao enunciar uma frase em acordo com regras se estará pronunciando uma locução. O ato de dizer algo e fazer algo, produzindo certos vocábulos em concordância com uma determinada regra que produzirá certos efeitos, caracterizariam uma ilocução. E, por último, ao dizer algo que provoque inúmeras consequências de maneira não convencional, sem ter um efeito determinado, estando sujeito às mais diversas possibilidades ou consequências, se estaria diante de uma perlocução.

Essas três dimensões permitiram a Austin uma melhor classificação da enunciação de um ato de fala. A preocupação, no entanto, é mais prática em relação a uma situação cotidiana que envolve personagens reais. Aquilo que era considerado “*nonsense*” ou enunciados absurdos pela tradição passa a ser analisado por um novo ângulo de investigação. Vale salientar que esse salto permite uma análise da dimensão pragmática, que até então fora negligenciada no pensamento tradicional. Esse processo de investigação eleva o alcance; são novas janelas que se abrem para o conhecimento.

#### ***4.1.6 As conclusões sobre a linguagem em Austin***

O projeto filosófico de Austin, tal como narrado nesta seção, centra-se na preocupação com a linguagem como forma de ação. A compreensão da linguagem como contemplação, representação e lógica é substituída pela noção de “dizer é fazer”, ou seja, pela compreensão da linguagem como um modo de realizar atos. Isso significa que a linguagem humana não possui apenas uma função designativa, como tradicionalmente se pensou, mas para, além disso, ela tem o potencial de realizar.

Austin diz que um ato de fala qualquer comporta em si uma realidade complexa. Assim, o processo de sistematização começa com um ordenamento dos usos da linguagem. E essa questão se refere ao que se pode fazer com uma sentença ou enunciação em uma determinada realidade situacional. Nesse sentido, Austin rompe com uma tradição e demarca um novo caminho para se analisar o processo analítico. Com a distinção entre performativo e constativo e a introdução da teoria dos atos de fala, a linguagem passa a ser analisada, segundo Austin, em um contexto social onde está inserido o sujeito falante.

Pode-se dizer que por demasiado tempo os filósofos negligenciaram este estudo, tratando todos os problemas como problemas de “uso locucionário”, e também que a “falácia descritiva” mencionada na Conferência I geralmente surge de um erro de confundir um problema do primeiro tipo com um problema do segundo. É bem verdade que estamos agora superando tal confusão; há alguns anos começamos a perceber cada vez com mais clareza que a ocasião de um proferimento tem enorme importância, e que as palavras utilizadas têm de ser até certo ponto “explicadas” pelo “contexto” em que devem estar ou em que foram realmente faladas numa troca lingüística (AUSTIN, 1990, p. 89).

O que Austin propõe de novo é que a linguagem não é um sistema formal como a lógica e a matemática. Ora, a linguagem é um conjunto de elementos ou ferramentas que estão a nossa disposição. Esses elementos contemplam a escrita, bem como o que sai da boca de um falante. A unidade básica da linguagem é o ato de fala. Desse modo, o nosso foco de estudo deve ir ao encontro da forma como os seres humanos fazem uso dessas ferramentas de discurso em um ambiente socializado. Essa preocupação por parte de Austin é uma tentativa de oferecer respostas a antigos pressupostos que não tinham sentido em uma frase e eram ignorados, os “*nonsenses*”. Tal análise cuidadosa no que concerne aos elementos do discurso nos permite enfrentar o problema por um novo viés, com um aprofundamento da questão acerca da linguagem.

O que é importante em Austin é a ideia de reconstrução de um edifício intelectual do conhecimento, situação em que um novo modelo é proposto, permanecendo elementos da tradição. O que esse modelo propõe é uma interação entre falantes, sem os quais a linguagem ficaria restrita a um campo de representação, lógico e formal, pautado num estudo da verdade e falsidade por meio de métodos. Essa abertura para a reconstrução do edifício intelectual é um dos grandes legados de Austin; ela não estabelece uma postura definitiva de que a obra está completa, pronta e acabada. Pelo

contrário, se aberta aos questionamentos e nos fornece mecanismos para um processo de investigação mais elaborado.

O modelo apresentado por Austin contempla mais elementos no processo investigativo. Não se trata de descartar o velho sistema, e sim de construir um novo incorporando elementos do primeiro. O que se apresenta como novidade é uma linguagem pública, uma aproximação entre linguagem e realidade, uma sintonia. O distanciamento proposto pela tradição, o horizonte dicotômico, cai por terra, porque a fala já é o agir, é fazer parte do mundo segundo Austin.

O significado da palavra não está formalizado no nome contemplado, na ideia representada ou na estrutura da frase. Ele reside no meio onde se encontra o falante e o seu interlocutor, que partilha de posições em acordo com um contexto social. O modelo de linguagem adotado pela tradição não se sustenta mais; o sistema proposto por Austin abre novos campos de investigações. Com essa abertura, a ação é priorizada e a linguagem privada concede espaço a uma linguagem pública pautada em personagens reais que interage.

Austin causou uma reviravolta na maneira de se pensar o processo analítico. Ele não insere a essência nominalista, a ideia representada e o significado da frase como elementos principais a serem buscados, mas, pelo contrário, procura analisar o enunciado e sua ação na prática cotidiana. A análise se volta para o exame dos diversos usos da linguagem e a ação que ela desempenha em uma troca linguística.

#### **4.2 Dois desdobramentos das ideias de Austin: Searle e Grice.**

A reflexão à qual me proponho a partir de agora traz dois autores que se preocuparam com a linguagem, e isso se deve ao fato de a investigação de ambos estar se reportando aos aspectos da enunciação dos atos de fala. Por isso, a importância de promover essa reflexão em torno desse horizonte, ressaltando os aspectos endereçados para a nossa proposta de investigação. As indagações, no que concerne ao processo de comunicação, estarão sempre se moldando em um sentido de dar respostas. A cada resposta que surge, uma nova pergunta é elaborada e assim a filosofia procura dar soluções a esses conflitos.

Após apresentar a proposta de Austin, abro um leque para pensar os aspectos endereçados a linguagem com o filósofo John Rogers Searle e o filósofo Herbert Paul Grice, dois pensadores contemporâneos que se preocuparam com a fala e sua interpretação quando se profere um enunciado. Aqui apresento uma tentativa de apontar

os elementos próximos a ambos e os elementos que se distanciam em um ambiente socializado. Trata-se de uma reflexão e não um confronto. O que vai ser importante perceber aqui é que ambos estavam preocupados com a linguagem e com o discurso entre falantes e como somos interpretados.

A preocupação de Searle e Grice com a linguagem nesta seção será muito importante, pois permitirá perceber, os elementos conflitantes e as alternativas apontadas para sanar tais dificuldades.

Ambos vivenciaram momentos próximos, e promover esse diálogo será de grande valia para a proposta de investigação apresentada. Entendo que os elementos que estarão em pauta irão acrescentar para o universo austiniano e que isso faz parte da filosofia para conceber um diálogo construtivo.

Com essa base ou direcionamento, saliento que o enunciado e o aspecto ação é o que vai nortear a nossa pesquisa. Ação porque está presente na obra de Austin como o elemento central de discussão. E o enunciado proferido porque resulta em desdobramentos diversos quando proferimos uma frase o que culmina consequentemente a pragmática.

Assim sendo, munido de elementos conceituais, adentro a uma nova fase investigativa mostrando a importância de ambos pensadores para a pragmática e que a preocupação de ambos com o enunciado e a ação será fundamental para esse processo de virada. É com esse intuito que passo a discutir, de maneira sintetizada, o pensamento de Searle e Grice no que se refere à questão da pragmática.

#### ***4.2.1. A teoria dos atos de fala indiretos em Searle***

Searle ao propor tal análise faz uma retomada de alguns aspectos da abordagem de Austin tentando suprir algumas lacunas que ficaram imprecisas. Ele relata que essa retomada não é uma continuação dos trabalhos deste, e sim uma retomada por caminhos diferentes. Pois segundo Searle somente Austin poderia continuar seu próprio trabalho e o que o faz é propor algo novo para se entender alguns elementos que não ficaram claros na teoria dos atos de fala.

Ao propor uma análise acerca dos atos de fala, ele procura distinguir as possíveis falhas na maneira de se conceber a linguagem<sup>4</sup>. De início, Searle faz menção a Austin acerca da obra *Quando dizer é fazer: palavras e ações*, na qual este último defende a

<sup>4</sup> Esta seção terá como fim tratar de aspectos que realçaram a abordagem no que tange à linguagem e suas implicações em relação a esses três pensadores, de forma a complementar os estudos da pragmática.

sua forma de conceber a linguagem como direcionada pela ação. Com efeito, Searle por sua vez, discorda de alguns aspectos e a partir deles seguirá sua análise, propondo uma nova forma de investigação, em direção oposta a de Austin. Ele parte do princípio de que em Austin muitas questões não foram resolvidas. Dessa forma, se insere tentando resolver algumas possíveis falhas que não foram solucionadas.

É importante precisar que Searle principia seu trabalho com indagações que são pertinentes. A pergunta pelo objeto de estudo da filosofia da linguagem e sua relação com o mundo é base para qualquer exame sobre a linguagem. A relação entre linguagem e mundo instiga mais indagações. No início da obra *Os atos da fala*, o autor faz uma reflexão muito importante sobre duas formas de linguagem, a saber:

Fazemos uma distinção entre a filosofia da linguagem e da filosofia lingüística. A filosofia lingüística é a tentativa de resolver problemas filosóficos particulares examinando o emprego corrente de certas palavras ou de certos elementos no interior de uma dada língua. A filosofia da linguagem é a tentativa de fornecer uma descrição filosoficamente esclarecedora para certos traços gerais da linguagem, tais como a referência, a verdade, a significação e a necessidade; não é senão ocasionalmente que sua atenção se volta para os elementos particulares de uma dada língua. Entretanto, o seu método de investigação, quando empírico e racional mais do que a priori e especulativo, deverá forçá-lo a examinar de modo bastante preciso os factos encontrados nas línguas naturais (SEARLE, 1984, p. 10).

Temos, por um lado, uma filosofia da linguagem que está em consonância com o universo da verdade, onde se pode conhecer e a qual pode se utilizar para fazer referência e dar significado à fala. A filosofia da linguagem seria o que esclarece e faz a ordenação por meio de um conjunto de regras impregnadas a ela de maneira universal. Por outro lado, temos também, em Searle, uma definição de filosofia lingüística, que tem como pressuposto solucionar problemas menores de forma limitada de uma língua determinada. Assim sendo, a filosofia lingüística é o método e a filosofia da linguagem o objeto de estudo. Parece que, em Searle, essa distinção tenta mostrar aonde se pode chegar com um modelo e com outro.

Searle parece tomar como ponto de partida uma filosofia da linguagem e, ao fazer isso, elabora o seu campo de atuação ou o método a ser empregado. Se, em um primeiro momento, ele aponta para a distinção entre uma filosofia lingüística e uma filosofia da linguagem, em um momento posterior, acena para o que seria o método ou modelo de investigação acerca de um dado objeto. E diz também, que existem caracterizações lingüísticas, que seriam o mesmo que constatar.

Forneceremos, primeiramente, caracterizações para os elementos lingüísticos. Diremos, por exemplo, que tal expressão é usada para referir, ou que tal combinação de palavras não tem sentido, ou ainda que tal proposição é analítica. Algumas vezes, o termo que marca estas caracterizações será de nossa invenção. Para ter um nome, chamar-lhe-emos caracterizações lingüísticas (SEARLE, 1984, p. 11).

Searle propõe também mais um modelo metodológico, ou seja, o de fazer análise de explicações lingüísticas. Aqui emerge a inserção de regras para fundamentar essa articulação.

Assim, nesta era de metodologias extremamente sofisticadas, a metodologia desse livro deverá parecer ingenuamente simples. Somos um falante nativo de uma língua. Desejamos fornecer certas caracterizações e explicações para o uso que fazemos dos elementos dessa língua. A hipótese na qual nos baseamos é a de que o nosso uso dos elementos lingüísticos é regido por certas regras (SEARLE, 1984, p. 25).

É possível perceber, em Searle, que todos que conhecem determinada língua são capazes de conhecer os fatos próprios dessa linguagem. Nesse modelo proposto de investigação, percebe-se que a linguagem é uma realidade de alta complexidade, e conhecer uma regra implica em estar em sintonia com dada realidade, inserida em um contexto onde a regra determina o tipo de comportamento. Esse saber ou conhecer e dominar determinado comportamento ocorre em virtude de certo domínio, adquirido em um contexto.

Parece que se tem uma intuição acerca do conhecimento de regras quando se conhece uma língua. Assim, quando alguém conhece o português, automaticamente aprenderá a estabelecer uma conexão com os fatos lingüísticos que compõem essa língua; e, em seguida, terá propriedade para fazer uso de regras que expliquem os fatos de determinada língua. Aqui aparece a importância de se conhecer as regras. Searle diz que toda pessoa que tem um domínio de um determinado idioma terá um saber implícito, de forma inconsciente, do sistema de regras a partir das quais a língua está constituída. Seria um saber automático; é um despertar, por meio da reflexão, que permite formular e conhecer elementos que estão implícitos. As regras serão fundamentais para as caracterizações lingüísticas, pois quando seguidas permitem uma projeção para um saber objetivo, de acordo com o qual se podem pressupor fatos futuros.

Percebe-se que a proposta searleana consiste em promover uma ponte entre um saber automático para o saber temático. Seria uma passagem de saber “como” para um

saber “o que”. Em Searle, parece que a proposta é uma construção hipotética que pressupõe um ponto de partida onde os elementos linguísticos são regrados.

A forma que esta hipótese tomar é a de que, falar uma língua é executar actos de fala, actos como; fazer afirmações, dar ordens, fazer perguntas, fazer promessas, etc., e, num domínio mais abstracto, actos como; referir e predicar; em segundo lugar, estes actos são, em geral, possíveis graças a certas regras para o uso de elementos linguísticos e é em conformidade com elas que eles se realizam (SEARLE, 1984, p. 26).

Assim, percebe-se em Searle que falar uma língua é realizar alguns atos de fala. E se esse comportamento linguístico possui regras, as unidades fundamentais seriam atos de fala. Nesse âmbito, o campo de investigação, que era entender a relação entre linguagem e mundo, se torna para Searle o problema central; é preciso entender as unidades básicas dos atos de fala. A manifestação da teoria da linguagem aparecerá como uma teoria da ação humana que contempla regras.

Searle parece também promover, seguindo os passos de Austin com o objetivo de contradizê-lo, a separação entre a significação de uma frase e a execução dos atos de fala e se mantém contrário a uma tendência de não se querer separar a semântica do pragmático; ambos apresentam pontos de vista que lhes são peculiares. O que está em questão aqui é uma proposta de mudança. Trata-se de uma proposta como uma condição, pois o ato de fala implica uma comunicação referente ao dizer que realiza coisas no mundo, e a comunicação representa uma expressividade.

A hipótese de que o acto de fala é a unidade básica da comunicação, juntamente com o princípio de expressabilidade sugere a existência de uma serie de conexões analíticas entre a noção de acto de fala, aquilo que o falante quer dizer, o que a frase (ou outro elemento linguístico) enunciada significa, o que o falante pretende, o que o ouvinte compreende e a natureza das regras que regem os elementos linguísticos (SEARLE, 1984, p. 32).

Avançando para os “Atos de fala” propriamente ditos, Searle começa por chamar a atenção para uma expressão. Digamos que se expresse a seguinte proposição: “Pedro bebe diariamente”. Nesse caso, temos uma afirmação e essa proposição poderia ser analisada de diversas formas. O que tem que ser exaltado, em primeiro lugar, é a expressão de palavras e, em segundo lugar, a que ela se refere ou predica; por terceiro, ela tem características de perguntar, afirmar, ordenar e muitas outras.

Assim, se percebe que um ato de fala é composto de três ações diferentes: a execução de atos de uma expressão proferida, atos proposicionais e atos ilocucionários.

Aqui emerge uma aproximação com Austin, dado que aparecem três momentos em um mesmo ato, o que Austin chamará de dimensões. Esses atos exprimem palavras com certa intenção. Pode, porém, haver expressões que não contemplem uma intenção nem estejam em acordo com um contexto, visto que atos ilocucionários e proposicionais têm características peculiares às palavras que são proferidas em um contexto determinado, com condições estabelecidas e com intenção determinada.

Naturalmente, também não é necessário que a realização do mesmo acto de enunciação por dois falantes diferentes, ou pelo mesmo falante em ocasiões diferentes, corresponda à realização dos mesmos actos proposicionais e ilocucionais: a mesma frase pode, por exemplo, ser usada para fazer duas afirmações diferentes. Os actos de enunciação consistem simplesmente em enunciar uma sequência de palavras (SEARLE, 1984, p. 36).

O ato proposicional seria parte das frases e o ilocucionário diz respeito ao seu conteúdo completo. A expressão contempla esses dois atos intimamente ligados, e as partes referidas no proposicional seriam as predicacões gramaticais e, em outros casos, referência a nomes; não seria possível realizar o ato proposicional sem o ato ilocucionário, visto que um completa o outro. Não haveria a possibilidade de se predicar ou referenciar algo sem afirmar ou fazer uma pergunta.

Nessa perspectiva, percebemos que Austin chamava os componentes básicos dos atos de fala de locução, ilocução e perlocução. Em Searle, essa teoria aponta para um novo horizonte, delegando ao locucionário o estatuto da enunciação, ao ilocutório a noção de ato de linguagem e, por último, ao perlocutório o ato de fala indireto. Ou seja, estes possuem em sua base valores ilocutórios indiretos com o fim de atingir um objetivo que não está no discurso, o que em Austin seriam as consequências.

Nesse ponto proposto por Searle, perceberemos uma transposição de pensamento de um autor para outro e uma nova visão de força ilocucionária. Searle tem como objetivo mostrar que, mesmo em casos específicos em que não se faz uso do verbo performativo, não se perde a força ilocucionária. Percebe-se facilmente que, quando o proferimento performativo não está presente, não se inviabiliza o ato. Por exemplo: quando um vereador faz uso da palavra em uma sessão ordinária da câmara dizendo “eu declaro aberta a sessão”, percebemos a partir do verbo performativo “declarar” que de fato o ato ocorre; se por outro lado o mesmo vereador pronunciasse apenas “está aberta a sessão”, o ato seria realizado sem o verbo “declarar”.

Em outro exemplo em acordo com o ato proposto, um policial de trânsito se aproxima de um condutor de um veículo e pede que este lhe passe a placa do veículo. O

que ocorre a partir do ato proferido? Essa indagação poderia ser interpretada de diversas formas. O ouvinte poderia entregar a placa conforme fora solicitado, mesmo que isso não seja a resposta pretendida por parte do locutor, ou poderia repassar os seus caracteres. O que o locutor espera em acordo com o contexto é que sejam repassados os caracteres da placa. Isso não aconteceria em local em que se fabricam placas de veículos para a venda.

O que se percebe é que, para que o ato de fala indireto aconteça, serão necessários aspectos contextuais. Assim, é evidente que os atos de fala indiretos são aqueles que possuem força ilocucionária e os quais, a partir de uma frase pronunciada, podem ser interpretados de diversas maneiras no mesmo enunciado. É dada uma grande importância ao ouvinte que interpreta a frase a partir do seu sentido real, mesmo que em alguns casos este esteja em desacordo com o que propõem o locutor que profere. No exemplo acima mencionado, fica claro que quando um policial de trânsito pede para que seja passada a placa do veículo, ele se refere aos caracteres; é nesse sentido que há importância de o ouvinte compactuar de tais regras. Percebe-se, assim, que Searle toma caminho contrário ao de Austin quanto à direção de investigação a ser tomada.

A partir dessa constatação é que Searle afirma haver inúmeros casos em que o ato ocorre sem que o verbo performativo esteja presente. Com esses aspectos apontados, percebemos que há um direcionamento para um horizonte ao qual Austin não tinha direcionado a sua pesquisa. Assim, por meio de um ato de fala ou frase, se objetam várias interpretações. Dessa maneira, existem nos atos de fala indiretos elementos ocultos que permitem endereçar várias interpretações de uma frase em acordo com o contexto.

Para entender essa engrenagem em Searle, temos que nos ater a dois aspectos importantes que dizem respeito aos atos de fala: o sentido literal e o não literal, ambos com sentidos distintos. O primeiro aspecto consiste no sentido básico da fala a partir de dados das expressões em acordo com a fala propriamente pronunciada por um falante seguindo regras determinadas pela gramática. O segundo aspecto parte do sentido não literal, sendo que, para que haja a interpretação de uma frase, se faz necessário que o ouvinte da mensagem faça uma inferência a partir do que foi dito.

Isso não quer dizer que o ouvinte que interpreta o sentido real da frase o fará da mesma forma que aquele que profere o enunciado. O ato de fala indireto consiste em uma interpretação do sentido da frase proferida por parte do ouvinte ao qual esta é endereçada. Desse modo, percebemos que o ato de fala indireto está interligado com o

ouvinte. A partir dessa análise, perceberemos que, para que o ato de fala indireto aconteça, serão necessários aspectos contextuais. Assim, fica evidente que Searle se opõe a Austin quanto aos aspectos de investigações.

Para Searle, o sujeito falante tenciona a produzir um efeito no sujeito que ouve; há uma intenção de quem produz o ato para quem ouve e isso está condicionado a regras que governam as ações entre sujeitos. Há um reconhecimento da intenção por parte do ouvinte, o que não é preconizado por Austin. Parece que os sujeitos que participam desse contexto aprendem a dominar tais regras que regem as suas ações.

Quanto às regras de Searle, elas parecem adotar dois modelos explicativos.

Queremos esclarecer a distinção entre dois tipos de regras, que chamaremos de normativas e constitutivas. Estamos bastante convictos da distinção, embora não seja fácil explicitá-la. Para começar, diríamos que as regras normativas governam formas de comportamento pré-existentes ou que existem de modo independente. As regras de cortesia, por exemplo, governam as relações inter-pessoais que existem independentemente das regras. Mas as regras constitutivas não governam meramente, elas criam ou definem novas formas de comportamento. As regras do futebol ou do xadrez, por exemplo, não dizem apenas como se joga xadrez ou futebol, mas criam a própria possibilidade de jogar tais jogos. Jogar futebol ou jogar xadrez são actividades constituídas pela aplicação das regras a estes jogos (ou, pelo menos, de uma grande parte dessas regras) (SEARLE, 1984, p. 47-48).

Se por um lado a linguagem é regrada, cabe aqui exemplificar em que consistem essas regras. As regras aparecem de duas formas como um instrumento normativo, a regulativa e a constitutiva. As regulativas dizem respeito a comportamento, como regras de boa educação. Estão diretamente relacionadas às relações intersubjetivas existentes. As constitutivas, por sua vez, estão relacionadas a diversos tipos de situações, onde há a necessidade de vivenciá-las em uma prática, como é o caso de um jogo por exemplo. É importante essa distinção para a nossa investigação, pois é a partir dela que poderemos chegar a um passo seguinte bem fundamentado. Evidencia-se que quem fala uma determinada língua tem internalizado em si um sistema de regras, referente ao meio no qual está inserido.

Percebemos que a linguagem contempla regras. A partir disso, podemos dizer que ela tem uma significação. A significação é parte importante em uma expressão, pois permite perceber a diferença entre produzir apenas sons e sinais e um ato ilocucionário de fato.

Uma diferença é que os sons ou signos gráficos produzidos na execução de um acto ilocucional têm uma significação, e uma segunda diferença, ligada à

primeira, é que, pela enunciação daqueles sons ou signos gráficos, se quer dizer alguma coisa. Quando se fala é característico que se queira significar alguma coisa pelo que se diz; e o que se diz, a sequência de sons que se emite, tem, como característica, ter uma significação (SEARLE, 1984, p. 59).

Aqui se evidencia que a linguagem se comporta de acordo com certas instituições ou intenções. Falar, em última instância, seria um fato institucional que não pode ser analisado dentro das descrições de fatos naturais. Esses fatos institucionais se explicam a partir de regras, que fazem parte da sua constituição. A linguagem emerge em Searle como regrada em acordo com o comportamento intencional.

Searle propõe um caminho de proximidade com os elementos investigados por Austin e tenta explicar de uma forma mais detalhada o que ele pressupunha não estar claro ou ser de difícil entendimento. Cabe aqui salientar que o próprio Searle não tentou completar o que Austin começou, mas sim trilhou um caminho que é totalmente seu, criticando quando possível e analisando os pontos positivos.

O diferencial entre esses dois pensadores reside nos seus pontos de vistas diversos. Austin acena a sua pesquisa ou seu horizonte de investigação para o ato de fala em sua totalidade e sua ação realizadora. Por outro lado, Searle defende que a teoria dos atos de fala não poderia ser analisada de maneira totalitária e acaba incorporando os componentes básicos da força ilocucionária.

Searle, ao propor o estatuto determinante que rege as condições para a produção dos atos de fala indiretos, acaba por abrir um novo caminho, contrário a Austin. Para Searle, parece haver uma relação perfeita entre linguagem, sujeito e a intenção, enquanto para Austin não há relação tão perfeita entre sentido e referência. Em síntese, para Austin o crucial não é o enunciado ou as palavras significativas, são as circunstâncias de um enunciado, a sua força efetivada em um discurso a partir dos quais produzem diversos efeitos através da ação empregada. Já para a Searle o crucial é endereçar a investigação da linguagem aos aspectos centrais da frase, expressão, proposição e atos ilocucionários priorizando os atos de fala indiretos e sua força ilocucionária, diferentemente de Austin, que delega a investigação de tais âmbitos a suas dimensões locucionária, ilocucionária, perlocucionária e suas consequências.

#### 4.2.2 A teoria dos atos de fala em Grice

Nesta seção faço uma exposição das implicaturas em Grice em a *Lógica da conversação* mostrando a pertinência dessa temática acerca da linguagem e que irá contribuir para o nosso propósito. Nesse sentido, a sua abordagem referente ao tema proposto para essa investigação terá uma grande importância para o nosso foco de estudo. Ele propõe a sua forma de conceber esse processo e suas implicaturas<sup>5</sup> acerca desse universo pragmático. Com esse autor, fecharei esta discussão e abrirei um leque de contrapontos numa tentativa de mostrar as diferenças de sistemas para conceber o processo em torno da linguagem ao longo do tempo. Tais sistemas se inovam e essa ruptura não significa abandono da tradição, mas superação de um antigo sistema por um modelo mais amplo.

No início de seu artigo “Lógica da conversação”, Grice elenca duas posições, a posição dos símbolos lógicos e a das suas contrapartes em línguas naturais. Aqueles que se vinculam a essas duas posições ou grupos são denominados formalistas e informalistas, respectivamente.

Os formalistas defendem os símbolos lógicos que compõem um sistema geral, de forma que dão conta de um grande número de inferências não óbvias e também da imperfeição das línguas naturais. O caminho para os formalistas, segundo o autor, seria o caminho adequado e consistiria em conceber e dar início ao processo de construção de uma linguagem idealizada, agregando os símbolos formais, de modo que, a partir disso, seja concebida uma linguagem em que as sentenças emitam clareza, contemplem valores de verdade em certo sentido e estejam livres das implicações metafísicas.

Assim, os fundamentos da ciência estariam, de um ponto de vista filosófico, seguros. Aqui se percebe que, nesse formato de linguagem ideal, os formalistas destacam a sua ênfase em uma lógica que condiz com uma linguagem perfeita, muito útil para a ciência e capaz de estancar alguns problemas no que se referem às línguas naturais, tais como ambiguidade e sinonímia.

Os informalistas, por sua vez, dirão que o que fora estabelecido pelos lógicos formalistas não se sustenta. As objeções a tais métodos e à linguagem não serviriam apenas para os propósitos da ciência. O seu alcance extrapola esses limites, pois uma palavra não carece de análise e de equivalente lógico para ser inteligível. Compreende-

<sup>5</sup> As Implicaturas conversacionais em Grice trará uma importante contribuição para a nossa proposta de investigação, pois, ela permite uma aproximação com a preocupação de Austin quanto aos aspectos pragmáticos.

se que os símbolos formais são de grande importância para o sistema lógico, mas existem vários argumentos e inferências válidas, que seriam expressas em linguagem natural.

Dessa maneira, se percebe que essas duas posições se imbricam e que Grice não tomará partido no embate.

Não tenho, além do mais, nenhuma intenção de entrar na disputa ao lado de qualquer dos concorrentes. Ao contrário, quero sustentar que o pressuposto, comum a ambos os grupos, de que de fato existem divergências é (em linhas gerais) um erro corrente, e que tal resulta de não se prestar a devida atenção à natureza e importância das condições que governam a conversação. Por essa razão, passo agora a examinar as condições gerais que, de uma ou de outra forma, se aplica à conversação como tal, independentemente de seu assunto (GRICE, 1982, p. 83).

Parece que ambas estão limitadas a um patamar, o que permite perceber que as regras que valem para um símbolo formal podem não ter valor para sua contraparte em línguas naturais. É com essa análise que Grice dará importância às condições que governam a conversação, e como primeira questão ele nos apresenta as implicaturas, que possibilitam um novo direcionamento.

Quando se teoriza a conversação espontânea em língua natural, se percebe a presença do fenômeno pragmático do discurso entre falantes, que estão para além de um ambiente lógico. Evidencia-se um desacordo entre uma semântica lógica – que busca estabelecer as verdades, partindo dos pressupostos formais em uma dada sentença – o possível significado do enunciado pragmático em um discurso. Fica evidente que esse primeiro elemento em discussão aponta para um campo pragmático e um campo lógico. A implicatura proposta por Grice é o caminho que pretendo seguir, resumidamente, para o nosso propósito de aproximação ou distanciamento com Austin e Searle.

Ao apontar para as implicaturas, Grice apresenta dois tipos: as implicaturas convencionais e as implicaturas conversacionais. E o porquê disso tudo? Grice faz uma reflexão acerca dos significados comunicados em uma fala, mas não ditos. A partir desse primeiro enfoque, ele estabelece uma distinção entre esses elementos que não são ditos, mas estão indicados pelo material linguístico, que estão em acordo com uma convencionalidade. Esse é um tipo de implicatura apresentada de maneira convencional, em que os elementos estão condicionados a certa estrutura linguística. “No sentido em que estou usando a palavra dizer, o que alguém disse está intimamente relacionado ao

significado convencional das palavras (da sentença) que está usando” (GRICE, 1982, p. 84).

Para exemplificar essa proposta de implicatura, Grice faz menção à frase “Ele é um inglês” como uma implicatura convencional. Isso porque ela remete à bravura: ele é, portanto, um bravo. Percebe-se que há uma relação do que é dito com o material linguístico, que pressupõe essa conexão, de maneira a seguir certa convenção. Aqui é apresentada a primeira forma de implicatura, que culminará com a elaboração da segunda implicatura. Essa primeira só abrange uma parte do dizer em uma frase, em consonância com uma convenção.

Por outro lado, temos aqueles que não são ditos nem indicados pelo material linguístico, mas são comunicados em uma dada situação de conversação entre falantes. Nesse segundo caso, não haverá nada que possibilite a identificação de materialidade linguística, dificultando saber o que está implícito ou implicado. A esse tipo de implicativa Grice chamaria de implicatura conversacional.

É nesse sentido que um novo tipo e uma nova observação são adotados por Grice. Vejamos o exemplo a seguir: “[...] suponha que A e B estejam conversando sobre um amigo C que está, atualmente trabalhando num banco. A pergunta a B como C está se dando em seu emprego, e B retruca: Oh, muito bem, eu acho, ele gosta de seus colegas e ainda não foi preso” (GRICE, 1982, p. 84).

Esse exemplo nos deixa claro que o que fora citado não está constituído de uma frase explicativa do que é dito, mas de um conjunto de elementos presentes em uma situação conversacional. Nota-se que o que é comunicado não está propriamente no que foi dito, nem está presente uma indicação dada para os elementos linguísticos, o que torna necessário que se conheça os elementos ligados a essa realidade situacional para entender o seu significado. Grice afirma estar interessado em estudar esse tipo de implicatura, salientando, ainda, que embora reconheça a importância de saber que o significado dos enunciados, anunciados acima, depende do contexto, preocupa-se com quem faz a enunciação, a intenção do enunciado e como o interlocutor recebe essa enunciação, não se limitando em dizer que, ao se conhecer o contexto, se conhece o significado.

O que se percebe é que as implicaturas convencionais estão conectadas com traços gerais do discurso, o que permite pressupor que existem leis ou máximas que regulam o discurso em uma língua numa conversação.

É essa aproximação conectiva entre locutor e interlocutor que possibilita a aplicação dessas leis ou máximas, e a partir disso se constrói o significado para além do dito. Aqui se percebe que tanto locutor quanto interlocutor têm papéis importantes. "Aquele que diz" tem papel importante na conversação, por causa da sua intencionalidade, mas o interlocutor também é fundamental nesse processo, pois é ele que realiza o cálculo para desvendar o que está subentendido no discurso do sujeito que profere. Sem dúvidas, há nessa perfeição, uma relação de locutor e interlocutor em um cenário de conversação.

“Faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado. Pode-se denominar este princípio de Princípio da cooperação” (GRICE, 1982, p. 86). Assim, se percebe que o dito é o elemento fundamental para Grice, devido à relação que é estabelecida com as leis da conversação. O dizer ocupa papel importante para o autor, seja no sentido de apontar o significado convencional das palavras que está se usando, seja para apontar outra forma não convencional, que conduziria ao cálculo para se chegar ao dizer, para além do dito.

É dessa maneira que ele propõe o princípio básico que rege as conversações: o princípio de cooperação. Este estabelece o que devemos fazer e a nossa contribuição conversacional de maneira como é requerida no processo de conversação no momento em acordo com intercâmbio entre locutor e interlocutor, estabelecendo uma relação de engajamento. Esse princípio cooperativo operaria com quatro categorias, sendo que suas máximas regulariam as conversações.

A primeira categoria é a Quantidade e contempla duas máximas: “1º Faça com que sua contribuição seja tão informativa quanto requerida (para o propósito corrente da conversação). 2º Não faça sua contribuição mais informativa do que é requerido” (GRICE, 1982, p. 87).

A segunda categoria é a Qualidade. Temos nessa categoria uma supermáxima: “Trate de uma contribuição que seja verdadeira”. 1º Não diga que você acredita ser falso. 2º Não diga senão aquilo para que você possa fornecer evidência adequada” (GRICE, 1982, p. 87).

A terceira categoria é a Relação e contempla uma máxima: “Seja relevante” (GRICE, 1982, p.87).

E, por último, a quarta categoria que é Modo e contempla uma supermáxima:

“seja claro”. “1º Evite obscuridade de expressão. 2º Evite ambiguidades. 3º Seja breve (evite prolixidade desnecessária). 4º Seja ordenado” (GRICE, 1982, p.87).

Quebrar uma dessas máximas conversacionais e ainda estar operando com o princípio cooperativo é o que vai possibilitar a implicatura conversacional.

Evidencia-se que o dizer em Grice está para além do que fora dito. Seria o resultado de uma conexão entre locutor e interlocutor, pautados em uma intenção do falante repassada em uma situação conversacional e recuperada pelo interlocutor em um cálculo que faz com que o significado do que fora dito seja encontrado. A importância dos princípios de cooperação em uma conversação, as implicaturas e as máximas são o que possibilitará esse intercâmbio em um ambiente cooperativo. Percebe-se que as contradições não estão presentes na proposta de Grice, uma vez que na fala de um sujeito que profere está apenas a sua intenção. Poderia em certo sentido a fala do sujeito ser imprecisa, mas isso poderia ser resolvido pelo interlocutor no processo de conversação por meio das leis e máximas que regem o discurso.

A teoria de Grice consiste em uma análise do significado impregnado em um discurso, o que se dá com base em um mecanismo de interpretação por parte do ouvinte, um significado proferido por um falante e regras e procedimentos que permitem a identificação ou o reconhecimento das intenções do falante ao dizer algo. Assim, se permite, a partir dessa construção de maneira ordenada, que se reconstruam os elementos implícitos na realização dos atos de fala, sobretudo dos atos indiretos. As máximas conversacionais permitem uma análise das expectativas do falante e do ouvinte em sua interação, mostrando como o entendimento mútuo pode resultar desse tipo de troca linguística.

Fazendo um paralelo com Austin, Grice, ao que me parece, tem uma preocupação com sujeitos individuais ao fazer sua interação numa dada situação conversacional; é um dizer que não haverá contradição, por se tratar do dizer de um único sujeito. O seu conceito de dizer parece estar marcado por esse sujeito, que realiza o ato de conversação com a intenção de atingir um objetivo. Em Austin, os sujeitos desenvolvem papéis diferentes, e o intercâmbio social é desenvolvido nesse cenário. O dizer é dialógico e o contexto tem um papel importante, ao ser proferido o ato de fala. O que destaco aqui é a concepção pragmática de ambos; ela está presente no discurso desses dois autores como também em Searle conforme comentado anteriormente.

Para Austin, a linguagem não tem uma função de descrever os fatos, mas de realizar atos, os quais se evidenciam em uma prática em acordo com o contexto no qual

o falante se encontra inserido e os fins a atingir. São personagens reais que interagem entre si em um ambiente contextualizado. Para Grice, a linguagem comunica bem mais do que está proposto pelo enunciado proferido nela em um ambiente, pois ao proferir ou se comunicar vários elementos estarão implícitos na fala. Além disso, nem sempre é possível o discurso proferido abarcar todos os elementos presentes em um dado contexto, e o significado só será possível a partir das implicaturas conversacionais e um processo cooperativo.

Nesses dois pensadores, percebemos uma grande preocupação com a linguagem em uso e sua relação com o usuário. A dimensão discursiva é priorizada em uma prática. O sentido não se finda somente no que é falado, irá para além dele e dependerá de aspectos que fazem parte do contexto no qual é proferido o discurso.

O que é relevante para nossa discussão é fato de ambos tentarem apontar caminhos para resolução do problema em torno da linguagem. Aqui não se trata de dizer que essa ou aquela proposta é melhor, mas de destacar uma preocupação com uma nova forma de pensar a linguagem. Nessa perspectiva, o diálogo com pensadores que vivenciaram aquele momento de transição da virada linguística ou pragmática nos possibilita uma produtiva reflexão.

#### ***4.2.3 Conclusões das reflexões sobre a linguagem***

A reconstrução que fora narrada até o momento nos permite detectar as transformações e as concepções adotadas em momentos distintos no que se refere à linguagem. E isso irá contribuir para a nossa proposta de investigação, pois a partir dela foi possível traçar um caminho de descobertas que antecederam a virada pragmática aludida no início deste trabalho.

Em um primeiro momento, retratamos *Crátilo*, de Platão, passando por Aristóteles, mostrando a forma como a linguagem era concebida pela tradição antiga, na qual esta tinha um papel secundário e o ontológico era priorizado. A contemplação fora marcante nesse momento, dado que se entendia que o em si mesmo não pode ser alcançado pela linguagem e somente é conhecido por si mesmo – este foi um dos pilares da tradição.

Nesse caminho investigativo, adentramos aos modernos e sua proposta de investigação epistêmica acerca da ideia e seu estatuto do conhecimento. A linguagem aparece nesse momento como um instrumento para descrever ou transmitir uma ideia que está na mente, de forma a representá-lo no mundo. Assim sendo, para os modernos,

a pergunta central era “como posso conhecer o mundo por meio das ideias que estão em nossa mente?”. O que é marcante nesse momento é o processo de representação entre produto do consciente mental e a realidade a nossa volta. A linguagem tem esse papel de representar o que está na mente, de maneira dicotômica.

Nota-se que esses dois momentos de discussões narrados, seja para os antigos ou para os modernos, no que se refere à linguagem, têm conotação privada, e o caráter estrutural de ambas se relaciona, pois é possível perceber em alguns modernos traços da tradição antiga, quanto ao seu caráter instrumental errático e imperfeito.

E em um momento posterior, na primeira fase do pensamento contemporâneo, a preocupação passa a ser a frase, sendo que há um processo de investigação quanto à constituição do significado de uma sentença. Isso foi marcante no início do século XX como fora narrado. Com Austin, a linguagem adota conotação pública e o significado se dá nas relações entre locutor e interlocutor em um ambiente contextualizado, em acordo com regras, intenções, normas e convenções.

O que emerge na “*Linguistic turn*” é uma nova forma de preocupação, a saber, a preocupação quanto ao significado de uma sentença no primeiro momento. Assim, a preocupação deixa de estar no ontológico ou no idealismo e passa para a estrutura da frase, seu significado e sua conexão em um discurso. Essa transição num primeiro momento procurou estabelecer padrões formais lógicos, ou uma linguagem formalizada, seguindo regras e determinadas conexões em um determinado processo. Esse modelo proposto de abordagem de maneira formal, com o decorrer do processo investigativo, se deslocou para a perspectiva do enunciado com uma preocupação voltada para a fala quando proferida em discurso.

Austin começou a questionar essa linguagem idealizada e lógica por ela não abarcar todo o horizonte discursivo, dado que, quando descrevemos algo, nem sempre o que descrevemos remete a algo que estamos fazendo de fato. Tais problemas emergem e há uma tentativa de dar respostas a essas indagações. Com isso, Austin direciona seus estudos para o exame do uso da linguagem em diferentes contextos e situações por meio da ação desempenhada.

Após retratar Austin, trouxemos para a discussão outros dois pensadores, Searle e Grice, que se insere no contexto de discussão da teoria dos atos de fala, inaugurada por Austin. Ambos se preocuparam com a comunicação entre falantes, de modo que cada um a sua maneira contribui para a proposta austiniana de uma investigação a partir do exame da linguagem e os atos de fala proferidos em um discurso.

Esse giro ou construção nos possibilitou chegar até aqui. Agora, munidos de argumentos, podemos dar passos mais longos na reflexão proposta em torno da reconstrução do antigo edifício intelectual do conhecimento. É nesse sentido que há uma tentativa de mostrar um novo edifício intelectual, a partir da agregação de elementos antigos e modernos, entrelaçados com os novos elementos apresentados por Austin, tais como ação, intenção, convenções e contexto. Faz-se, assim, uma inversão da linguagem privada para uma linguagem pública, sendo que os atores são reais e interage com o meio.

## 5 COMENTÁRIOS SOBRE A REVIRAVOLTA PRAGMÁTICA

Chego a esta parte do processo investigativo com inúmeras inquietações, dentre as quais destaco: O que é saber como as entidades se relaciona ou se excluem? Quais são os âmbitos em que as entidades linguísticas estão presentes em um discurso? O trabalho prossegue com intenção de tentar dar respostas a essas inquietudes, no intuito de perceber ou detectar esses elementos que estão presentes em um discurso, que ora se dá como revelado, ora como uma ideia representada e como estrutura formal em uma frase. Trata-se, agora, de uma tentativa de mostrar um novo elemento nessa engrenagem, a saber, a linguagem como ação em um discurso, ao qual não fora dada muita importância no passado.

Esta seção apresenta dois momentos: relatar a mudança na natureza das entidades linguísticas elementares (5.1) e como disso pode ser visto resultar a virada linguística em quatro aspectos ressaltados em comentários (5.2). Embora mantenha continuidade e se valha dos capítulos anteriores, a pretensão é que esta seção seja apreciada como um texto à parte, com um caráter que se assemelha mais a um comentário.

Em um primeiro momento, proponho mostrar a forma como essas entidades linguísticas se apresentaram em momentos distintos. Trata-se de analisar o processo de transição da linguagem e suas implicaturas no decorrer do curso histórico tradicional – uma retomada construtiva de um conjunto de pensamentos que foram marcantes e que direcionaram o pensamento tradicional.

Em virtude das indicações pertinentes a cada momento vivenciado pela filosofia no que concerne à linguagem, num segundo momento saliento quatro modos de focar a transição de um estágio da linguagem para outro. Com a retomada de alguns elementos já discutidos, elencarei aspectos da tradição anterior, não mais para documentá-los, mas para mostrar conflitos que não foram anteriormente abarcados.

Enfim, são duas propostas de abordagem que transcorrerão a partir de agora: uma que faz a retomada dos antigos pressupostos tradicionais, e outra que faz uma tratativa acerca do universo contemporâneo a partir de uma leitura de Austin.

### 5.1 As entidades linguísticas no primeiro momento da tradição

Para início da nossa discussão, retomaremos o *Crátilo*, de Platão, em que consta a discussão da linguagem nominal de um lado, de maneira convencionalista, e, de outro, a linguagem natural, que defende a correção dos nomes de maneira naturalista. Esse

modelo apontado, “convencionalista e naturalista”, está presente nessa tradição antiga e na moderna, como veremos a seguir. O embate entre a dicotomia apresentada acaba por criar mais conflitos que soluções e a cada tentativa de superação deles surgem outros. Retrataremos uma passagem desse momento vivido pela tradição antiga no diálogo *Crátilo*, onde Hermógenes defende a sua ideia:

Hermógenes: De fato, Sócrates, eu mesmo estive discutindo muitas vezes com ele e com muitos outros, não me deixando persuadir [384d] que a correção de um nome seja outra coisa senão convenção e acordo. Pois parece-me que se um nome qualquer é atribuído a algo, este é o correto; e, em seguida, se for mudado por outro, e não chamar mais aquele, o último não é menos correto do que o primeiro; assim como nós mudamos os nomes de nossos escravos, em nada o que foi mudado é menos correto do que o colocado primeiro; pois nenhum nome foi concebido por natureza para coisa alguma, mas por costume e por uso dos que o empregam e estabelecem o seu uso. Mas, se há um outro [384e] modo, eu estou disposto tanto a aprender quanto a ouvir, não somente de Crátilo, mas de qualquer outro (PLATÃO, 1987, p. 365).

Nessa passagem, percebemos a proposta de Hermógenes de uma correção dos nomes de maneira convencional. Esta será contrariada na passagem apresentada abaixo, onde há uma indagação a Crátilo por Sócrates acerca das correções dos nomes.

Sócrates: por quê? Acaso aquilo que há pouco se dizia de Hermógenes, que está aqui, podemos dizer que este nome não lhe foi atribuído, salvo que ele descenda de Hermes, ou lhe foi atribuído, todavia não corretamente? [...]  
Crátilo: penso que nem lhe foi atribuído, Sócrates, mas que parece ter sido atribuído, já que esse nome é de outro, daquele cuja natureza se faz visível no nome (PLATÃO, 1987, p. 442-443).

As duas propostas apresentadas se imbricam por caminhos diferentes acerca da finalidade da linguagem nesse momento. Percebe que ambos estão apontando para caminhos diferentes, embora sempre aberto ao debate, o que é salutar para a discussão filosófica. As propostas aqui apresentadas levaram o embate para dois campos distintos e ao mesmo tempo trazem consigo o caráter errático e imperfeito da linguagem.

Nesse primeiro momento, a linguagem aparece como um instrumento imperfeito, que apenas pode fazer uma descrição do que a coisa é, e não o que é a coisa em si na realidade. Há um formato de decomposição por meio do qual se chega ao fim último pela contemplação. Ressalta-se que esse fim último não é abarcado pela linguagem, dado que o papel desta é servir para descrever os fatos até os seus limites permitidos. Por isso, em Platão, a linguagem aparece como um elemento secundário. Ela não chega à instância final, apenas aponta o que a coisa é, e não a decifra. O

conhecimento real seria a contemplação que não se descreve, mas que se revela a nós. Tais apontamentos nos permitem vislumbrar que a linguagem tem um papel privado e não permite se chegar ao conhecimento real por meio dela. Quero deixar claro, nessa passagem, que conhecimento para Platão não é a mera opinião, a *Doxa*, e sim a episteme que se revela a nós por meio de uma ideia.

O embate entre nominalistas e naturalistas no *Crátilo* permite identificar o caráter que a linguagem desempenha nesse momento. O primeiro movimento dos nominalistas defende que o fechamento acerca do conhecimento se dá nessa esfera por meio dos nomes e que o conhecimento é dado a partir da nominação de algo. O nome seria uma espécie de signo batismal que agrega um valor de verdade. Em virtude disso, inúmeras objeções surgiram a partir dos nomes, quais seriam suas funções e o que os nomes encerram em si. Se tudo se volta para eles, quando há mudança deixam de existir? Por exemplo, o nome “Aristóteles” remete ao filósofo Aristóteles, mas Aristóteles morreu e existem outros Aristóteles. O que fazer diante de uma situação como essa? Se os nominalistas estivessem com a razão, teriam que ser capazes de contornar essa situação. O que se evidencia nesse primeiro momento é que o nome é importante, mas não representa a totalidade.

Por outro lado, se pensarmos pelo prisma naturalista, de acordo com o qual o conhecimento segue regras principiadas pela natureza, cairemos no mesmo erro: o de pensar que ela em si seria responsável pelas transformações dos nomes, as quais ocorreriam assim de maneira natural seguindo tais princípios relativos à natureza.

A discussão que compõe o diálogo *Crátilo* é um marco para pensar a linguagem de uma forma como instrumento imperfeito. A dicotomia entre esses dois pares parece não estar em consonância com a linguagem. Ambos atribuem conhecimento a suas partes elementares, relegando a linguagem a um segundo plano. A noção defendida por Crátilo é de que as coisas têm nome por natureza, enquanto que Hermógenes defende que a significação tem seu germe mediante convenções e uso da linguagem. Desse modo, a linguagem, para os naturalistas, é um instrumento que separa as coisas ou essências e, para os convencionalistas, um instrumento que permite comunicação entre pessoas que participam e compartilham de normas em acordo estabelecido com o uso. A discussão faz com que Platão direcione a sua investigação para outro horizonte, tomando uma posição de equilíbrio em relação a essa disputa.

Para Platão, a essência não está no nome, tampouco na convenção. O que existe é uma correspondência fundamental entre uma estrutura gramatical e uma estrutura

ontológica. Ele toma uma posição equilibrada entre essas duas posições e diz que a linguagem serve para transmitir e descrever a realidade. Com ela, não se atinge a realidade ou o real. A mediação de nomes não permite conhecer a coisa em si, a qual se manifesta na forma de um diálogo sem palavras, a contemplação.

O pensamento contemplativo acerca das ideias representa a relação da alma consigo mesma. Fica evidente, na visão platônica, que a linguagem tem papel secundário de designar as coisas sem chegar a sua essência. A linguagem seria um conjunto de palavras e sons específicos que designam as coisas no mundo. Ela é, em síntese, um instrumento que permite descrever até certo limite, mas não revela a essência.

Esses elementos apresentados até agora não resolvem os nossos problemas no que concerne à linguagem. Servem como pano de fundo para montar um quebra-cabeça para trilhar um caminho seguro. A linguagem não deve ser tratada como mero instrumento para descrever o mundo mediante nomes; o seu edifício possui uma amplitude mais elaborada e arquitetônica.

Aristóteles, por sua vez, também aponta uma saída para a questão de como a linguagem deve ser usada para descrever o mundo de acordo com determinadas regras argumentativas que são o esboço de sua lógica. Para ele, o conhecimento se dá a partir de uma junção entre sujeito e predicado, que se ligam por intermédio de uma cópula, isto é, o verbo de ligação. A saber, há um sujeito e a ele se atribui um predicado por meio de um verbo de ligação. Exemplificando: em “Sócrates é mortal,” “Sócrates” representa o sujeito da proposição, e “mortal” é o que predica o sujeito Sócrates, sendo que a cópula é o verbo “é”.

Nota-se que Aristóteles assume uma postura que agrega alguns elementos de seu antigo mestre e trilha um novo caminho, primando pelo argumento, o qual pode ser interpretado como proposições ou sentenças que se unem produzindo uma conclusão. Em Aristóteles, fica evidente que a preocupação ganha forma. O que deve se destacar nessa esfera de conhecimento é que os antigos aqui mencionados têm sua importância. Ambos se preocuparam com a linguagem, como instrumento de descrição da realidade. Para Aristóteles, percebemos de imediato um rompimento entre a linguagem e a coisa: o acesso ao ser se dá por meio de uma mediação linguística e a linguagem e o ser se completam como elementos importantes nesse processo. O nome não é o ponto de partida para Aristóteles, como alguns da tradição. Ele aponta que a linguagem humana é o símbolo do real, mas ela não toma o lugar da coisa. A esta pode ser atribuída um som

vocal, o que leva a produzir uma significação de forma convencional.

O que se percebe é que há uma intervenção significativa do espírito, que separa os sons emitidos pelos animais daqueles emitidos pelos seres humanos. Há na linguagem humana uma estrutura elaborada de sons, articulada e conduzida por uma transcendência. Para Aristóteles, a linguagem não representaria o real, mas sim o que significa. A essência em Aristóteles está no âmbito da composição como um estado da alma, isso no campo da proposição para extrair as verdades. É a partir dos termos significantes que se chega a esse ato de composição. Os termos seriam símbolos que designam a proposição. Note-se que o ato de composição para Aristóteles não é um símbolo ou termo, tampouco a linguagem, mas um patamar mais elevado que une e agrega, produzindo conhecimento, que é o estado da alma. Aristóteles conseguiu fazer uma reflexão no que concerne à linguagem que perdurou por muito tempo na tradição passada e os ensinamentos agrupados no *Organon* foram e continuam sendo tema de muitas discussões.

Em um momento posterior na modernidade, apontado no segundo capítulo, é mostrado o caráter imperfeito da linguagem, principalmente quando falamos em Descartes e sua concepção da linguagem como aquilo que nos diferencia dos demais animais. No *Discurso do método*, fica evidente que a linguagem cumpre um papel secundário. Tal papel é o de representar uma ideia mental. O processo do conhecimento se dá nessa esfera mental, ou seja, há uma interação do consciente consigo mesmo, produzindo as verdades indubitáveis nessa esfera.

O período moderno teve vários pensadores imbuídos da ideia de divisão entre produto mental e objeto a ser representado na mente. De um lado, temos a ideia, que é a representação com estatuto mental, e, de outro, a representação do produto mental de maneira descritiva. A linguagem, mais uma vez, só servia como um instrumento para transmissão do conhecimento. Percebemos também, nos modernos, o caráter errático e imperfeito da linguagem, perceptível nas muitas declarações da limitação da linguagem para expressar conhecimento.

A discussão que permeia nossa pesquisa implica superar o caráter errático e imperfeito da linguagem. Superar essa barreira entre realidade e mundo é o que a linguagem propõe no pensamento contemporâneo. Tal como apresentada neste primeiro momento, ela tem o papel de representar tal caráter imperfeito. O que é pertinente para pensar essa transposição é entender os mecanismos de transição de um estado para o outro – a saber, a passagem da linguagem imperfeita secundária, idealista e privada para

aquela de caráter público, que desempenha um papel de destaque. Esse *status* é o que a linguagem adquire de publicidade; o que era secundário para a tradição ganham novos contornos com o pensamento contemporâneo. Ela passa a tomar parte das ações: como veremos a seguir, a realidade entre mundo e linguagem parecerá estar em sintonia, falar já é, portanto, agir.

A dicotomia entre linguagem e realidade parece não perdurar, porque ela já é a realidade e isso entrará em choque com toda a tradição. Essa nova forma de abordagem discutida troca o papel da linguagem, concebendo uma maior amplitude. O par dicotômico proposto pela tradição entre verdade e falsidade, ideia e objeto no mundo e linguagem e representação ganhará novos formatos.

O que se apresenta de novo nesse cenário não é somente a linguagem como designação. Existem elementos agregados a ela que direcionam para uma inversão de prioridades, ou seja, qual o papel de destaque, entre sintaxe, semântica e pragmática. Há uma inversão proposta pelo pensamento contemporâneo no sentido de dar primazia à linguagem como parte do mundo, elemento que intervém nele e, portanto, é ação.

## **5.2 Reflexões sobre aspectos da virada pragmática da linguagem em Austin**

Neste segundo momento, procuro dar ênfase à reflexão austiniana, que parte de um processo mais amplo de investigação, no qual a linguagem aparece como elemento construtivo inaugurando um processo dinâmico.

Para Austin, o processo ganha um novo modelo, passa a ser diferenciado. Além de incorporar o par atributivo verdade e falsidade, ele faz emergir novos elementos para o conhecimento linguístico. Esses novos aspectos serão elementos para novas discussões e alcances ainda maiores. Se, na tradição, a análise da sentença estava restrita a um campo semântico delimitado, na nova perspectiva novos aspectos serão incorporados.

Na proposta de Austin, entra em questão o contexto, o sujeito, as convenções, a prática e a ação. Assim, evidencia-se que a linguagem comporta uma amplitude mais elaborada do que na tradição passada. A proposta de Austin é mostrar que esse modelo causa uma virada na forma de conceber o processo linguístico, dado que há uma inversão dos aspectos centrais da linguagem e, no centro, a pragmática se torna o elemento que permite conhecer e produzir o conhecimento em uma relação com o mundo prático.

A partir da constatação de Austin, os âmbitos sintáticos e semânticos, que tiveram papel preponderante no período antigo e moderno, passam a ocupar um papel secundário. Nesse novo método de abordagem, tais âmbitos são incorporados ao novo, não perdendo a sua utilidade. O que não se faz mais é delegar toda análise, ou descoberta de conhecimento, da verdade ou falsidade, à semântica e à sintaxe. O distanciamento entre linguagem e mundo, proposto pela tradição, deixa de existir com essa nova visão de mundo. A linguagem e a realidade não parecem mais serem dois universos distintos e separados, o que quer dizer que se incorporam. Pensá-las como instâncias isoladas não são viáveis frente às pretensões do pensamento contemporâneo.

Traremos para nossa discussão uma frase usada por Austin em *Quando dizer é fazer*: “Batizo este navio como o nome de *Rainha Elizabeth*”. De um ponto de vista semântico, essa frase desempenha uma estrutura ordenada. Porém, a sua projeção de alcance não está somente no campo descritivo, não sendo possível somente uma análise quanto a sua significação pelo âmbito semântico proposto acima. Note-se que a frase projeta algo que está para além da linguagem como estrutura frasal. Trata-se de um enunciado que projeta para uma investigação no campo das nossas ações como sujeitos no mundo, o que causa sérios problemas para o nosso embasamento do critério de verdade e falsidade proposto pela análise sintática e semântica da frase, via tradição passada.

Essa é uma frase que permite enorme variante de indagações, visto que não declara ou constata algo; antes, é ela própria a realização de um ato ou uma ação. Percebe-se que ela não se limita somente aos aspectos referentes aos dois âmbitos mencionados. A linguagem se abre a um âmbito das ações, o que pressupõe que está para além de uma análise sintática e semântica. O que ocorre é uma ação a partir do ato de fala enunciado, o que quer dizer que a linguagem cumpre esse papel de interação com a realidade. A ação efetivada interfere na felicidade ou infelicidade do ato, pois poderia ser enunciada por diferentes tipos de personagens reais, sendo que alguns não estariam dotados das condições necessárias para proferir as palavras em acordo com as regras, normas e convenções de um contexto. Nesse caso, sem os acordos e as normas convencionais e o contexto adequado, não seria possível a realização da ação. Está claro, portanto, que existe um âmbito pouco explorado pela tradição. E é esse o âmbito de investigação que queremos ressaltar.

A caracterização acima apresentada se aproxima de uma abertura proposta na *Arte retórica*, de Aristóteles, para pensar o discurso como importante para a análise,

conforme comentários de Rohden:

O interesse aristotélico não foi só o de apresentar uma conexão entre o discurso e a verdade das proposições, mas também considerar a dimensão da comunicabilidade, do que diz o retórico a seu auditório, deslocando seu interesse para a “*dimensão intersubjetiva e dialogal do uso público da linguagem*”. A referência do discurso não se encontra em objetos ideais, mas constitui-se pelas opiniões (*doxái*) ou conjunto de crenças comunitárias (*písteis*) que passam a ser o critério da argumentação retórica (ROHDEN, 1997, p. 150).

De acordo com Rohden, já é possível perceber em Aristóteles a preocupação com o horizonte da comunicação direcionando-a para um horizonte prático das nossas ações em comunidade. Isso ressalta a importância de *Arte Retórica* e de *Da interpretação* para a filosofia da linguagem. Em certo sentido, esses apontamentos se chocam com uma estrutura logicista que tinha seus pressupostos em verdades a partir das frases.

Em tempos mais recentes, G. Frege, B. Russel, L Wittgenstein, R. Carnap e outros sustentaram a possibilidade de se elaborar uma linguagem sem referência aos fatos, formalmente correta, capaz de solucionar racionalmente os problemas que normalmente são causas de disputa e desentendimentos entre os filósofos. A proposta desses filósofos pode ser resumida como “logicismo” que se inspirou na matemática como modelo de raciocínio para resolver seus problemas (ROHDEN, 1997, p. 184).

Percebemos, assim, que essa estrutura polida e perfeita se choca com o horizonte do discurso entre falantes.

Um bom número de filósofos percebeu que a tentativa de elaborar uma filosofia como um sistema “perfeito” de sinais estava destinado a permanecer sem efeito. Criticou-se o alcance da lógica formal, percebeu-se a necessidade de repensar a filosofia de modo mais amplo, como Aristóteles já o fizera. A tentativa de conferir à linguagem uma estrutura rigorosamente dedutiva entrou em choque com a racionalidade que pode configurar o agir humano (ROHDEN, 1997, p. 186).

A preocupação em Austin a partir dos comentários e apontamentos citados foi de rever alguns aspectos que foram negligenciados pela tradição passada e, direcionar o seu foco de investigação para um campo das ações entre falantes. Talvez esse fato de trazer o pragmático para um campo mais elevado permita avaliar por um novo prisma os elementos apresentados acima. Isso não quer dizer que os problemas da linguagem estão resolvidos. Eles estão sendo colocados em evidência de uma forma prática, em que os

atores principais interagem entre si.

Há um conjunto de elementos que compõem a realidade – contexto, intenções, verdade, falsidade, felicidade e infelicidade – em consonância com determinadas convenções oriundas de acordos entre elementos de um mesmo campo, como o próprio Austin descreve em uma passagem:

Pode se dizer que por demasiado tempo os filósofos negligenciaram este estudo, tratando todos os problemas como problemas de “uso locucionário”, e também que a “falácia descritiva” mencionada na conferência I geralmente surge do erro de confundir um problema do primeiro tipo com um problema do segundo. É bem verdade que estamos agora superando tal confusão; há alguns anos começamos a perceber cada vez com mais clareza que a ocasião de um proferimento tem enorme importância, e que as palavras utilizadas têm de ser até certo ponto “explicadas” pelo “contexto” em que devem estar ou em que foram realmente faladas numa troca linguística. (AUSTIN, 1990, p. 89).

Na passagem acima, percebe-se a importância de mais elementos serem inseridos no processo investigativo. No processo de virada, a pergunta se direciona para a linguagem como palavra, seu uso e a ação que ela desempenha em um contexto entre falantes. Os questionamentos são outros; não se pergunta pela essência da coisa em si, tampouco pelos conceitos. O que se requer é um exame da linguagem na procura de entender como se é capaz de conhecer, como as palavras têm significações e como a linguagem interfere no mundo. A preocupação com a essência no primeiro momento, no qual reinava o pensamento ontológico, e o idealismo no segundo momento perde espaço para um processo de sistematização, que prioriza o sentido do enunciado. E a reflexão filosófica se centra na análise da linguagem interativa.

O que se pressupõe a partir dos elementos apresentados é que a linguagem abre caminho para a investigação pragmática, como prática do agir. É assim que o caráter essencial e conceitual é subsumido pelo novo caminho apresentado. A pragmática como elemento do discurso prático procura dar respostas às questões que se encontram sem sentido. Para isso, é necessário recorrer a uma análise prática, considerando o contexto em que a frase ou o enunciado é proferido. Nessa perspectiva se encontra a preocupação pragmática em dar resposta a algumas sentenças sem sentidos.

A nossa proposta de investigação que nos trouxe até aqui, procurou mostrar uma estrutura elaborada em diversos momentos que antecederam a virada pragmática. Sem fazer esse percurso, talvez não fosse fácil entender esse processo de transformação de um estado para outro. O que pretendo nessa parte final do trabalho é realçar os aspectos

primordiais para o processo de virada. Tais aspectos foram importantes para Austin, pois estão presentes no uso da fala: intenção, contexto, ação e pragmática.

Neste primeiro momento, ressalto a importância do aspecto das intenções do locutor e sua força, que não foram priorizados pela tradição passada. Para Austin, as intenções desempenham papel primordial em um enunciado proferido, pois para ser entendido terá que estar em consonância com uma dada convenção. Percebe-se em Austin uma preocupação com quem fala e com as circunstâncias da informação. A interação com o locutor que profere não estava em pauta no pensamento tradicional.

A capacidade de pensar de forma diferente foi um diferencial para Austin. Sua proposta é mostrar que o sujeito participa como um personagem real e é capaz de produzir conhecimento no mundo a partir da linguagem. Se pensarmos na tradição, perceberemos uma linguagem restrita a um campo da designação, de forma a descrever o mundo até os limites permitidos. O que detectamos em Austin é que há uma interação entre locutor e linguagem, que comungam de uma determinada língua de maneira convencionalizada, o que não estava em questão na tradição passada.

Em síntese, poderíamos dizer que as intenções estão presentes no ato proferido por um locutor. E o falante, por sua vez, condicionaria o seu agir em acordo com dadas convenções e com as intenções correspondentes. O sucesso do ato ou sua eficiência não estarão condicionados ao elemento verdade ou falsidade, mas à realização em acordo com as normas e regras condicionantes apontadas acima.

Tomando como parâmetro a intenção, podemos fazer uma reflexão acerca dessa junção entre linguagem e mundo. Em um primeiro momento, percebemos um caráter de distanciamento, que era proposto pela tradição passada, entre frase ou palavras e o que elas representam no mundo. O que se percebe é que nesse primeiro momento a prioridade está em apontar para uma essência ou um elemento transcendente que dá sustentáculo ao mundo e que a linguagem só pode decodificar até certo limite. Esse limite permite dizer que a linguagem cumpre um papel secundário de fazer a ligação entre os sinais ou símbolos linguísticos e uma representação no mundo. A essência que nesse primeiro momento se apresenta não é alcançável pela linguagem, dado que sua incumbência consiste em descrever as coisas por meio do processo de denotação ou nominação.

Talvez esteja nesse ponto um dos grandes entraves para o pensamento contemporâneo superar: se algo denota algo e o nome carrega em si algo pré-estabelecido, o que fazer quando o nome deixa de existir? A linguagem como esse

elemento limitado não consegue mais abarcar o processo de movimento do mundo. Ela se inova e os nomes descritos não permanecem os mesmos. Ou seja, há uma variante de interpretações para o mesmo nome, o que acarreta em dizer que o modelo tradicional de uma linguagem privada não dá conta mais de subsidiar o momento, e essa separação entre o que é dito e o que é contemplado não se sustenta.

Ressalta-se que a discussão entre linguagem e mundo foi um aspecto importante para o momento contemporâneo. Com Austin percebemos que falar já é agir e, fazer uso da linguagem é agir no mundo. A separação radical não se sustenta; mundo e linguagem são uma junção. A separação que colocava de um lado linguagem e do outro o objeto ou coisa não abrange mais a totalidade, visto que a linguagem participa do mundo, ela é pública. A ideia de conferir sentido ao mundo em ligações de estados independentes não se sustenta no mundo contemporâneo. A ênfase no pensamento contemporâneo se volta para a prioridade da linguagem, ou seja, é a partir dela que se conhece o mundo. A reflexão do mundo se dá a partir dela. É por meio dela que se faz a ciência, e nesse enfoque vislumbramos a sua importância. É no sentido de aproximação entre linguagem e mundo ou superação que a linguagem tem seu papel destacado. Há uma inversão de prioridades entre o ontológico e o epistêmico que dividia o mundo em duas instâncias separadas, para uma junção que elimina a dicotomia entre linguagem e mundo priorizando uma linguagem interacional.

O segundo aspecto que ressaltado diz respeito às convenções contextuais. Para Austin, as convenções contextuais têm uma grande importância. As circunstâncias nas quais é proferido o discurso convergem para um contexto, onde indivíduos compactuam de uma linguagem comum. O contexto é o que serve de referência para se extrair o significado. Há uma dependência do contexto para que a fala tenha sentido ou significação em um discurso proferido. Nessa perspectiva, as convenções contextuais são de natureza social, em acordo com regras e normativas de um dado grupo de indivíduos que compartilham de uma língua.

As convenções presentes em um determinado contexto podem ter aspectos formais e informais em acordo com o evento em discussão. Os aspectos formais se direcionam a casos nos tribunais, onde certas formalidades devem ser seguidas em andamento de um processo ou julgamento. As informais, por sua vez, dizem respeito a uma discussão de amigos acerca de uma disputa ocorrida: poderíamos dar como exemplo uma final de um campeonato de vôlei, em que, após o término, um grupo de indivíduos discute os resultados. Nos casos acima apresentados, para que ambos

ocorram, as convenções contextuais estarão presentes. Os indivíduos que participam e interagem comungam de acordo com regras, bem como normas e procedimentos habituais que fazem parte da sua conduta. Percebe-se a importância do contexto e suas convenções para o processo de transposição de um estado da linguagem para um âmbito pragmático. As convenções contextuais são muito importantes, pois é a partir delas que uma análise pragmática significativa se torna possível.

Este segundo aspecto que estamos ressaltando diz respeito ao sentido ou à significação de um enunciado no mundo. Ele abre um conflito importante que envolve a semântica tradicional: o caráter representativo mostra que a linguagem tem um papel de representar ou descrever algo no mundo; de uma maneira determinada em si, descreve uma ligação entre mundo e linguagem. Esse modelo implica limitações, pois ele não descreve a totalidade; há elementos que extrapolam esse horizonte dado que estão para o campo da significação mediante um contexto. A linguagem como representação ou descrição não consegue dar respostas a todos os proferimentos ou enunciados. Percebemos na tradição que, de um lado, temos um mundo e, de outro, temos a linguagem, que por meio de símbolos linguísticos o representa.

O processo de comunicação entre falantes para a tradição consiste em mostrar que a linguagem cumpre um papel de transmitir conhecimento de forma elementar acerca do mundo, o que faz com que o pensamento ou entidades mentais se relacionem com o mundo através da linguagem de forma a descrevê-lo até seus limites permitidos.

É importante ressaltar que o aspecto contextual constitui um novo direcionamento, pois ele permite uma abertura para o processo de transição de um estado para outro. Esse momento transitório da linguagem representativa para um estágio participativo no mundo é mais um aspecto importante para o processo da virada pragmática. As entidades linguísticas apresentadas na tradição, mesmo que participantes do mundo parecem não interferir nele; apenas o comunicam. A linguagem é mais que isso; não é simplesmente representação ou descrição dos fatos ou acontecimentos no mundo. Ela e o mundo estão em sintonia. Não o representa, participa dele como elemento central, o significa por meio da relação que exerce no mundo em um determinado contexto.

O terceiro aspecto que apresento é a tese principal de Austin de que a linguagem deve ser analisada a partir da ação. Para ele, a ação é importante em um enunciado, pois é partir dela que percebemos que tipos de âmbitos constituem um discurso. São âmbitos distintos, que adquirem uma significação de acordo com a ação desempenhada. Para

Austin, a ação é o diferencial em um enunciado, é com ela que a investigação deve ter seu início. Tal aspecto não fora levado a cabo por pensadores anterior a Austin e essa inovação pode ser considerada como um marco no processo de conhecimento. É com ele com sua forma de enfrentamento que a investigação sobre o exame dos diversos usos da linguagem ganha novos contornos. Com essa abertura de mentalidade priorizando aspectos que envolvem o discurso, a ação faz com que a linguagem seja endereçada para uma nova ótica, realizando uma inversão de prioridades. A preocupação se volta para a linguagem e sua aplicação em um campo prático onde os atores participam e interagem. A ação é o aspecto fundamental em um discurso quando é proferido um ato de fala, pois permite entendê-lo. Permite-se, assim, que sejam entendidas as dimensões de um ato de fala, o que é priorizado por Austin em um discurso e que fora negligenciado pela tradição passada, a qual delegou o estudo de tais aspectos a outros domínios, não direcionando a investigação para o campo dos sujeitos e suas ações no mundo.

Austin propõe uma abertura a um sistema mais amplo, onde mais elementos serão contemplados. Ressalta-se a importância de elementos do discurso como enunciados e suas ações, que ultrapassam os limites impostos pela tradição. A frase já não é mais capaz de dar respostas ao mundo em sua totalidade, pois existem no discurso elementos que estão para além do que fora escrito ou falado.

Ora, com a proposta de dar privilégio ao estudo da linguagem e os seus diferentes tipos de usos direcionados para a ação, perceberemos a sua importância. A linguagem, nesse terceiro momento apresentado, prioriza o contexto, a intenção e a ação produzida entre falante, para que se entenda o discurso proferido em uma enunciação. Ao se abrir a mais campos, percebemos que a ação, o contexto e a relação com o interlocutor têm papel importante em uma troca linguística.

Isso quer dizer que as barreiras do caráter privado da linguagem começam a se romper. Abre-se assim, um leque de elementos que permitem vislumbrar um novo horizonte, o que permitirá pensar a linguagem por um novo viés. Ela não está mais limitada a representar o mundo, tampouco a descrevê-lo. Pelo contrário, participa dele, é ação. É o exame dos diversos usos da linguagem como ação em determinados contextos e convenções que extrairá a significação.

O quarto e último aspecto que ressaltado é o que chamo de âmbito pragmático, que fora negligenciado pela tradição, a qual voltou seu estudo a dois âmbitos, a sintaxe e a semântica. O que se traz de importante nesse quarto momento é que os aspectos

apresentados anteriormente se relacionam com o âmbito que apresentamos agora. O mérito de Austin reside justamente em pensar os aspectos pragmáticos da linguagem como elemento central, por entender que a análise daquilo que é proferido não deve ser limitada somente para os âmbitos da sintaxe e a semântica, como ocorria na tradição e, que análise deve ser endereçada para os personagens reais que interagem no meio. O aspecto pragmático tem esse papel de interação com o meio; é a partir dessa participação ou interação de uma linguagem pública que essa virada tem sentido.

Os âmbitos que estavam presentes na tradição não foram capazes de sanar as nossas inquietações. É importante ressaltar que, quando se profere um ato de fala, vários aspectos devem ser considerados, não somente a sua estrutura como frase e os aspectos da semântica. Em um enunciado, o que deve ser enaltecido na proposta austiniana é o aspecto pragmático, que consiste na ação realizada. Por meio dessa distinção proposta por Austin, é possível perceber a importante inversão de prioridades de âmbitos. Para ele, a importância não está no estatuto ontológico da tradição antiga, no estatuto idealista dos modernos, tampouco na proposição possuidora das condições de verdade como proposto pela tradição lógica da filosofia da linguagem. O estudo se volta em Austin para os constituintes básicos da linguagem, que são, em última instância, os atos de fala propriamente ditos. É a partir de tais atos que a compreensão de tais âmbitos se torna possível e seu sucesso está condicionado a uma série de eventos presentes em um discurso. Entender esses aspectos que se encontram nos atos de fala é de suma importância para compreender o âmbito pragmático da linguagem, pelo fato de ele estar ligado à enunciação em um contexto, intervindo no processo comunicativo.

O que era em um primeiro momento elementos central – a semântica e a sintaxe – começam a dar lugar ao âmbito pragmático. A virada pragmática da linguagem consiste em uma superação de um estado para outro, o que implica dizer que a sintaxe e a semântica não conseguem dar respostas a certas indagações que extrapolam os limites da frase.

Tais âmbitos sintáticos e semânticos perdem força com os contemporâneos, em especial com Austin, Searle e Grice, que começaram a priorizar o discurso como parte do conhecimento e defender que a linguagem deve ser analisada não somente a partir de uma análise sintática ou semântica. Essa restrição de alcance não se sustenta ao olhar investigativo do pensador contemporâneo. Linguagem e mundo são instâncias interligadas. Falar já é o agir; produz-se algo no mundo; realiza-se uma ação.

O que era de um ponto de vista técnico, o estágio último, passa para um primeiro

plano. Se, no primeiro momento, o conhecimento se dava do plano superior para linguagem como elemento secundário, nesse momento que adentramos o conhecimento advém da linguagem, ou seja, ela já é realizadora no mundo, é acessível a todos, é pública e não privada.

O âmbito pragmático é priorizado então. Ele permite entender a relação, que não está mais condicionada a uma esfera privada. O novo horizonte que se instaura prioriza, além dos aspectos tradicionais, o enfoque dos aspectos do discurso entre falantes – elementos esses que não foram levados muito a sério no passado como fonte de conhecimento. Isso nos leva a entender que o movimento construtivo a que chegamos promove uma valorização do elemento linguagem como ação entre falantes, como ferramenta do discurso capaz de transformar o mundo e de interagir com ele.

O estatuto ontológico da esfera mental ou intelectual se submete agora a um campo mais vasto. A linguagem instrumental, errática e imperfeita, passa a perder espaço para uma linguagem que participa do mundo de uma forma mais evidente. A dicotomia entre linguagem e mundo como proposto pela tradição perde força, o que culmina com a superação desse abismo que parecia intransponível.

O giro aqui retratado não é uma virada da linguagem como linguagem, e sim uma virada pragmática da linguagem. O novo edifício do conhecimento se instaura, o antigo edifício é reestruturado de maneira a abrigar mais aspectos, tais como intenções dos falantes, contexto, as convenções, situação em que são proferidos os enunciados e as condições de realizações de tais atos, seja por aqueles que proferem os atos de fala ou pelos seus interlocutores receptores das mensagens.

A partir dos aspectos apresentados, a linguagem como elemento do discurso se torna priorizada; o estudo se volta para o campo das nossas ações no mundo; o sujeito passa a controlar as ações e a linguagem se torna o elemento central no século XX, pois o que deve ser considerado é o aspecto que ora se apresenta como âmbito pragmático. Para Austin, o objetivo principal era propor um método de análise que consistisse no exame dos diversos usos da linguagem, não uso no sentido da palavra, mas como ação que ela desempenha em um ambiente socializado. É um meio de situar os atos realizados ao proferir certas palavras. A preocupação com esse horizonte é o condicionante para uma inversão de âmbitos.

Os aspectos que foram apresentados nesta seção nos permitem perceber a sua importância para a virada pragmática. O que se instaura como novo é que os condicionantes apresentados se voltam para uma esfera prática entre personagens reais

que comungam de certos acordos e normas; que estão condicionados a certas intenções e convenções contextuais, bem como com a ação realizada que culmina por desenvolver o âmbito pragmático do discurso.

O que se percebia na tradição passada eram momentos distintos. Em um primeiro momento, se ressalta o aspecto ontológico e seu estatuto metafísico, a partir de um exame do mundo para a linguagem e como a linguagem seria capaz de revelar o mundo para nós. Em um segundo momento, uma linguagem pautada em princípios epistemológicos ou teoria do conhecimento no campo das ideias, com vistas a detectar como é possível descrever, por meio da linguagem, o mundo através de elementos que estão na nossa mente – há uma interrogação de como é possível essa relação entre linguagem e realidade no mundo, em outras palavras, como as ideias que povoam nossa mente se relacionam com o mundo. Em um terceiro momento, prioriza-se a frase e a análise da proposição portadora da verdade e falsidade. Tais momentos tiveram um novo direcionamento com os aspectos pragmáticos.

A grande virada aludida no início desta dissertação consisti em apontar elementos que devem ser priorizados em uma troca linguística. A linguagem no pensamento contemporâneo ocupa papel central. De coadjuvante passa a ser o ator principal que rege os nossos atos. Ela é o elemento que permite que se conheça o mundo e, do mesmo modo, que se possa interagir com ele. Não só o descreve, mas participa dele. A linguagem não é privada em instâncias isoladas. Ela é interativa com o meio, é a realidade, pois, falar já é agir no mundo.

A semântica e a sintaxe perdem seu *status* com esse movimento e os atores reais, que participam e agem no mundo por meio da ação que eles exercem, acabam por priorizar o aspecto pragmático. Austin, nesse cenário, fora um dos precursores dessa abertura. “Por mais tempo que o necessário, os filósofos acreditaram que o papel de uma declaração era tão-somente o de ‘descrever’ um estado de coisas, ou declarar um fato, o que deveria fazer de modo verdadeiro ou falso” (AUSTIN, 1990, p. 21). Isso ficou esquecido ou passou despercebido por muito tempo. O que parecia para Austin tão evidente estava restrito a um campo limitado de investigação.

De acordo com Stegmuller:

É um escândalo, uma vergonha por todos aqueles que, nos últimos 2.500 anos, se preocuparam de algum modo com a linguagem, não se haver chegado, há muito tempo, à descoberta feita por J. L. Austin, cuja a essência pode ser resumida na seguinte frase: como o auxílio de manifestações

lingüísticas podemos realizar os mais variados tipos de ações. (STEGMULLER, 1977, p. 52).

O que Austin percebeu é que dentro de um enunciado ou frase discursiva não se encontram somente os âmbitos sintático, semântico. Para além desses, existem aspectos que tais instâncias não conseguiram explicar, como a ação desempenhada ao se fazer um proferimento ao emitir um ato de fala e as consequências derivadas daí. São instâncias que extrapolam um horizonte limitado, elevando o grau de dificuldade da investigação do filósofo que não se contenta com o que está à sua frente e é explicado de um ponto de vista lógico.

O discurso enunciado propicia mais que isso: o foco não é a mais essência da coisa em si pautada em suas entidades mentais abstratas, e sim como a linguagem permite conhecer o mundo. A linguagem não é privada; ela é pública, e com ela fazemos muitas coisas, entre as quais interagir com o mundo em que vivemos, produzindo ciência.

Percebe-se que a linguagem nesse cenário apresentado é o elemento central; é a partir dela que a reflexão tem sentido e o conhecimento é vislumbrado. A separação radical predominante na tradição entre linguagem e mundo é superada por um novo campo de investigação. É na interação entre linguagem e realidade que se encontram os significados dos enunciados no mundo, e é a partir dela que o mundo tem sentido. O que essa proposta traz de novo é que a análise como um todo se volta para a linguagem, que tem o papel de agir no mundo produzindo inúmeros efeitos. O antigo sistema proposto não mais acompanha os avanços e a linguagem, que era elemento secundário, passa a ser o foco principal das discussões filosóficas.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando ao fim da jornada, cujo objetivo era mostrar os aspectos importantes para a virada pragmática em Austin, resalto a importância de prosseguir os estudos sobre as concepções contemporâneas acerca da linguagem. Isso porque tal virada é apenas um momento de inversão de prioridades, e nada impede que seja revista no futuro. De fato, o movimento apresentado aqui ocorreu e, no percurso adotado, foram elencados vários momentos e passagens que corroboram esse processo evolutivo e construtivo. A abertura a essa proposta de investigação, no que concerne à pragmática, não se esgota aqui, mas, por outro lado, serve de estímulo para quem se dedique a realizar um bom trabalho e que queira, a partir da linguagem, fazer ciência e transformar o mundo a nossa volta.

Entendo que há muito a ser explorado nesse terreno e o que aponte foi o trajeto que Austin teve de percorrer para objetar suas indagações. Isso não seria possível sem as reconstruções realizadas, pois elas foram o nosso chão, a base a partir da qual conseguimos reconstruir um edifício com novas paredes e carregado de novos conteúdos, o que nos permitiu ver a linguagem por um novo prisma.

O edifício do conhecimento está plantado em uma base sólida. Cabe ao pesquisador dar continuidade às pesquisas e à construção da obra intelectual. A mudança que deixo aqui manifesta é a inversão de um estatuto sintático e semântico para um estatuto pragmático, no qual os personagens são atores reais que participam e interage com o mundo por meio da linguagem para produzir conhecimento do mundo.

A pragmática aparece nesse momento da virada como um âmbito que prioriza a linguagem comum. Isso evidencia que uso, intenções, convenções, contexto e ação são privilegiados em uma troca linguística entre falantes. É uma transposição do campo da teoria para o campo da prática. Assim, a semântica e a sintaxe, como campos teóricos, são compreendidos como secundários em relação ao campo do agir, da ação empregada – objeto da pragmática.

A inversão do campo teórico para um campo prático não significa abandono, mas superação de um estado por outro, priorizando-se a relação entre falantes. O significado se dá nessa relação comunicativa, diferente do pensamento tradicional, no qual a significação estava relacionada à semântica e à sintaxe. A virada pragmática consiste praticamente em uma superação do campo teórico pelo campo da prática cotidiana que governa as nossas ações.

É a ação que governa e é a partir dela – na relação entre locutor e linguagem em

acordo com regras, normas, convenções contextuais e intenção – que o significado é extraído. O que era fundamental para a tradição no campo teórico – a semântica e a sintaxe – dá espaço para o horizonte pragmático do discurso e para as nossas atividades de um ponto de vista prático. A importância da linguagem, como discurso, aliada à prática que rege as nossas ações, ganha evidência no pensamento contemporâneo, o que culmina não necessariamente numa virada da linguagem, mas numa virada pragmática.

Austin acena para esse horizonte das ações em uma prática cotidiana, em que falamos e interagimos com os nossos interlocutores. A sua proposta foi de reformular alguns aspectos da linguagem tradicional, a partir de um método para a investigação da linguagem, constituído do exame dos seus diversos usos na interação. Ele propõe uma alternativa para superar a dicotomia entre verdade e falsidade, linguagem e pensar, representação e objeto, com uma abertura para a análise do sucesso ou do insucesso do ato proferido e para se pensar a dicotomia que parecia no passado ser intransponível. Assim, o pesquisador promoveu mais do que uma reviravolta ao introduzir as classificações das dimensões dos atos de fala e das ações que eles realizam: ele abriu janelas para se pensar à linguagem a partir de novas vertentes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### REFERÊNCIAS

AUSTIN, John Langshaw. *How to do things with words*. [Written version of Austin's William James Lectures delivered at Harvard in 1955]. Oxford: Clarendon, 1962a.

\_\_\_\_\_. *Sense and Sensibilia*. [Reconstructed from his manuscript notes by G.J. Warnock]. Oxford: Oxford University Press, 1962b.

\_\_\_\_\_. *Philosophical Papers*. Urmson, James Opie e Warnock, Geoffrey James (eds.). 3. ed. New York: Oxford University Press, 1979a.

\_\_\_\_\_. The Line and the Cave in Plato's *Republic*. In: AUSTIN 1979 [Reconstructed from notes by J. O. Urmson], 1979b.

\_\_\_\_\_. Agathon and Eudaimonia in the *Ethics* of Aristoteles. In: AUSTIN 1979 [Manuscrito datado de 1939. Originalmente publicado em J. M. E. Moravcsik (ed.)]. *Aristotle*. New York: Doubleday, 1979c [1967].

\_\_\_\_\_. Are There *A Priori* Concepts. In: AUSTIN 1979 [Originalmente publicado em *Proceedings of the Aristotelian Society*, Supplementary Volume 18: 83–105, 1939], 1979d.

\_\_\_\_\_. The Meaning of a Words. In: AUSTIN 1979 [Manuscrito datado de 1940], 1979e.

\_\_\_\_\_. Other Minds. In: AUSTIN 1979. [Originalmente publicado em *Proceedings of the Aristotelian Society*, Supplementary Volume 20: 148–187, 1946], 1979f.

\_\_\_\_\_. Truth [Originalmente publicado em *Proceedings of the Aristotelian Society*, Supplementary Volume 24: 111–128, 1950], 1979g.

\_\_\_\_\_. How to Talk – some simple ways. In: AUSTIN 1979 [Originalmente publicado em *Proceedings of the Aristotelian Society* 53: 227–246, 1953], 1979h.

\_\_\_\_\_. Unfair to Facts. In: AUSTIN 1979 [Manuscrito datado de 1954], 1979i.

\_\_\_\_\_. Ifs and Cans In: AUSTIN 1979 [Originalmente publicado em *Proceedings of the British Academy*, 1956] 1979j.

\_\_\_\_\_. Performative Utterances. In: AUSTIN 1979 [Corrected transcript of an unscripted radio talk delivered in the *Third Programme* of the BBC, 1956], 1979k.

\_\_\_\_\_. A Plea for Excuses: The Presidential Address. In: AUSTIN 1979 [Originalmente publicado em *Proceedings of the Aristotelian Society* 57: 1–30, 1957], 1979l.

\_\_\_\_\_. Three Ways of Spilling Ink. In: AUSTIN 1979 [1979 [Originalmente publicado em L. W. Ferguson (ed.), *Philosophical Review* 75(4): 427–440, 1966], 1979m.

\_\_\_\_\_. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990a.

\_\_\_\_\_. *Ensayos Filosóficos*. Compilados por J. O. Urmson y G. J. Warnock. Traducción y presentación de Alfonso Garcia Suares. Madrid: Revista de Occidente, S. A. 1990b.

\_\_\_\_\_. *Sentido e percepção*. Tradução Armando Manuel Mora de Oliveira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

### **Bibliografia secundária**

ARISTÓTELES. *Poética; Organon; Política; Constituição de Atenas*. [Os Pensadores] Tradução de Baby Abrão, Pinharanda Gomes, Therezinha Monteiro Deutsch. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

ARISTÓTELES. *Da Interpretação*. Tradução de José Veríssimo Teixeira da Mata. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse e Abel do Nascimento Pena. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

AVZARADEL, José Renato. *Linguagem e construção do pensamento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

ABRÃO, Bernadete Siqueira. *Historia da Filosofia*. [Os Pensadores] São Paulo: Nova Cultural, 1999.

BENTHAM, Jeremy; MILL, John Stuart. *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação e Sistema de lógica dedutiva e indutiva*. [Os Pensadores] Tradução de Luiz João Baraúna, João Marcos Coelho e Pablo Rubén Mariconda. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

BERKELEY, George; *Tratado sobre os princípios do conhecimento humano*. Traduções de Antônio Sérgio, Leonel Vallandro, João Paulo Gomes Monteiro, Armando D'Oliveira. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980. [Os Pensadores]

DESCARTES, René. *Discurso do método; As paixões da alma; Meditações*. [Os Pensadores] Tradução de Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

FREGE, Gottlob. *Lógica e filosofia da linguagem*. Tradução de Paulo Alcoforado. 2. ed. [ampliada e revista]. São Paulo: Edusp, 2009.

GRICE, H. Paul. Meaning. *Philosophical Review*, lugar, v.66, n.377–88, 1957.

\_\_\_\_\_. *Lógica e Conversação*. In: DASCAL, Marcelo (Org.). *Pragmática – problemas, críticas, perspectivas da linguística*. Tradução de João Vanderley Geraldi. Campinas: Unicamp, 1982.

HACKING, Ian. *Por que a linguagem interessa a filosofia?* Tradução de Maria Elisa Marchini Sayeg. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

HADOT, Pierre. *O que é a filosofia antiga?* Tradução de Dioni Davi Macedo. São Paulo: Loyola, 2008.

HINTIKKA, Jaakko; HINTIKKA, Merrill. *Uma investigação sobre Wittgenstein.* Tradução de Enid Abreu Dobránszky. São Paulo: Papirus, 1994.

HOBBS, Thomas de Malmesbury. *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil.* [Os Pensadores] Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

HUME, Davi. *Investigação acerca do entendimento humano e ensaios morais, políticos e literários.* [Os Pensadores] Tradução de Anoar Aiex, João Paulo Gomes Monteiro e Armando Mora D'Oliveira. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

HUSSERL, Edmund. *Investigações lógicas; sexta investigação e elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento.* Seleção e tradução de Zeljko Loparic' e Andréia Maria Altino de Campos. São Paulo: Abril Cultural, 180. [Os Pensadores]

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura e outros textos filosóficos.* Tradução de Valério Rohden, Tânia Maria Bernkopf, Paulo Quintela, Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Abril Cultural, 1974. [Os Pensadores]

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. *Novos ensaios sobre o entendimento humano.* [Os Pensadores] Tradução de João Luiz Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

LESERRE, Daniel. *La comprensión del Lenguaje en La crítica de la razón pura de Immanuel Kant.* Buenos Aires: Centro de Estudios Filosóficos Eugenio Pucciarelli, 2008.

LOCKE, John. *Ensaio acerca do entendimento humano.* [Os Pensadores] Tradução de Anoar Aiex. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

LYONS, John. *Linguagem e linguística.* Tradução de Marilda Winkler Averbug. Rio de Janeiro: S.A., 1987.

MONTAGUE, Richard, 1968, Pragmatics in R. Klibansky (ed.) *Contemporary Philosophy – La philosophie contemporaine, vol. 1*, Florence: La Nuova Italia Editrice, pp. 102–22. Reprinted in R. Thomason (ed.) 1974, *Formal Philosophy: Selected papers of Richard Montague*, New Haven: Yale Univ. Press, pp. 95–118.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo. *Reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea.* 2. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

PEIRCE, Charles Sanders; FREGE, Gottlob. *Sobre a justificação científica de uma conceitografia; Os fundamentos da aritmética.* Seleção e tradução de Armando Mora D'Oliveira, Sergio Pomerangblum e Luis Henrique dos Santos. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

PLATÓN. *Diálogos I: Górgias, Menexeno, Eutidemo, Menón, Crátilo.* Traducciones, introducciones y notas J. Calonge Ruiz, E. Acosta Mendes, F. J. Olivieri, j. l. Calvo. Madrid, España: Gredos, 1987.

ROHDEN, Luiz. *O poder da linguagem: arte e retórica em Aristóteles*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

RYLE, Gilbert; AUSTIN, John Langshaw; QUINE, Willard Van Orman; STRAWSON, Peter Frederick. *Ensaio*. Tradução de Balthazar Barbosa Filho. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980. [Os Pensadores]

RUSSELL, Bertrand. *On Denoting*. In: *Logic and Knowledge* [Originalmente publicado em *Mind*, 14, pp. 479–493, 1905] London: George Allen and Unwind, 1956. pp. 41–56.

RUSSELL, Bertrand; MOORE, George Edward. *Lógica e Conhecimento: ensaios escolhidos. Princípios Éticos: capítulos I e VI*. Tradução de Pablo Rubén Mariconda e Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1974. [Os Pensadores]

SEARLE, John. *What is a speech act?* In: M. Black (ed.). *Philosophy in America*, Ithaca: Cornell University Press, 1965.

\_\_\_\_\_. *Os actos de fala: um ensaio de filosofia da linguagem*. Tradução de Carlos Vogt. Coimbra: Almedina, 1984.

SCHILICK, Moritz; CARNAP, Rudolf; POPPER, Karl R. *Coletânea de Textos*. Tradução de Luiz João Baraúna e Pablo Rubén Mariconda. São Paulo: Abril Cultural, 1975. [Os Pensadores]

STEGMÜLLER, Wolfgang. *A filosofia contemporânea: introdução à crítica*. Tradução de: Hauptströmungen der Gegen-wartsphilosophie. V. 1. São Paulo: Pedagógica e Universitária LTDA, 1977a.

\_\_\_\_\_. *A filosofia contemporânea: introdução à crítica*. Tradução de: Hauptströmungen der Gegen-wartsphilosophie. V. 2. São Paulo: Pedagógica e Universitária LTDA, 1977b.

TUGENDHAT, Ernest. *Propedêutica lógica-semântica*. Tradução de Fernando Augusto da Rocha Rodrigues. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus lógico – philosophicus*. Tradução e apresentação de Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: Edusp, 1994.

\_\_\_\_\_. *Investigações filosóficas*. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultural, 1999. [Os Pensadores]